



Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental



Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

Projeto BRA/09/005

Contrato n.º 110193

PRODUTO N.º 1

Descrição do Produto:

Relatório descritivo e analítico contendo o estado atual das Salas Verdes e Coletivos Educadores

Fábio Deboni da Silva
Consultor

Brasília – DF, 05 de outubro de 2010.



Acordo de Cooperação Técnica entre o
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
e o Ministério do Meio Ambiente

Projeto de Cooperação Técnica
BRA/IICA/09/005

Produto 1
Relatório descritivo e analítico contendo o estado atual
das Salas Verdes e Coletivos Educadores

Nome do Consultor: Fábio Deboni da Silva
Contrato N° 110193

Brasília/DF – 05/10/2010

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	5
2. Aspectos Metodológicos.....	6
2.1 Passos Metodológicos	8
2.2 Percurso do Trabalho	9
2.2.1 Salas Verdes	9
2.2.1.1 Cronograma - Salas Verdes	12
2.2.2 Coletivos Educadores	12
2.2.2.1 Cronograma - Coletivos Educadores	15
3. Diagnóstico Salas Verdes.....	16
3.1 Contextualização do Projeto	18
3.2 Breve histórico	19
3.3 Diagnóstico	21
3.4 Questões para Diálogo	37
4. Diagnóstico Coletivos Educadores.....	44
4.1 Contextualização da Proposta dos Coletivos Educadores	44
4.2 Diagnóstico dos Coletivos Educadores	47
4.3 Questões “de fundo”	77
5. Considerações Finais.....	88
6. Referências Bibliográficas.....	89
7. Anexo.....	90

IDENTIFICAÇÃO - FOLHA DE ROSTO

Identificação			
Consultor(a) / Autor(a): Fábio Deboni da Silva			
Número do Contrato: 110193			
Nome do Projeto: Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/09/005			
Oficial/Coordenador Técnico Responsável: Cleberlito Santos			
Data /Local: Brasília, 05 de outubro de 2010			
Classificação			
Temas Prioritários do IICA			
Agroenergia e Biocombustíveis		Sanidade Agropecuária	
Biotecnologia e Biosegurança		Tecnologia e Inovação	
Comércio e Agronegócio		Agroindústria Rural	
Desenvolvimento Rural		Recursos Naturais	X
Políticas e Comércio		Comunicação e Gestão do Conhecimento	X
Agricultura Orgânica		Outros:	
Modernização Institucional		Educação Ambiental	X
Palavras-Chave: Educação Ambiental, diagnóstico, coletivos educadores, salas verdes.			
Resumo			
Título do Produto:			
Relatório descritivo e analítico contendo o estado atual das Salas Verdes e Coletivos Educadores			
Subtítulo do Produto:			
Resumo do Produto:			
O presente relatório organiza e apresenta de forma sistematizada um diagnóstico do estado da arte atual das Salas Verdes e dos Coletivos Educadores, duas iniciativas fomentadas pelo Departamento de Educação Ambiental (DEA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) visando o enraizamento da Educação Ambiental no país a partir da instalação de espaços interativos de informação socioambiental e da realização de processos de formação de educadores ambientais.			
Qual Objetivo Primário do Produto?			
Oferecer informações, dados e análises que configurem o estado atual de Salas Verdes e Coletivos Educadores no país e ofereçam maiores possibilidades de compreensão analítica e crítica por parte do DEA/MMA do potencial e dos desafios enfrentados por estas iniciativas.			
Que Problemas o Produto deve Resolver?			
Sobretudo a carência de informações sistematizadas e analíticas que caracterizem a situação atual destas iniciativas em todo o país.			
Como se Logrou Resolver os Problemas e Atingir os Objetivos?			
Resgatando informações já levantadas pelo DEA/MMA sobre tais iniciativas e definindo novas estratégias de coleta de dados passíveis de serem sistematizados e analisados de acordo com o cronograma disponível nesta consultoria.			
Quais Resultados mais Relevantes?			
Um conjunto de informações que ajudam a melhor compreender as Salas Verdes e os Coletivos Educadores, envolvendo aspectos organizativos, operacionais, conceituais e institucionais, dentre outros.			
O Que se Deve Fazer com o Produto para Potencializar o seu Uso?			
Divulgá-lo amplamente junto aos educadores ambientais, em especial às Salas Verdes e Coletivos Educadores para que sirva de um instrumento devolutivo que possa estimular o diálogo visando o aprofundamento deste diagnóstico.			

1. Apresentação

O presente Relatório, 1º Produto da consultoria técnica no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica IICA/BRA/09/005, apresenta uma caracterização analítica do estado da arte das Salas Verdes e dos Coletivos Educadores em atividade no país na atualidade.

É importante ressaltar que este diagnóstico, a ser apresentado adiante, tem uma amplitude e uma complexidade que conferiram um desafio ainda maior ao desenvolvimento desta consultoria. Ademais se tratam de dois projetos importantes e de ampla abrangência sob coordenação do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), demandados a serem diagnosticados num prazo bastante curto. Por outro lado, vale salientar que o *timing político-institucional* de realização deste estudo constituiu num fator de contexto favorável ao seu desenvolvimento, dado que ambos os projetos encontravam-se, no momento da sua realização, em estágio de reorganização interna na atual gestão do DEA, fruto de descontinuidade recente ocorrida.

Em virtude das especificidades dos projetos, o diagnóstico de cada iniciativa será apresentado de forma separada neste Relatório - Coletivos Educadores e Salas Verdes.

Este documento está estruturado em 7 partes, além desta Apresentação:

- **Aspectos Metodológicos:** descreve as principais atividades realizadas e os percursos metodológicos para a realização dos diagnósticos das Salas Verdes e dos Coletivos Educadores.
- **Diagnóstico de Salas Verdes:** oferece uma visão panorâmica sobre a situação atual das Salas Verdes, acompanhada de interpretações e análises possíveis.
- **Diagnóstico de Coletivos Educadores:** oferece uma visão panorâmica sobre a situação atual dos Coletivos Educadores, acompanhada de interpretações e análises possíveis.
- **Considerações Finais:** algumas questões são pontuadas visando destacar aspectos relevantes apresentados ao longo deste Relatório bem como possíveis encaminhamentos a serem adotados.
- **Referências Bibliográficas:** citadas direta ou indiretamente e que serviram de referência à elaboração deste Relatório.
- **Anexo:** íntegra de documentos como questionários utilizados nos diagnósticos, carta de apresentação e lista de Salas Verdes que participaram, dentre outros citados ao longo do Relatório.

Deseja-se uma boa leitura a partir da compreensão de que este documento não pretende esgotar a percepção do estado da arte e das análises e reflexões possíveis sobre Salas Verdes e Coletivos Educadores, representando apenas uma visão avaliativa dentre tantas outras possíveis e pertinentes. Não necessariamente expressa a opinião do consultor nem do DEA/MMA, reunindo as diferentes posições e visões sobre o tema. É com esta percepção que se espera que este Relatório possa servir como ponto de partida para o aprofundamento diagnóstico destas iniciativas e não como ponto de chegada.

2. Aspectos Metodológicos

No início da concepção e implementação desta consultoria, deparou-se com, de um lado, o desejo e interesse pela realização de diagnósticos que contribuíssem para melhor expressar (e registrar) os aspectos potenciais e desafios dos projetos relacionados - Salas Verdes e Coletivos Educadores. Empiricamente compartilhava-se da impressão de que tais projetos guardavam consigo um conjunto de impressões positivas dado o seu potencial de transformação à luz dos desafios colocados para a implementação e efetivação da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental. Por outro lado, deparava-se como a carência de informações e avaliações sistematizadas acerca da evolução destas iniciativas para além de listagens atualizadas com dados básicos sobre as mesmas. Buscavam-se tanto informações de bastidores, a partir da ótica dos gestores e equipes técnicas envolvidos na gestão cotidiana destes projetos, como também um olhar dos parceiros e das organizações e pessoas diretamente envolvidas e beneficiadas por tais políticas. Como elas lidavam com estes projetos? Quais os desafios enfrentados no seu dia a dia? Quais suas potencialidades?

Estas e outras perguntas estavam postas ao longo do processo de constituição destes projetos do DEA/MMA e ganharam destaque com o início desta consultoria, uma vez que emergia a possibilidade de considerá-las, registrá-las e sistematizá-las.

É importante destacar no percurso desta consultoria alguns desafios que contribuíram para direcionar (de alguma forma) este trabalho:

- Carência de relatórios e documentos com informações sistematizadas sobre os dois projetos em questão - Sala Verde e Coletivos Educadores, tais como: documentos técnicos, relatórios de gestão etc. Não foi identificada disponibilidade de informações históricas sobre cada projeto, considerando o ciclo de gestão de políticas públicas¹, a não ser publicações técnicas que ofereciam orientações pedagógicas a Coletivos Educadores e a Salas Verdes²;
- Não previsão de uma estratégia interna sistemática e continuada do DEA para receber, organizar e registrar avaliações de percurso e de gestão realizadas pelos próprios atores envolvidos nestes projetos.
- Demanda reprimida por parte dos atores e parceiros envolvidos nos projetos, face à interrupção na gestão dos mesmos. Perguntas do tipo: “como criar um novo Coletivo ou Sala Verde?” permearam o tempo todo este diagnóstico. Portanto, lidou-se com atores que já participavam destas políticas e, ao mesmo tempo, com atores que queriam se aproximar das mesmas, partindo da estaca zero.

¹ Contemplando as fases de elaboração, implementação, avaliação e revisão das políticas públicas.

² Refiro-me à série “Encontros e Caminhos”, volume 1, 2 e 3 para os Coletivos Educadores e aos Manuais Orientadores (um geral e um específico sobre Projeto Político Pedagógico) voltados a CEAs e a Salas Verdes.

- Dúvidas dos educadores ambientais sobre o rumo atual do DEA: face à descontinuidade anteriormente citada, pairava no ar entre educadores ambientais (em conversas informais e em espaços coletivos como Redes de EA) dúvidas sobre a retomada (ou não) das políticas de EA (total ou parcial) e qual o real interesse da atual gestão neste sentido.

Vale salientar que, de um modo geral, a área de monitoramento e avaliação no campo da Educação Ambiental é ainda incipiente. No caso da confluência entre EA e políticas públicas esta percepção parece ser ainda mais visível e premente. Não se trata, portanto, de uma postura desta ou daquela gestão, deste ou daquele governo, mas sim a de considerar que o campo das políticas públicas de EA possui pouco acúmulo em termos de processos e metodologias avaliativas e analíticas.

Face ao exposto, esta consultoria deparava-se com as seguintes questões:

- Como realizar um trabalho de diagnóstico³ a partir de um cronograma apertado (de poucos meses de trabalho), em um período de término de gestão (do DEA e do governo como um todo) que havia sofrido um processo de ruptura recente na condução das políticas de EA? Todas estas dimensões precisavam ser consideradas e certamente configuravam um pano de fundo importante para a constituição deste trabalho.
- Como calibrar a necessidade premente de informações e dados sistematizados sobre os projetos em questão à luz das carências acima explicitadas com a capacidade operacional e temporal para gerar os produtos previstos nesta consultoria? Neste caso, o desafio foi o de buscar um equilíbrio entre o sonho e a realidade, entre um campo extenso de possibilidades (de levantamento de informações e abordagens possíveis) e a obrigatoriedade de apresentação de produtos com informações consolidadas nos prazos e condições disponíveis.

Desta forma, ao se conceber e desenhar este processo de diagnóstico procurou-se equilibrar e lidar com as seguintes dimensões:

- Temporal - cronograma apertado e os fatores de contexto do trabalho e do campo da EA
- Operacional - elencar questões mais prioritárias para a composição do diagnóstico à luz das condições efetivas de realização do trabalho
- Político-institucional - não menosprezando um processo de rupturas e descontinuidade política ocorrida no DEA/MMA em 2008, que, encontra na atual gestão, simpatia por esforços avaliativos e de retomada das políticas anteriores, à luz da atual capacidade institucional do Departamento (em termos de orçamento, equipe, apoio político interno e externo, etc).

Como se pode notar, os desafios colocados são extensos e devem ser destacados para ilustrar as condições sobre as quais este diagnóstico foi construído e elaborado.

³ Na prática, dois diagnósticos distintos por se tratarem de Projetos com consideráveis especificidades entre si.

2.1 Passos Metodológicos

Segue uma breve descrição dos passos metodológicos adotados para a realização destes diagnósticos. Guardadas as especificidades entre os dois projetos, em ambos foram adotados os passos descritos a seguir:

- Aplicação de Questionário (*survey*) para levantamento de informações e dados mais quantitativos visando constituir um panorama de Salas Verdes e de Coletivos Educadores;
- Realização de Entrevistas visando dialogar sobre questões “de fundo” e de caráter mais qualitativos e analíticos sobre a implementação e a gestão destes projetos; e
- Levantamento, leitura e análise de documentos e referenciais bibliográficos relativos ao escopo desta consultoria. Neste caso, dado o tempo disponível, definiu-se como critério na definição de quais documentos seriam considerados o seu caráter diagnóstico destas iniciativas - estudos avaliativos sobre a implantação de um Coletivo Educador num dado território e não sobre o processo de constituição pedagógica dos cardápios de aprendizagem, por exemplo.

No caso do diagnóstico das Salas Verdes, em função da existência de um diagnóstico anterior, realizado em 2007 mediante aplicação de questionário pelo DEA/MMA, optou-se pela utilização desta base de dados ao invés de uma nova aplicação, como será descrito mais adiante.

No decorrer da realização deste diagnóstico, a partir do contato com diversos educadores ambientais envolvidos em Salas Verdes e Coletivos Educadores, diversas indicações bibliográficas emergiram - monografias, dissertações, teses, artigos etc. Muitos destes trabalhos encontravam-se, no momento de realização deste diagnóstico, em fases distintas de desenvolvimento. Apenas os trabalhos já concluídos e cujo escopo convergiam com este diagnóstico foram considerados e citados. Por outro lado, é importante destacar que se encontra em curso em diversas universidades brasileiras pesquisas voltadas a melhor compreender e analisar diferentes fases do processo de implantação, gestão e atuação de Coletivos Educadores, que certamente trarão importantes conclusões e reflexões para complementar, contrapor e ampliar as questões que são propostas neste diagnóstico.

Evidentemente que se trata de avaliações com diferentes pontos de partida e de chegada, dialogando com diversificados referenciais teóricos e empíricos e dispendo de distintos prazos para sua execução. Nosso intuito aqui é o de delimitar claramente as diferenças existentes entre estudos e pesquisas de caráter acadêmico com estudos diagnósticos, como o desta consultoria, encomendados por um ator governamental. Por outro lado, tais esforços podem e devem servir de referenciais para discussões e reflexões sobre o papel, funcionamento e impactos destas políticas do campo da EA.

2.2 Percurso do Trabalho

A partir do resgate do exposto no Termo de Referência desta consultoria e tendo como foco a construção deste Relatório (Produto 1), foram identificadas e realizadas, ao menos, três atividades visando sua consecução:

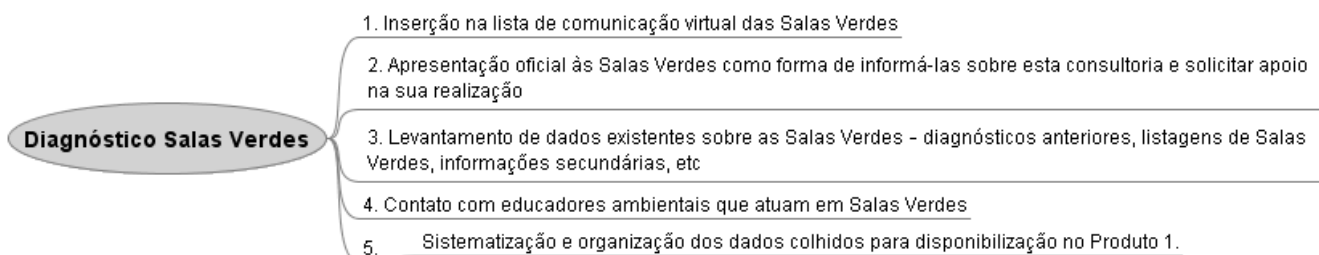
- a. Definição e implementação de estratégia para mapeamento das ações desenvolvidas pelas Salas Verdes e Coletivos Educadores
- b. Levantamento, análise, sistematização e atualização de dados e informações sobre as Salas Verdes e Coletivos Educadores
- c. Elaboração de documento contendo a sistematização dos dados, uma espécie de versão “borrador” deste Relatório.

Como se observa, o Produto 1 desta consultoria tem como escopo a realização de um diagnóstico sobre a situação atual de duas estruturas/espços/coletivos distintos - as Salas Verdes e os Coletivos Educadores. Partindo da premissa de que se trata de duas iniciativas distintas (conceitual, organizacional e institucionalmente) foram traçadas estratégias metodológicas diferenciadas para a construção do estado da arte de cada iniciativa. Ainda que possa haver atividades semelhantes neste percurso, é importante frisar a diferença metodológica na condução das atividades inerentes a esta consultoria.

A seguir são apresentadas as atividades implementadas para a realização do diagnóstico das Salas Verdes e dos Coletivos Educadores, de forma separada como explicitado anteriormente:

2.2.1 Salas Verdes

O mapa mental abaixo sistematiza os passos metodológicos adotados para a realização do diagnóstico relativo às Salas Verdes. Em seguida, cada ação é apresentada.






I. Inserção na lista de comunicação virtual das Salas Verdes:

PROJETOSALAVERDE@yahoogrupos.com.br

II. Apresentação oficial às Salas Verdes como forma de informá-las sobre esta consultoria e solicitar apoio na sua realização.

Foram enviados dois e-mails visando consolidar esta apresentação. Inicialmente, uma mensagem procurava preparar o terreno para o envio posterior das questões orientadoras para o diálogo diagnóstico. Segue uma cópia das duas mensagens enviadas:

1ª mensagem

Data:	Thu, 05 Aug 2010 14:41:54 -0300 [05/08/2010 14:41:54 BRT]
De:	Fabio Deboni <fabio.deboni@mma.gov.br> 
Para:	PROJETOSALAVERDE@yahoogrupos.com.br 
Cc:	fabio.deboni@mma.gov.br 
Assunto:	Diagnostico - Salas Verdes
Cabeçalhos:	Exibir Todos os Cabeçalhos

[Car@s](#) Colegas das Salas Verdes

me apresento rapidamente. Sou Fábio Deboni, educador ambiental e atualmente contratado como consultor do DEA/MMA para, dentre outras atividades, realizar um diagnóstico do estado da arte das Salas Verdes no país.

Dialogando internamente no DEA, verificamos que em 2007 já havia sido realizado uma aplicação de questionário junto às Salas Verdes. Estes dados encontram-se disponíveis internamente e podem dar base para este novo levantamento.

Nossa idéia inicial era a de não aplicar um novo questionário mas sim oferecer um conjunto de questões (no máximo 10 perguntas) visando estimular o diálogo nesta lista e, desta forma, colhermos impressões mais analíticas e qualitativas dos colegas que estão à frente das Salas Verdes.

Tal roteiro de questões está sendo internamente finalizado e muito em breve será socializado com todos.....

Portanto, gostaríamos de contar com a parceria e a compreensão de todos neste novo diagnóstico, uma vez que nos encontramos na fase final desta gestão governamental e que seria de fundamental relevância deixarmos este diagnóstico sistematizado para balizar a tomada de decisão da próxima gestão que assumirá em janeiro de 2011.

Como integrante desta lista (agradeço ao Juliano pela minha inserção), fico integralmente à disposição para seguirmos dialogando sobre a proposta aqui exposta. Nosso intento é sempre o de contribuir para o aprimoramento das Salas Verdes.

Infelizmente nosso prazo é apertado. Tão logo enviemos o roteiro de questões, proporemos um prazo para realizarmos este diálogo, de modo que tenhamos tempo suficiente para sistematizar e organizar este diagnóstico. Vale lembrar que ele nos dará base para pensarmos em estratégias de fortalecimento do Projeto Sala Verde....






seguimos...

agradeço pela acolhida.

abraços

Fábio Deboni
Consultor DEA/MMA

2ª mensagem

Data:	Fri, 06 Aug 2010 11:29:48 -0300 [06/08/2010 11:29:48 BRT]
De:	Fabio Deboni <fabio.deboni@mma.gov.br> 
Para:	PROJETOSALAVERDE@yahoogrupos.com.br 
Assunto:	Diagnostico Salas Verdes - QUESTÕES PARA DIÁLOGO
Parte(s):	 2 Roteiro_Questoes_Dialogo_lista_v1.doc [application/msword] 21 KB 
	Baixar todos anexos (em arquivo .zip) 

[Car@s](#) Colegas das Salas Verdes

Agradeço pelo interesse, acolhida e disponibilidade para dialogarmos sobre este diagnóstico.

Segue em anexo as questões para dialogarmos....Quanto mais Salas Verdes puderem responder, melhor para enriquecermos este diagnóstico. Além das questões, quem tiver outros documentos que possam subsidiar este trabalho, peço a gentileza de me enviarem.

Seguem aqui no corpo do email as mesmas questões que estão no anexo:

- Como você descreve o grau de vitalidade da Sala Verde, em termos de volume de consultas/visitas, relacionamento com a comunidade local, ações em andamento, etc...
- Como se dá o relacionamento da Sala Verde com a comunidade local? Com quais públicos ela se relaciona e como o faz?
- Porque é importante ser uma Sala Verde? O que isso oferece à instituição proponente?
- Quais os principais desafios de ser uma Sala Verde?
- Papel da liderança da Sala Verde para manter viva a iniciativa
- Qual a demanda de formação? Quais demandas da Sala Verde para o DEA/MMA?
- Quais sugestões você daria sobre procedimentos para criação de novas Salas Verdes?

Como o prazo é apertado, conto com a compreensão de todos....

Proponho como prazo final para recebimento das respostas o dia 20 de agosto...Depois disso terei que sistematizá-las e dialogar internamente no DEA.....

Fico à disposição para seguirmos dialogando....

Vamos ao diálogo?

abraços!

Fábio Deboni
Consultor DEA/MMA

III. Levantamento de dados existentes sobre as Salas Verdes - diagnósticos anteriores, listagens de Salas Verdes, informações secundárias, etc

Coletou-se um conjunto importante de dados de levantamentos anteriores realizados pelo DEA/MMA, quais sejam, listagens de Salas Verdes em funcionamento e bancos de dados (planilhas) com dados parcialmente sistematizados de um Diagnóstico realizado em 2007, o qual infelizmente nunca havia sido publicizado e compartilhado com as Salas Verdes.

IV. Contato com educadores ambientais que atuam em Salas Verdes

Realizado de forma contínua e cotidiana por meio de e-mail institucional, contribuiu para consolidar as questões que foram respondidas pelas Salas Verdes. Além disso, permitiu identificar, ao menos, duas questões complementares e relevantes na construção deste diagnóstico: a. Um anseio considerável por parte das Salas Verdes com relação à retomada de um diálogo e de uma interação mais robusta por parte do DEAMMA; b. Dúvidas e demandas sobre a criação de novas Salas Verdes.

V. Sistematização e organização dos dados colhidos para disponibilização no Produto 1.

Deve-se destacar que o DEA/MMA já dispunha de um diagnóstico sobre o funcionamento das Salas Verdes, realizado em 2007 e cujos dados ainda não haviam sido divulgados integralmente. Desta forma a opção inicial desta consultoria caminhou no sentido de não realizar um novo levantamento direto de dados (mediante o envio de um novo questionário diretamente às Salas Verdes) face à disponibilidade de dados (bastante completos) de 2007 e em face de possíveis desgastes político-institucionais que uma nova coleta de dados poderia gerar.

Por conta disso, estes dados já reunidos naquele diagnóstico foram trabalhados, sistematizados e realizadas releituras. Todo este panorama será apresentado na próxima seção deste Relatório.

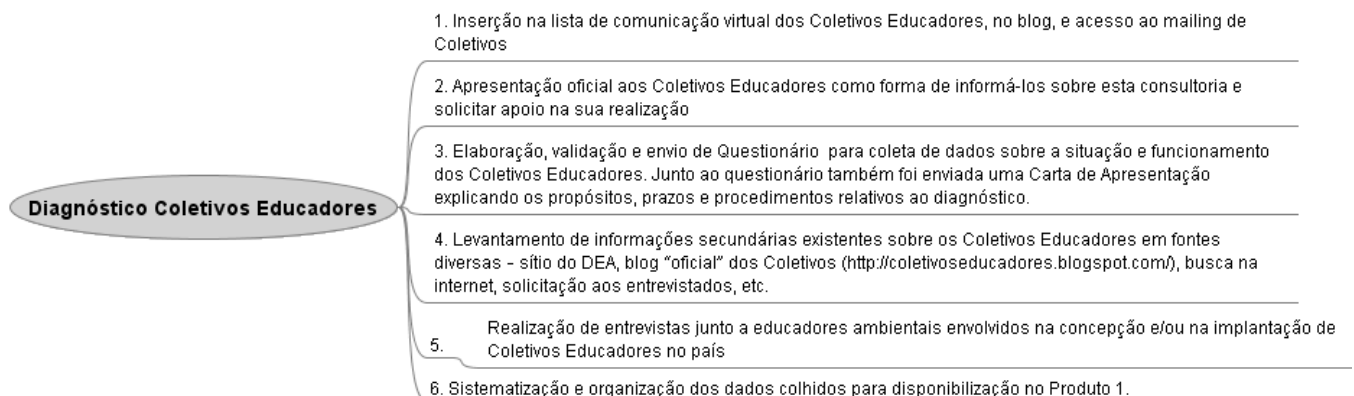
2.2.1.1 Cronograma - Salas Verdes

Segue cronograma com as ações previstas e executadas:

Atividades	Prazo para sua conclusão
Inserção na lista de comunicação virtual das Salas Verdes	30 de julho
Apresentação oficial às Salas Verdes como forma de informá-las sobre esta consultoria e solicitar apoio na sua realização	30 de julho
Levantamento de dados existentes sobre as Salas Verdes - diagnósticos anteriores, listagens de Salas Verdes, informações secundárias, etc	15 de agosto
Contato com educadores ambientais que atuam em Salas Verdes	30 de agosto
Sistematização e organização dos dados colhidos para disponibilização no Produto 1.	31 de agosto
Finalização e entrega do Produto 1	10 de setembro

2.2.2 Coletivos Educadores

O mapa mental abaixo sistematiza os passos metodológicos adotados para a realização do diagnóstico relativo aos Coletivos Educadores. Em seguida, cada ação é apresentada.



I. Inserção na lista de comunicação virtual dos Coletivos Educadores, no blog e acesso ao mailing de Coletivos

- a. Foram utilizados diversos meios para divulgação desta iniciativa e para mobilização de Coletivos Educadores para participarem do diagnóstico.

II. Apresentação oficial aos Coletivos Educadores como forma de informá-los sobre esta consultoria e solicitar apoio na sua realização

- a. Foi enviado um e-mail visando consolidar esta apresentação, tendo no corpo da mensagem a Carta de Apresentação (disponível a seguir) que citava o questionário (enviado em anexo ao e-mail e disponível no anexo deste relatório).



Ministério do Meio Ambiente-MMA
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental-Saic
Departamento de Educação Ambiental-DEA
Esplanada dos Ministérios, Bloco “B” – 9º andar
70068-900 - Brasília/DF

Brasília, 27 de julho de 2010

Assunto: Diagnóstico dos Coletivos Educadores

Caro(a)s Parceiro(a)s:

O Departamento de Educação Ambiental (DEA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) retoma sua política de formação voltada à criação e articulação de Coletivos Educadores, objetivando resgatar a importância desta pauta para a Política Nacional de Educação Ambiental e potencializar as iniciativas de formação em curso dos Coletivos.

Nosso propósito é retomar esta política a partir de um diagnóstico da atuação dos Coletivos Educadores. Para tanto, contratamos o consultor Fábio Deboni e, junto com ele elaboramos um Questionário, que segue em anexo, visando facilitar e padronizar o levantamento de informações relevantes e necessárias para traçarmos um perfil dos Coletivos Educadores em funcionamento no país visando delinear ações estratégicas para o seu fortalecimento.

O Questionário está estruturado em três blocos, contendo questões abertas, semi-abertas e de múltipla escolha voltadas a: I – Caracterização do Coletivo Educador; II – Atuação do Coletivo Educador e III – Percepção do Coletivo Educador sobre diversos aspectos. Para o sucesso deste diagnóstico, gostaríamos de contar com a colaboração de todos(as) educadores(as) ambientais que participam do(s) Coletivo(s) Educador(es).

O envio e recebimento do Questionário serão feitos unicamente por e-mail visando facilitar esta comunicação. Para tanto, propomos que o Questionário preenchido seja enviado até o dia **15 de agosto** para o e-mail: fabio.deboni@mma.gov.br

Gostaríamos de salientar que todas as **respostas a este questionário serão tratadas com confidencialidade** quando da produção deste diagnóstico. Os questionários serão de acesso e uso exclusivo do DEA/MMA.

Reiteramos que a sua colaboração é fundamental para que possamos compreender melhor a situação atual, os limites e as perspectivas dos Coletivos Educadores.

Estamos à disposição para dúvidas, críticas, contribuições e comentários acerca deste estudo e, desde já, agradecemos sua valiosa colaboração. Informações adicionais sobre esta pesquisa podem ser obtidas no e-mail

fabio.deboni@mma.gov.br

Atenciosamente,

CLAUDISON RODRIGUES DE VASCONCELOS

Diretor do Departamento de Educação Ambiental

Ministério do Meio Ambiente

III. Elaboração, validação e envio de Questionário⁴ para coleta de dados sobre a situação e funcionamento dos Coletivos Educadores. Junto ao questionário também foi enviada uma Carta de Apresentação explicando os propósitos, prazos e procedimentos relativos ao diagnóstico.

a. Já descritos no item anterior.

IV. Levantamento de informações secundárias existentes sobre os Coletivos Educadores em fontes diversas - sítio do DEA, blog “oficial” dos Coletivos (<http://coletivoseducadores.blogspot.com/>), busca na internet, solicitação aos entrevistados etc.

V. Realização de entrevistas junto a educadores ambientais envolvidos na concepção e/ou na implantação de Coletivos Educadores no país

a. Segue quadro de educadores entrevistados e o roteiro de questões abordadas (em ordem alfabética pelo nome do entrevistado).

	Nome	Instituição	Município/UF
1.	Frederico Loureiro	UFRJ	Rio de Janeiro - RJ
2.	Haydée Torres	UFSCar	São Carlos-SP
3.	Heitor Medeiros	UNEMAT	Cáceres-MT
4.	Luiz Ferraro	Consultor	Salvador-BA
5.	Marcos Sorrentino	ESALQ/USP	Piracicaba-SP
6.	Maria Rita Avanzi	UnB	Brasília - DF
7.	Michèle Sato	UFMT	Cuiabá-MT
8.	Philippe Layrargues	UnB	Brasília - DF
9.	Sandro Tonso	UNICAMP	Campinas-SP
10.	Silvana Vitorassi	Itaipu Binacional	Foz do Iguaçu - PR
11.	Valério Mendes	EMATER - MG	BambuÍ - MG

Roteiro-base para Entrevistas

1. Qual sua vinculação com a proposta dos Coletivos Educadores? Em que momento e como você se conectou a ela?
2. Qual sua análise sobre a descontinuidade ocorrida na gestão do projeto dos Coletivos

⁴

Disponível no Anexo deste documento.

Educadores (ocorrída no DEA/MMA em 2008)? Quais impactos a mudança na gestão do DEA acarretou a este processo?

3. Como você avalia o momento atual dos Coletivos Educadores? Quais suas principais dificuldades?
4. Quais críticas você faria à proposta dos Coletivos Educadores como um todo? Quais são as principais fragilidades? Que aspectos podem ser aperfeiçoados e por quê?
5. Qual o principal legado da proposta dos Coletivos Educadores? Quais suas principais virtudes?
6. Como a próxima gestão do Órgão Gestor da PNEA pode fortalecer esta política?
7. Sugestões de bibliografia para subsidiar este diagnóstico....

VI. Sistematização e organização dos dados colhidos para disponibilização no Produto 1.

No caso dos Coletivos Educadores a estratégia metodológica para a elaboração do diagnóstico foi distinta das Salas Verdes. Dada a inexistência de levantamentos de dados mais sistemáticos e consistentes, foi necessária a elaboração e aplicação de um instrumento específico para esta finalidade - um questionário dirigido aos Coletivos Educadores e de auto-preenchimento. O formato adotado para envio e recebimento do instrumento foi o virtual - envio e recebimento por e-mail contendo os arquivos do questionário e da carta de apresentação em anexo.

Seguem as atividades realizadas com respectivos prazos de conclusão. Vale lembrar que o prazo de referência na concepção deste cronograma foi o de entrega do Produto 1 da presente consultoria, qual seja, 10 de setembro. Há atividades que puderam ser realizadas simultaneamente, o que explica a diferença nas datas dispostas no cronograma abaixo.

2.2.2.1 Cronograma - Coletivos Educadores

Atividades	Prazo para sua conclusão
Inserção na lista de comunicação virtual dos Coletivos Educadores	30 de julho
Apresentação oficial aos Coletivos Educadores como forma de informá-los sobre esta consultoria e solicitar apoio na sua realização	30 de julho
Elaboração, validação e envio de Questionário para coleta de dados sobre a situação e funcionamento dos Coletivos Educadores. Junto ao questionário será enviada uma Carta de Apresentação explicando os propósitos, prazos e procedimentos relativos ao diagnóstico.	2 de agosto

Recebimento dos questionários preenchidos	20 de agosto
Levantamento de informações secundárias existentes sobre os Coletivos Educadores em fontes diversas - sítio do DEA, blog “oficial” dos Coletivos (http://coletivoseducadores.blogspot.com/), busca na internet, solicitação aos entrevistados, etc.	20 de agosto
Realização de entrevistas junto a educadores ambientais envolvidos na concepção e/ou na implantação de Coletivos Educadores no país	20 de agosto
Sistematização e organização dos dados colhidos para disponibilização no Produto 1.	31 de agosto
Finalização e entrega do Produto 1	10 de setembro

3. Diagnóstico das Salas Verdes

As Salas Verdes encontram-se desde sua concepção num dilema, mais acentuado recentemente. Não se vêem como “bibliotecas verdes” e tampouco se assumem como um Centro de Educação Ambiental (CEA⁵), ainda que o queiram ou tentem sê-lo. Enfrentam o desafio de buscarem se constituir como um CEA mesmo sendo visto pelos públicos com os quais lidam como meras bibliotecas verdes. Evidentemente que esta percepção genérica serve apenas para constituir um pano de fundo dos dilemas colocados para as Salas Verdes na atualidade. Além disso, sua vinculação institucional torna ainda mais complexa esta fotografia, uma vez que, de um lado, são/estão conectadas ao DEA/MMA a partir da sua participação no Projeto Sala Verde e, de outro, têm seus próprios vínculos institucionais junto a diferentes organizações que as mantêm (ONGs, prefeituras etc).

Desta forma, a realização de um diagnóstico adquire importância estratégica, possibilitando visualizar questões prementes como: quem e o que são as Salas Verdes atualmente, o que e como fazem, para quem e com quem fazem, quais suas fragilidades, desafios e fortalezas, dentre tantas outras dimensões. Esta radiografia favorece a compreensão do momento atual destas iniciativas e sinaliza para qual direção elas pretendem (sonho) e podem (realidade) caminhar. Ajuda também a destacar quais medidas de suporte o DEA/MMA pode adotar visando fortalecer e ampliar tais iniciativas, a partir de uma gestão também mais fortalecida.

Tem-se visto que, assim como a EA, as Salas Verdes são vistas com bons olhos pelos dirigentes do MMA. Entra ministro, sai ministro e permanece o desejo (pelo menos no discurso) de expandir da

⁵ Compreendido como sendo toda e qualquer iniciativa voltada à EA que disponha de: 1. Espaço, equipamentos e entorno; 2. Equipe Educativa; 3. Projeto Político Pedagógico; e 4. Estratégia de Sustentabilidade. (SILVA, 2004 b).

ordem de centenas para a casa do milhar o número de Salas Verdes no país. Entretanto, estas intenções não têm sido encaminhadas internamente de forma mais efetiva, dotando o DEA de condições políticas e objetivas (equipe, recursos materiais e financeiros) para promover este salto quantitativo, sem deixar de lado o suporte e o acompanhamento às Salas já existentes.

Portanto, este diagnóstico procura lançar reflexões de dentro para fora (do MMA para as Salas Verdes) e de fora para dentro (das Salas Verdes para si mesmas e delas para os desafios e limites colocados para a gestão do DEA), fornecendo informações, dados e análises de modo que todos estes atores se (re)conheçam permanentemente.

Finalmente deve-se pontuar o caráter do diagnóstico - um documento técnico de subsídio à tomada de decisão política sobre o Projeto Sala Verde. Creditar a ele um “poder” de, por si só, alavancar as transformações necessárias ao Projeto é superestimar o seu caráter e subestimar as esferas políticas que coordenam a gestão do Projeto Sala Verde e o DEA/MMA como um todo. O fortalecimento do Projeto Sala Verde (internamento no âmbito do DEA e externamente junto às iniciativas) depende de decisões políticas atuais e futuras, dado o momento atual de término de gestão governamental. Uma maior pressão por parte das Salas Verdes junto ao MMA e à opinião pública de uma forma geral pode conspirar positivamente neste sentido. Para que esta cobrança seja efetiva e contundente, a existência do diagnóstico ganha relevância novamente, oferecendo informações, dados, reflexões e análises que permitam que Salas Verdes e DEA se (re)conheçam mutuamente, como parceiros e elos de uma grande rede de iniciativas educacionais voltadas à questão ambiental.

Duas perspectivas e abordagens devem ser consideradas na apresentação deste diagnóstico. A primeira refere-se a uma releitura de dados que haviam sido coletados a partir de um Diagnóstico realizado pelo DEA/MMA em 2007. A segunda diz respeito a uma análise mais qualitativa sintonizada numa discussão “de fundo” feita com as Salas Verdes a partir da sua lista de comunicação, isto feito na atualidade. Estas duas abordagens, complementares e integradas, contribuirão para a composição do diagnóstico que segue nesta seção.

Seria possível ainda destacar uma terceira via relativa à análise de referências bibliográficas sobre o tema. Ainda que ela não tenha sido implementada de forma exaustiva, o diálogo com as Salas Verdes possibilitou a identificação de trabalhos (em andamento e já concluídos) de investigação abordando dimensões variadas relativas à atuação e funcionamento das Salas Verdes. Merece destaque um trabalho (VERDADE, 2010) que realizou um levantamento referente ao perfil das ações de EA desenvolvidas nas diversas Salas Verdes da região Sul do Brasil, identificando suas expectativas, carências e dificuldades. Ao longo deste Relatório, algumas questões e dados oferecidos e discutidos pelo autor serão oportunamente citados. Recomenda-se a leitura deste trabalho àqueles que procuram informações mais detalhadas sobre o panorama das Salas Verdes na região sul do país.

Antes da apresentação e análise do diagnóstico presente neste Relatório é importante traçar um breve histórico para contextualizar o Projeto Sala Verde, segundo informações disponibilizadas em seu site oficial e em publicações do próprio Projeto.

3.1 Contextualização do Projeto

O Projeto Sala Verde, coordenado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como potenciais Centros de Informação e Formação Ambiental. A dimensão básica de qualquer Sala Verde é a disponibilização e democratização da informação ambiental e a busca por maximizar as possibilidades dos materiais distribuídos, colaborando para a construção de um espaço, que além do acesso à informação, ofereça a possibilidade de reflexão e construção do pensamento/ação ambiental.

Sala Verde é um espaço definido, vinculado a uma instituição pública ou privada, que poderá se dedicar a projetos, ações e programas educacionais voltados à questão ambiental. Deve cumprir um papel dinamizador, numa perspectiva articuladora e integradora, viabilizando iniciativas que propiciem uma efetiva participação dos diversos segmentos da sociedade na gestão ambiental, seguindo uma pauta de atuação permeada por ações educacionais, que caminhem em direção à sustentabilidade.

O Projeto Sala Verde foi inicialmente concebido com foco considerável no caráter biblioteca verde que estes espaços poderiam assumir e, a partir do desenvolvimento e da evolução do Projeto, passou-se a visualizar as Salas Verdes como espaços com múltiplas potencialidades, que além da disponibilização e democratização do acesso às informações, podem desenvolver atividades diversas de Educação Ambiental como: cursos, palestras, oficinas, eventos, encontros, reuniões, campanhas.

O Departamento de Educação Ambiental (DEA) parte da compreensão de que a Sala Verde deve cumprir um papel de dinamizadora de espaços/iniciativas já existentes, numa perspectiva articuladora e integradora. A Sala Verde pode e deve estabelecer parcerias locais e regionais, com autonomia e iniciativa própria, contando com a possibilidade de apoio institucional.

Cada Sala Verde é única, não há um padrão pré-definido ou um formato modelo para ela. Cada instituição deve configurá-la à sua maneira, levando em consideração sua identidade institucional e o público com quem trabalha, dialogando as potencialidades com as particularidades locais e regionais e, também, deve buscar orientar as ações, através de um processo constante e continuado de construção, implementação, avaliação e revisão de seu Projeto Político Pedagógico.

Entendemos que o Projeto Político Pedagógico (PPP) é o que explicita os porquês da Sala Verde; os comos, o quando, o onde, o quanto, além de outras questões de cunho político e pedagógico.

3.2 Breve histórico

O Ministério do Meio Ambiente por meio do Centro de Informação e Documentação (CID Ambiental) passou a incentivar a implantação de Salas Verdes no ano 2000. Esta foi uma estratégia de encaminhar as demandas que estavam surgindo referentes a um apoio maior do Ministério do Meio Ambiente para além da mera distribuição de livros e materiais ambientais. No período anterior ao ano 2000, o que vinha ocorrendo é que todos os públicos que acessavam e visitavam as dependências do CID Ambiental solicitavam materiais, publicações e informações para que eles próprios pudessem levar a seus municípios e, por conta própria, disponibilizá-los à população interessada no tema. Este processo, entendido como sendo o embrião do Projeto Sala Verde demonstrou-se num primeiro momento positivo, por avançar na direção na disseminação de informações e materiais produzidos e/ou disponibilizados pelo Ministério do Meio Ambiente, mas num segundo momento deparou-se em algumas dificuldades:

- falta de garantia de que aqueles materiais e informações estivessem sendo efetivamente disponibilizados à população do município/região em questão;
- carência de informações complementares posteriormente à retirada do material por parte destes técnicos e gestores;
- a disponibilização de materiais ficava restrita a pessoas e instituições que acessavam diretamente ao CID Ambiental, requerendo no mínimo uma visita (presencial) a Brasília, característica esta que se tornava um fator excludente à maioria dos municípios e organizações, especialmente aqueles considerados menores;
- criava-se uma relação muito mais entre CID/MMA e as pessoas que retiravam os materiais do que a nível inter-institucional;
- carência de estratégias de monitoramento e avaliação da utilização destes materiais nos municípios envolvidos.

Embora com estas dificuldades, o Projeto Sala Verde avançou consideravelmente no estímulo a implantação de Salas Verdes pelo país, especialmente no período compreendido entre os anos de 2000 a 2004 (neste último até o primeiro semestre). Nesta fase o processo de implantação de Salas Verdes baseou-se no modelo de Atendimento a Demandas Espontâneas, seguindo a estratégia descrita acima, alcançando resultados satisfatórios.

A partir de 2004 o projeto passou a ser reformulado, sofrendo algumas alterações:

- sua coordenação passou a ser feita pelo Departamento de Educação Ambiental, junto ao qual ficou vinculado o CID Ambiental;
- todas as estratégias e linhas de ação do Projeto foram discutidas, em virtude dos problemas identificados e em função do novo ordenamento político, pessoal (técnico) e orçamentário.

A fase atual do Projeto Sala Verde foi implementada a partir do segundo semestre de 2004, através da realização de algumas ações:

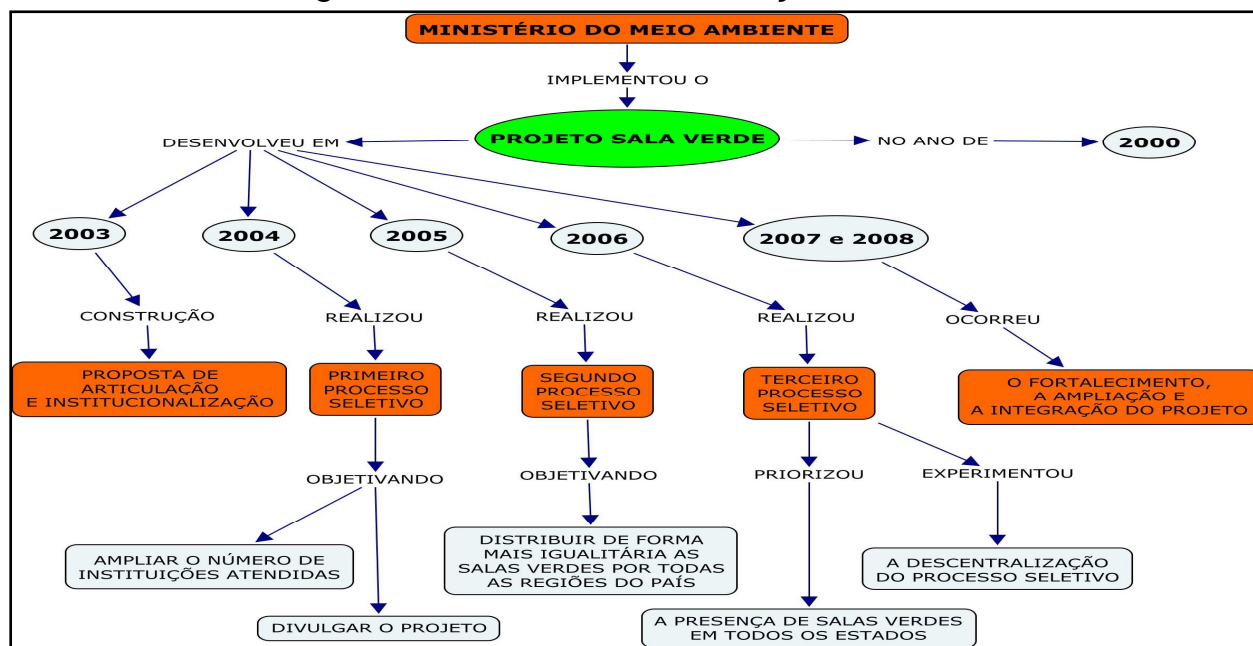
- formulação e lançamento do Edital 01/2004, como um novo mecanismo de incentivo a implantação de Salas Verdes pelo país (Este Edital foi denominado como sendo Manual Orientador 01/2004 e passou a configurar-se como uma estratégia de indução de Salas Verdes, sendo lançada com periodicidade variável);
- mapeamento e diagnóstico de todas as Salas Verdes implantadas no período pré 2004;
- diálogo e estímulo ao estabelecimento de parcerias, como uma nova estratégia de implantação de Salas Verdes pelo país; dentre outras ações.

Nos anos de 2004 e 2005, os Manuais do Processo Seletivo mantiveram suas características estruturantes, mas foram orientados de acordo com as demandas, com a necessidade de integração com outras ações e projetos do DEA e do MMA. Outro aspecto que orientou a elaboração dos manuais foi a busca de equiparação da representatividade do projeto nas regiões, com vistas a priorizar as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Manual 01/2004) e estimular a presença da ação em todos os Estados do país (Manual 01/2005).

As metas de desenvolvimento da ação avançaram e culminaram na descentralização do processo de seleção com o lançamento do Manual do Processo Seletivo 01/2006. Foram instituídas 17 câmaras técnicas temporárias de análise que receberam propostas de seu Estado para análise e orientação do processo de seleção e de ajuste de propostas.

Atualmente, as Salas Verdes representam um potencial de capilaridade e de integração de políticas públicas, que pode ser representado pela pluralidade de suas propostas, pela diversidade do público atendido e pelos vários tipos de instituições que hospedam Salas Verdes. O diagrama a seguir oferece-nos um bom panorama deste processo histórico de concepção e gestão do Projeto Sala Verde.

Figura 1 - Percurso histórico do Projeto Sala Verde



Fonte: VERDADE, 2010.

3.3 Diagnóstico

Para o levantamento dos dados que serão apresentados a seguir, o DEA/MMA utilizou um questionário⁶ para guiar tal diagnóstico realizado em 2007. Dada a abrangência deste instrumento, optou-se pela utilização de alguns campos que serão apresentados e analisados a seguir. Este questionário adotava 14 blocos de questões, procurando cobrir os diferentes aspectos relacionados ao funcionamento, gestão e atuação de cada Sala Verde:

	Blocos de Questões
1	Dados Gerais da Sala Verde
2	Gestão da Sala Verde
3	Equipe
4	Setor institucional
5	Infra-estrutura existente
6	Recursos disponíveis
7	Meios de comunicação utilizados
8	Meios de divulgação utilizados
9	Público atendido
10	Acervo existente
11	Sistema de gestão de acervo
12	Atividades realizadas

⁶

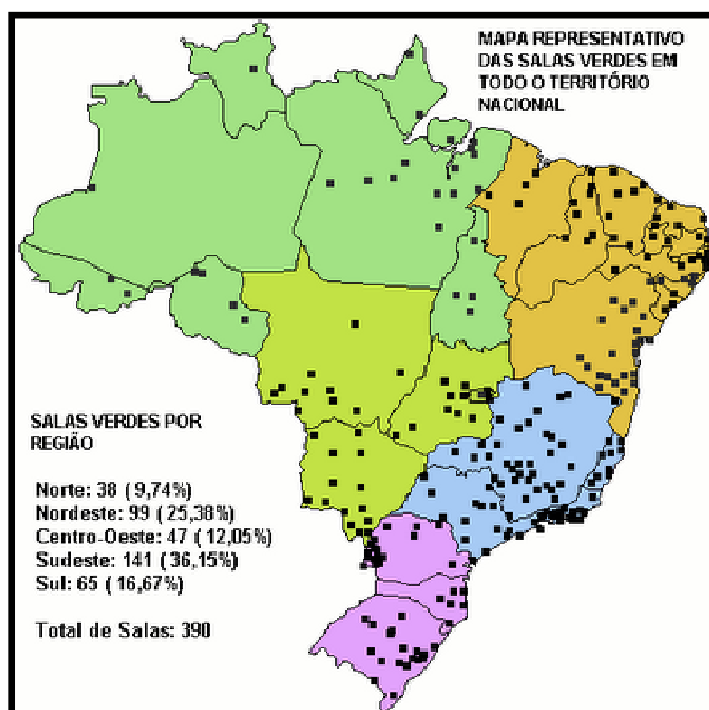
Disponível na íntegra no Anexo deste Relatório.

13	Interação com outras iniciativas e propostas
14	Dados sobre necessidades e perspectivas futuras

Vale ressaltar que o escopo deste diagnóstico (desta consultoria) não está voltado à atualização de listagens das Salas Verdes em funcionamento no país - ação esta que é periodicamente realizada pela equipe técnica do Projeto Sala Verde - mas sim o de visualizar e analisar questões relevantes para constituir um panorama quali-quantitativo das Salas Verdes.

Na ocasião da aplicação deste questionário, o quadro de Salas Verdes no país era o seguinte:

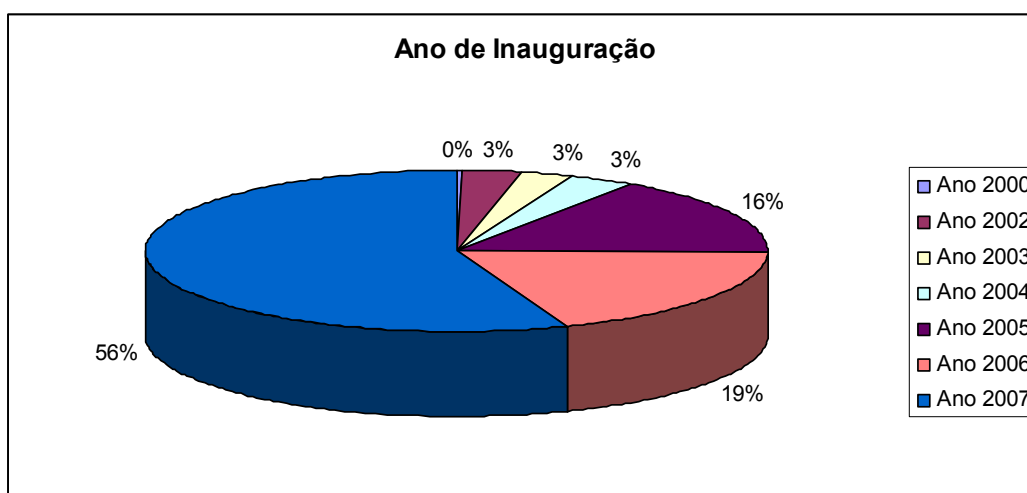
Figura 2 - Mapa de Salas Verdes (Brasil, 2007)



Fonte: VERDADE, 2010.

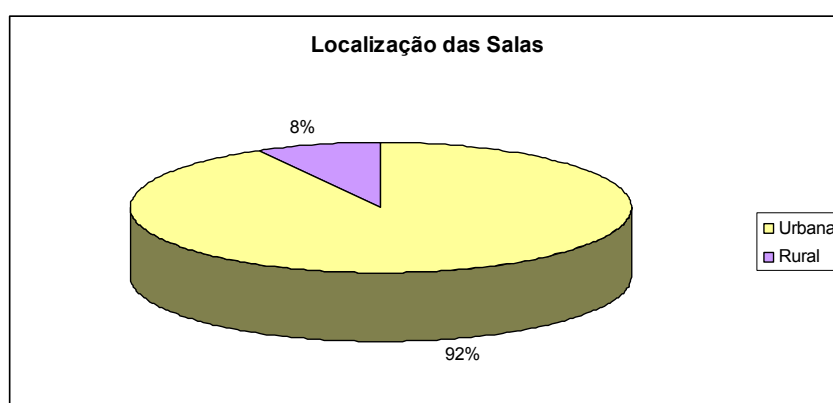
A seguir, inicia a apresentação dos dados gerados a partir das informações coletadas via questionário aplicado em 2007.

Gráfico 1 - Ano de inauguração das Salas Verdes



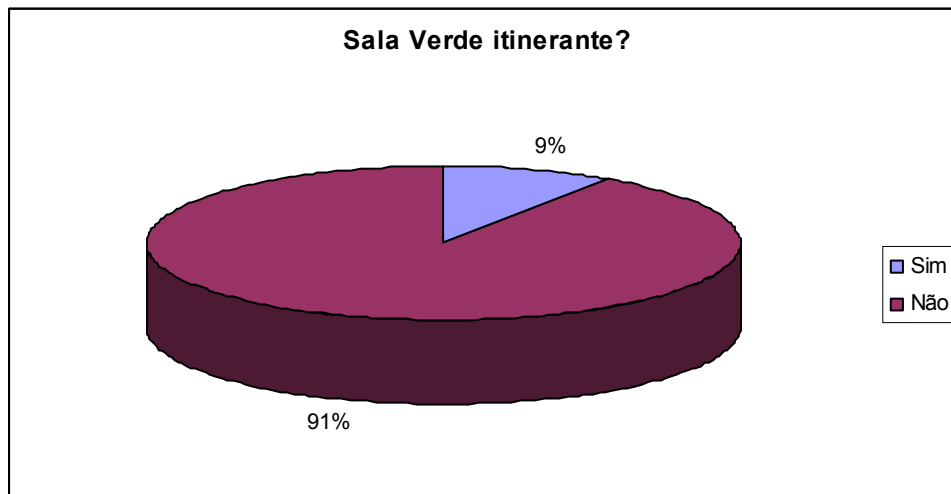
Nota-se uma evolução crescente na quantidade de Salas Verdes inauguradas a partir do início do Projeto, no ano 2000. Embora apareça no gráfico 0% para este ano, ele reúne uma única Sala Verde, que, distribuída ao longo do universo de 245 Salas Verdes (dado de 2007) o aproxima da nulidade percentual. Analisando o gráfico à luz do histórico do Projeto, nota-se que a reformulação pela qual passou o Projeto em 2004 passa a surtir efeito no ano seguinte, com 16% de Salas inauguradas. Este percentual é bem superior se comparado aos 3% dos anos anteriores. Ou seja, até 2004 o processo de implementação de novas Salas Verdes se dava de maneira pontual e não publicizada. Somente a partir das reformulações traçadas observa-se um impacto nítido na criação de Salas Verdes. Em 2007 é que este impacto é mais acentuado, como se observa no gráfico.

Gráfico 2 - Localização das Salas Verdes



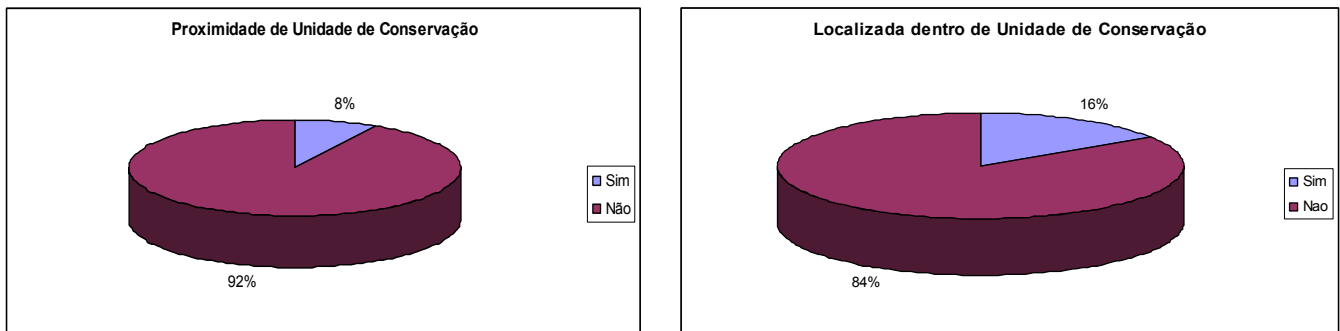
O gráfico 2 nos revela que a grande maioria das Salas Verdes localiza-se em área urbana (92%). Este dado pode sugerir que, na redefinição de estratégias para a implantação de novas Salas Verdes possam ser pensados em critérios de estímulo a iniciativas em áreas rurais.

Gráfico 3 - Caráter itinerante das Salas Verdes



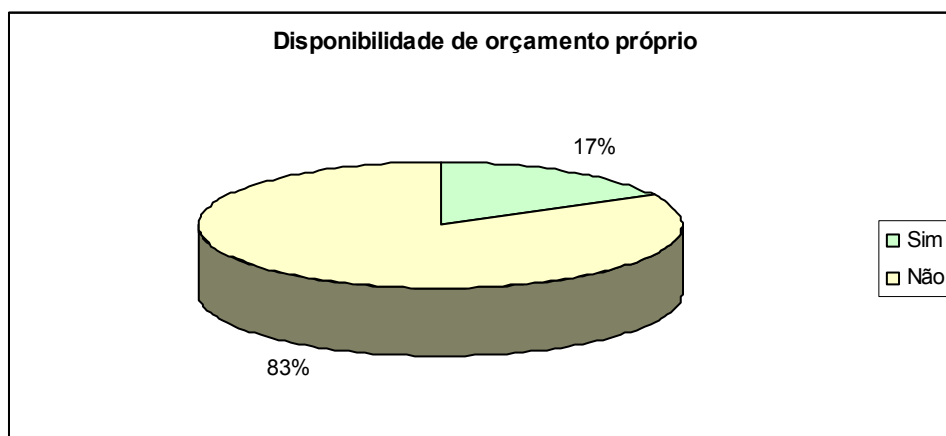
Observa-se no gráfico 2 que apenas 9% das Salas Verdes eram itinerantes e/ou realizavam ações de forma itinerante.

Gráfico 4 - Proximidade e localização em Unidade de Conservação



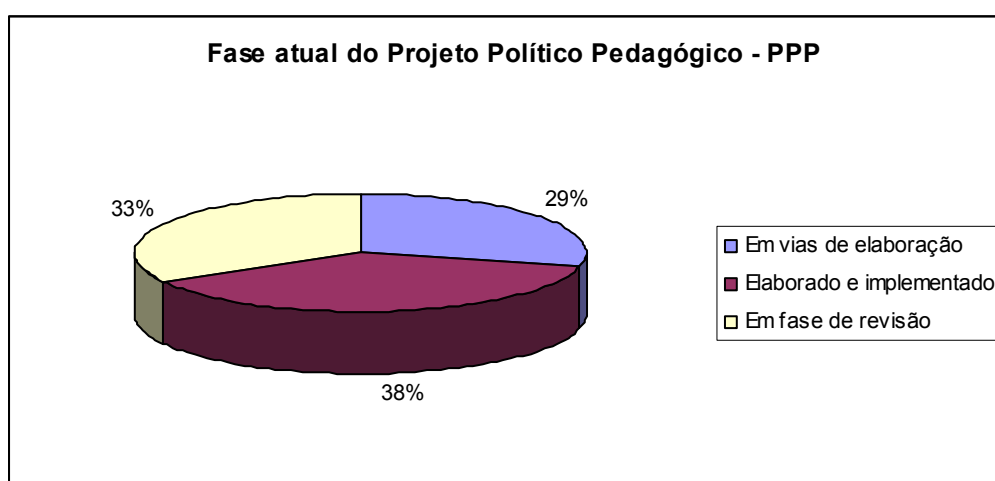
O gráfico 4 nos oferece dois dados agrupados, sendo um relativo à proximidade das Salas Verdes com Unidades de Conservação e outro referente à sua localização no interior de UCs. Nota-se que há uma evolução neste percentual - de 8% de Salas próximas à UCs para 16% de Salas situadas no interior de UCs. Mesmo com esta evolução, a relação entre Salas Verdes e Unidades de Conservação é um fator que pode ser potencializado, seja por meio de parcerias com órgãos e setores do MMA responsáveis pela gestão de UCs, seja pelo estímulo à implantação de novas Salas Verdes com esta perspectiva.

Gráfico 5 - Disponibilidade de orçamento próprio



Ainda que a maioria das Salas Verdes (83%) alega não dispor de orçamento próprio para a sua manutenção e para a realização das suas atividades, é importante destacar no gráfico que praticamente 1/5 delas declaram possuir orçamento próprio. Uma análise mais detalhada sobre estes 17% permitiria identificar estratégias interessantes de destinação e alocação de recursos financeiros específicos para as Salas Verdes que poderiam ser compartilhadas entre todas as Salas. Como veremos adiante, a questão da sustentabilidade (sobretudo financeira) das Salas Verdes é um dos principais desafios destacados atualmente por estas iniciativas, e, portanto, merece uma atenção especial por parte do DEA/MMA.

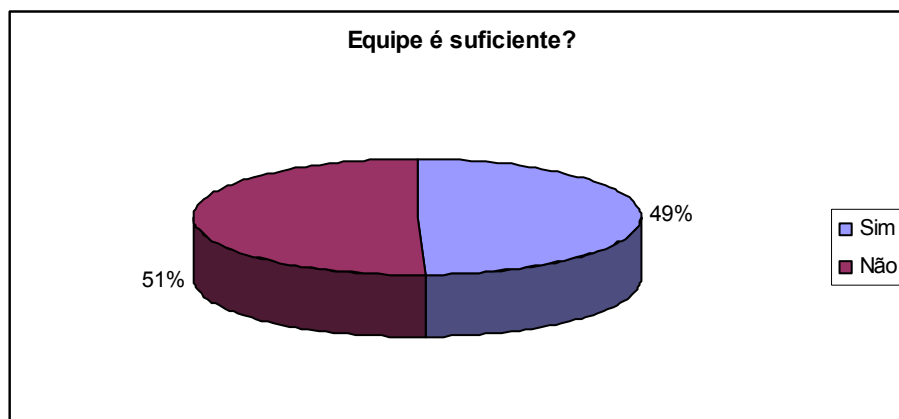
Gráfico 6 - Fase atual do Projeto Político Pedagógico - PPP



Nota-se no gráfico 6 que há certo equilíbrio entre as três fases possíveis relativas ao PPP das Salas Verdes, com leve predomínio para as Salas que alegam ter um PPP já elaborado e implementado. Olhando sob outro prisma é possível perceber que a maioria das Salas Verdes (33% + 29%, ou seja, 62%) encontra-se num momento de elaboração, atualização ou revisão do seu respectivo PPP. Considerando este dado em diálogo com conceitos relevantes do campo educacional - os quais

destacam a necessidade permanente de revisão e atualização do PPP, não o encarando como um documento estanque, mas sim como uma *práxis educativa* continuada - conclui-se que este aspecto - PPP - poderia ser mais aprofundado junto às Salas Verdes e em diálogo com elas.

Gráfico 7 - Suficiência da Equipe da Sala Verde

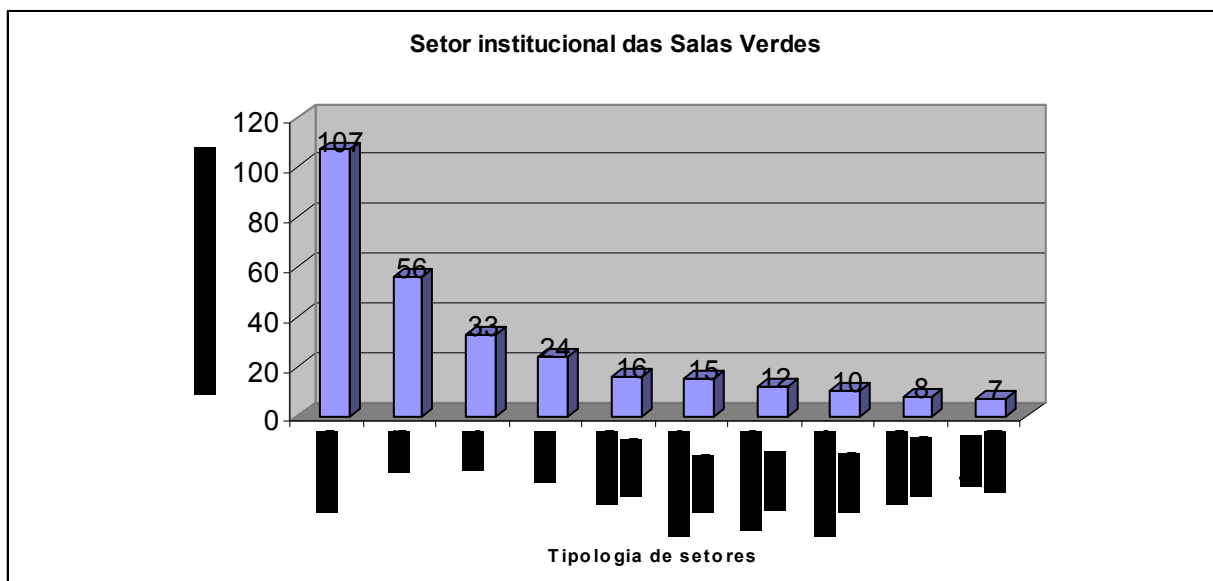


O gráfico 7 revela um completo equilíbrio sobre a suficiência da equipe que atua nas Salas Verdes. Há duas abordagens possíveis a partir deste dado: a. A de que a Sala Verde precisa compatibilizar a demanda que recebe (de visitas, atividades, etc) com a equipe disponível; b. A de que a Sala Verde dispõe da equipe que tem condições de manter, a partir da sua disponibilidade de orçamento e ao seu vínculo institucional.

É preciso cautela na análise destas abordagens, pois o fato de uma determinada Sala Verde alegar não dispor de equipe suficiente não implica necessariamente num alto volume de demanda que ela venha a receber. O oposto também deve ser considerado nesta interpretação. Neste sentido, ampliar o olhar sobre a gestão interna da Sala Verde também contribui para melhor interpretar este fenômeno. Muitas vezes uma boa gestão e uma boa capacidade de estabelecer parcerias podem elevar a eficiência de uma equipe numericamente reduzida e, desta forma, ampliar a capacidade de atuação da Sala Verde.

Parece-nos que uma discussão mais aprofundada sobre o aspecto “Gestão interna das Salas Verdes” pode ser uma alternativa relevante atualmente, abrangendo aspectos administrativos internos (procedimentos internos, fluxo de documentos, etc), equipe (e como ela se relaciona diretamente na gestão da Sala) e a relação dela com a comunidade com a qual a Sala Verde se relaciona.

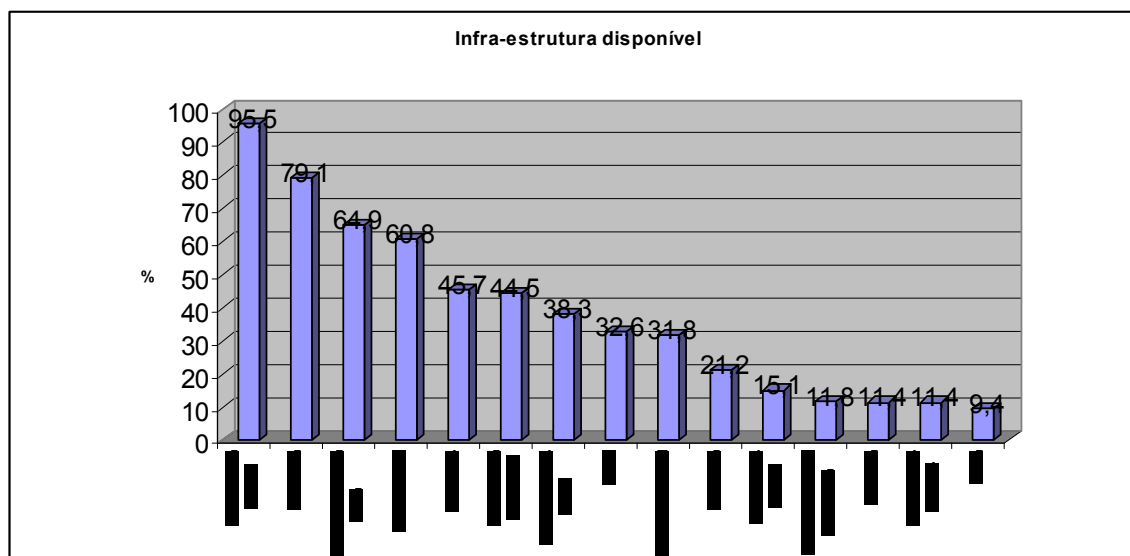
Gráfico 8 - Setor institucional de vinculação das Salas Verdes



Nota-se no gráfico 8 que o principal setor agraciado pelo Projeto Sala Verde são as Prefeituras (107 de 245 Salas Verdes, ou 43%), seguido pelas ONGs (56 de 245 Salas, ou 23%). Vale salientar que a terceira categoria (CEA - Centro de Educação Ambiental) não apresenta caráter institucional próprio e, por isso, permitia preenchimento de mais de uma opção nesta questão. Por exemplo, uma Sala Verde pode ser um CEA e estar vinculado institucionalmente a uma prefeitura ou a um ONG. O fato de a Sala Verde ser um CEA não lhe atribui um vínculo institucional próprio.

O gráfico nos apresenta uma tendência mais consolidada da presença de Prefeituras e de ONGs como sendo os dois principais setores institucionais envolvidos no processo de implantação de Salas Verdes no país. A partir desta conclusão, emerge a seguinte questão: a gestão do Projeto pretende, daqui pra frente, reforçar esta tendência ou incrementar a participação dos demais setores no processo de criação de novas Salas Verdes? Se esta segunda opção for o caminho escolhido, devem-se traçar estratégias específicas para mobilizar estes setores de forma mais efetiva.

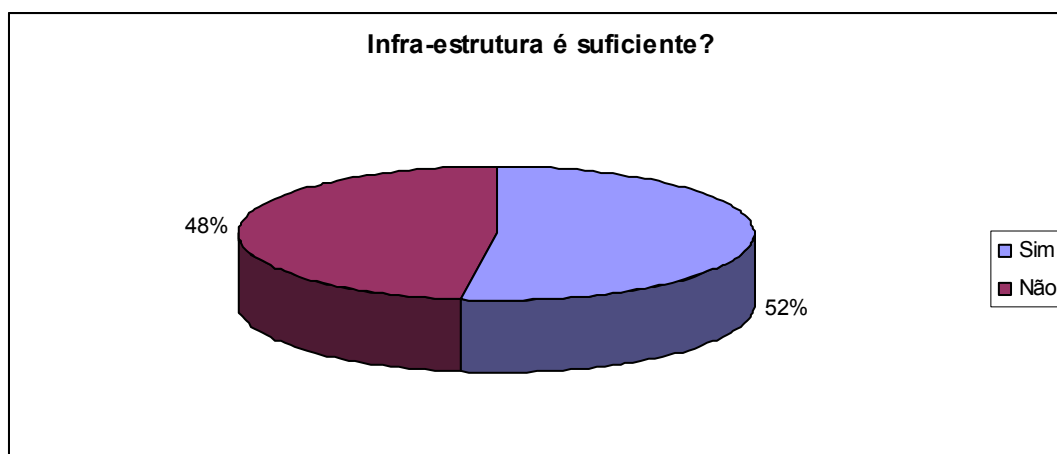
Gráfico 9 - Infra-estrutura disponível



O gráfico 9 nos revela que a infra-estrutura mais presente na grande maioria das Salas Verdes é espaço físico coberto, biblioteca, acesso a internet (banda larga) e sala de leitura. Os demais aspectos estão disponíveis em menos da metade das Salas.

Por outro lado, a disponibilidade de tais estruturas não deve ser encarada como um fator que limita a atuação das Salas Verdes. Já se viu em muitas situações Centros de Educação Ambiental com estruturas belíssimas e fartas que realizavam atividades pedagógicas bastante pontuais e incipientes.

Gráfico 10 - Suficiência da infra-estrutura disponível

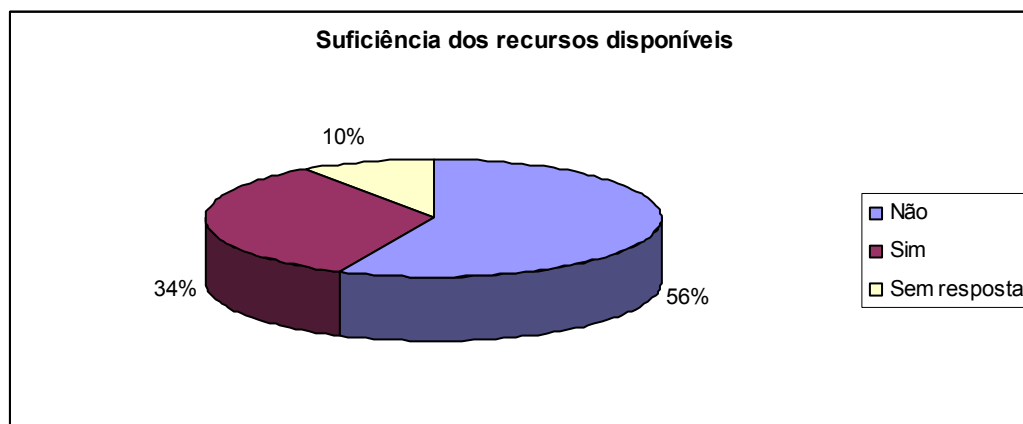


Quando questionadas sobre se “A infra-estrutura existente é suficiente?” constava-se que há um equilíbrio de opiniões. Para pouco mais da metade das Salas Verdes (52%) a infra-estrutura disponível é considerada suficiente para o trabalho da Sala, enquanto que 48% pensam o oposto.

Tabela 1 - Relação de recursos disponíveis nas Salas Verdes

Recursos Disponíveis	%
Computador	92,7
Televisão	82,8
DVD	69,8
Maquina Fotográfica	69,8
Vídeo cassete	64,5
Retroprojeter	52,2
Projeter multimídia	49,4
Equipamento de som	47,4
Coleta seletiva de lixo	43,6
Acesso a portadores de deficiências	37,5
Filmadora	32,6
Projeter de slide	22,4
Gravador	22,1
Máquina reprográfica	16,3
Tratamento de efluentes	11,4
Bicicletário	9,8
Outros	7,3
Captação de água de chuva	6,5
Painel de energia solar	2,1

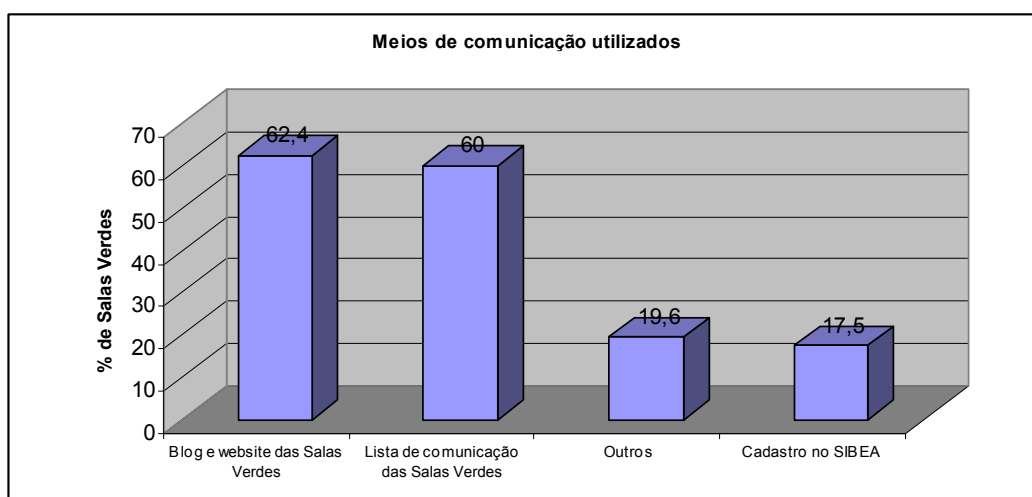
Gráfico 11- Suficiência de recursos disponíveis



Nota-se no gráfico 11 que para a maioria das Salas Verdes os recursos de que dispõem não são suficientes para seu funcionamento e atuação. Apenas 1/3 (34%) considera-os suficientes. Enquanto no quesito “infra-estrutura” se observa um maior equilíbrio de opiniões entre as Salas Verdes, no quesito “recursos” a situação é bem diferente.

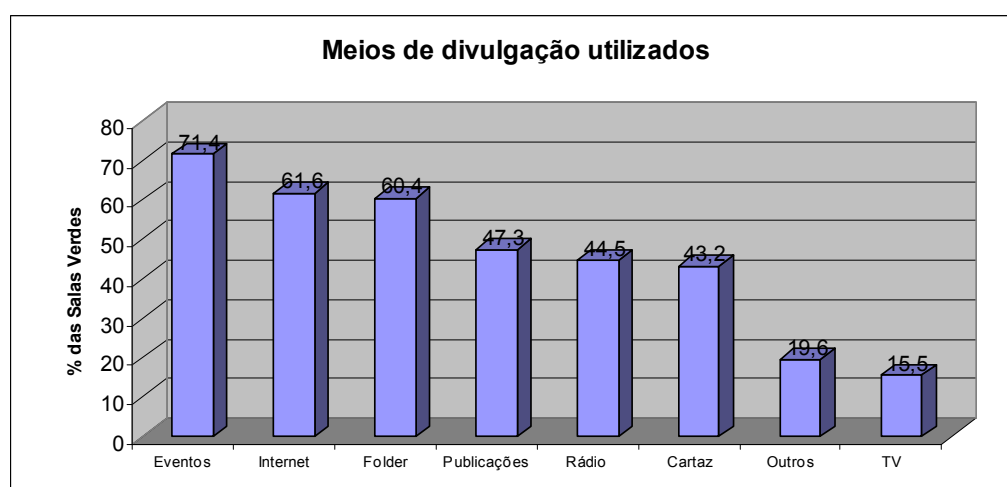
A questão que emerge da visualização do gráfico 11 é: como definir estratégias para as Salas Verdes lidarem com a insuficiência de recursos (materiais, pedagógicos etc)? Como enfrentar tais lacunas de forma mais autônoma sem cair no discurso que prega a dependência do MMA?

Gráfico 12- Meios de comunicação utilizados



O gráfico 12 nos revela que a maioria das Salas Verdes tem dois canais de comunicação preferenciais - blog/website e lista de comunicação, ambos criados pelo DEA/MMA, mas geridos de forma compartilhada com as Salas Verdes. Nota-se ainda que cerca de 1/5 (19,6%) das Salas Verdes dispõe de outros meios de comunicação (boletins, mural, carta, etc) e apenas 17,5% delas estão cadastradas no Sistema Brasileiro de Informação em EA - SIBEA⁷. Pode-se concluir que até mesmo os canais comunicativos disponíveis e utilizados pelas Salas Verdes são/estão dependentes da centralidade exercida pelo DEA. Ainda que deva existir um canal “oficial” de interlocução do DEA com as Salas Verdes, é importante que elas próprias criem canais de interlocução específicos e autônomos.

Gráfico 13- Meios de divulgação utilizados

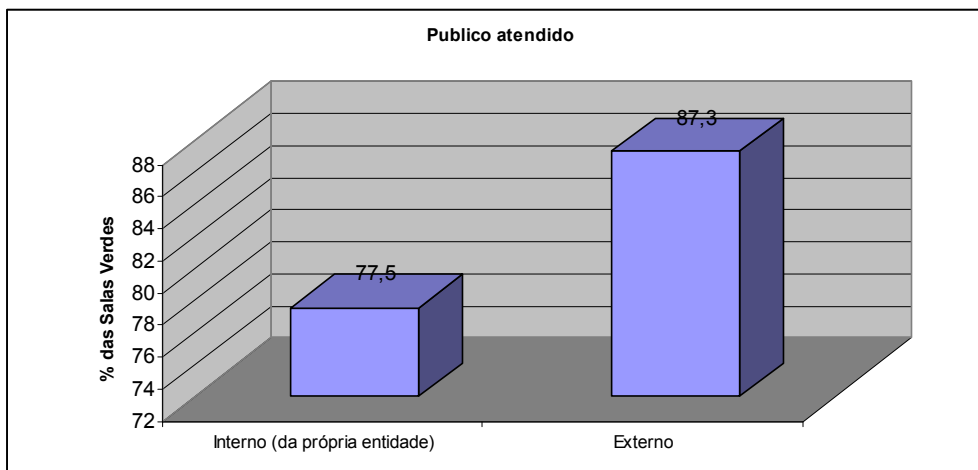


7

Acessível no endereço: <http://sibea.mma.gov.br>

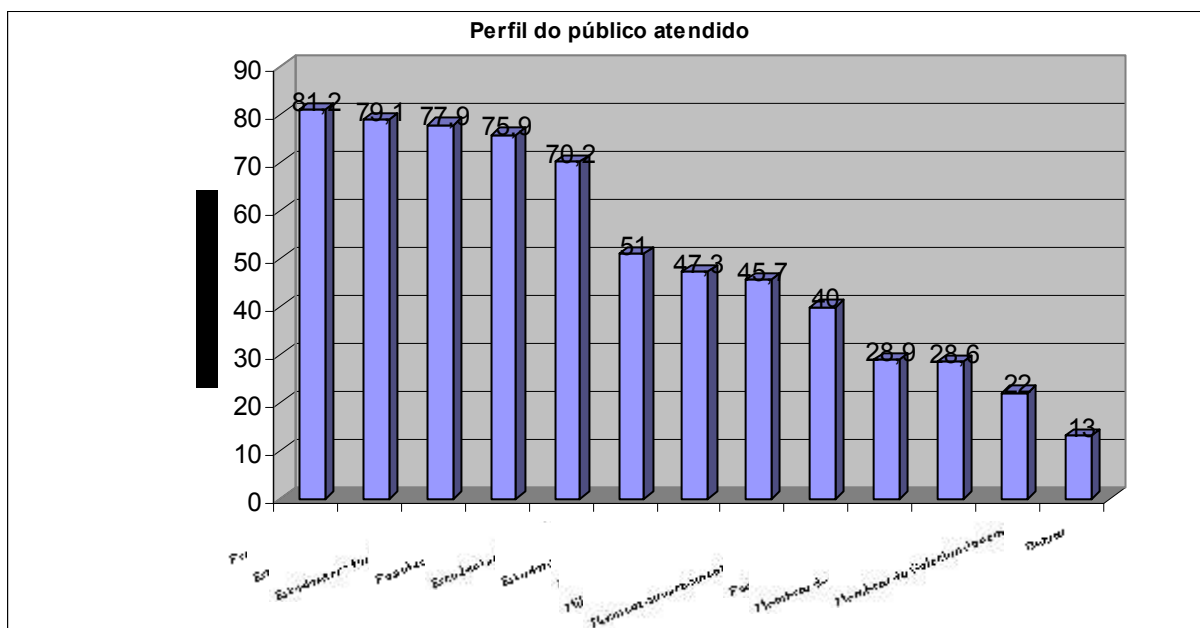
Observa-se no gráfico 13 que três meios de divulgação se destacam como sendo utilizados pela maioria das Salas Verdes: eventos (71,4%), internet (61,6%) e folder (60,4%).

Gráfico 14- Público atendido



Quanto ao público atendido, nota-se no gráfico 14 que a maioria das Salas Verdes afirma atender tanto ao público interno (da própria entidade à qual a Sala está vinculada) como ao público externo a ela. Neste caso, o percentual é maior (87,3%).

Gráfico 15- Perfil do público atendido



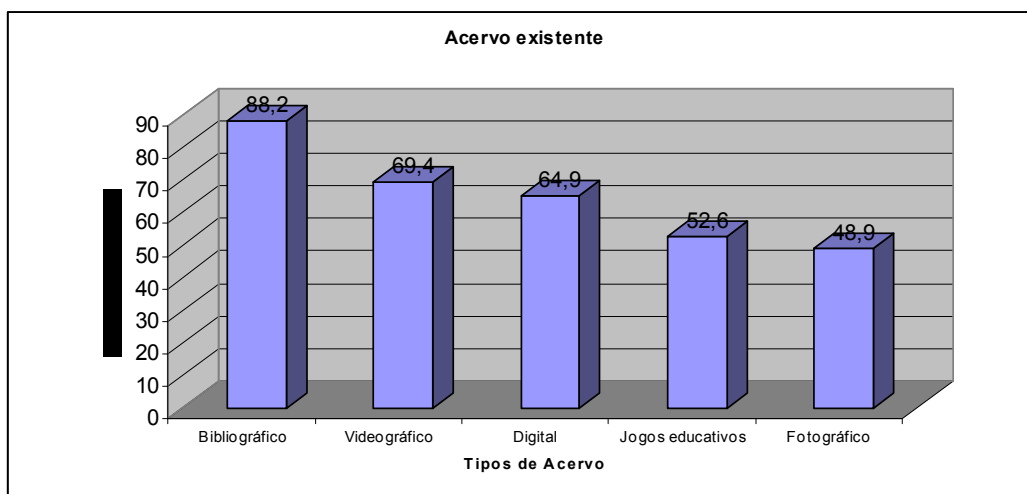
Analisando os diferentes públicos atendidos pelas Salas Verdes percebe-se que há destaque para cinco perfis, atendidos pela grande maioria das Salas:

Tabela 2 - Públicos preferenciais das Salas Verdes

Perfis de Públicos	%
Professores	81,2
Estudantes - médio	79,1
Estudantes - fundamental	77,9
População em geral	75,9
Estudantes - superior	70,2

Destes cinco públicos preferenciais, vê-se um nítido destaque para aqueles vinculados ao ensino formal - professores e estudantes (ensino médio, fundamental e superior), além da expressão “população em geral”, comumente utilizada em equipamentos e estruturas semelhantes às Salas Verdes. A partir destes dados é possível inferir que, em geral, as Salas Verdes se colocam como espaços complementares à EA formal, uma vez que se especializam nos públicos vinculados ao ensino formal. A decorrência natural desta interpretação é a inevitável discussão sobre o grau de articulação das Salas Verdes com as instituições responsáveis pela educação formal ou, dito de outra forma, como elas se aproximam da abordagem curricular formal com vistas ao seu incremento e integração.

Gráfico 16 - Acervo existente nas Salas Verdes

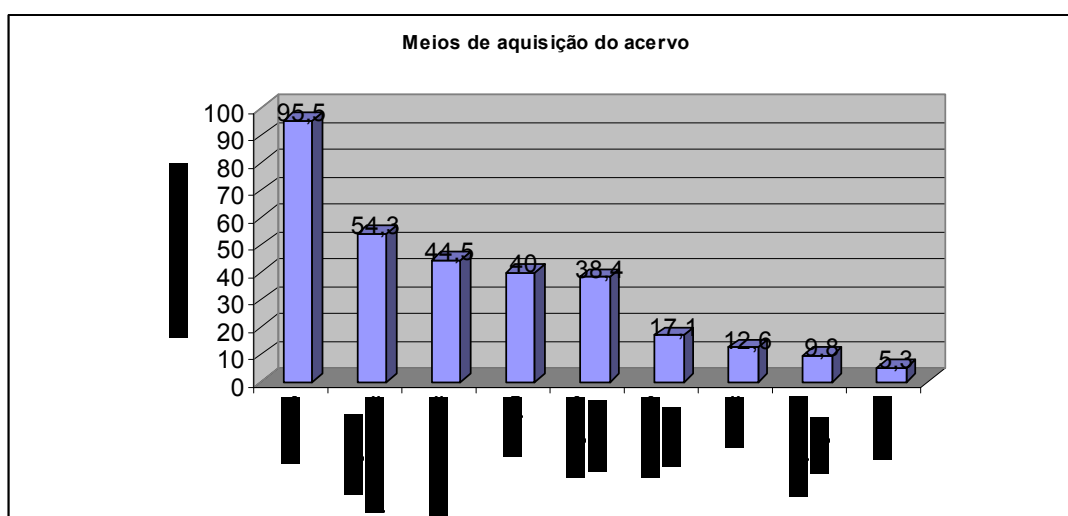


Observa-se no gráfico 16 com certa obviedade que o acervo bibliográfico é o mais presente nas Salas Verdes (88,2%), seguido pelo videográfico (69,4%), digital (64,9%), jogos educativos (52,5%) e fotográfico (48,9%). A predominância de acervo bibliográfico remete para o slogan das Salas Verdes: "espaço interativo de informação socioambiental", conforme ilustra a figura a seguir. Se, de fato, elas são concebidas como tal, era de esperar que outros tipos de acervo estivessem mais presentes, como por exemplo, os jogos educativos.

Figura 3 - Banner padrão das Salas Verdes

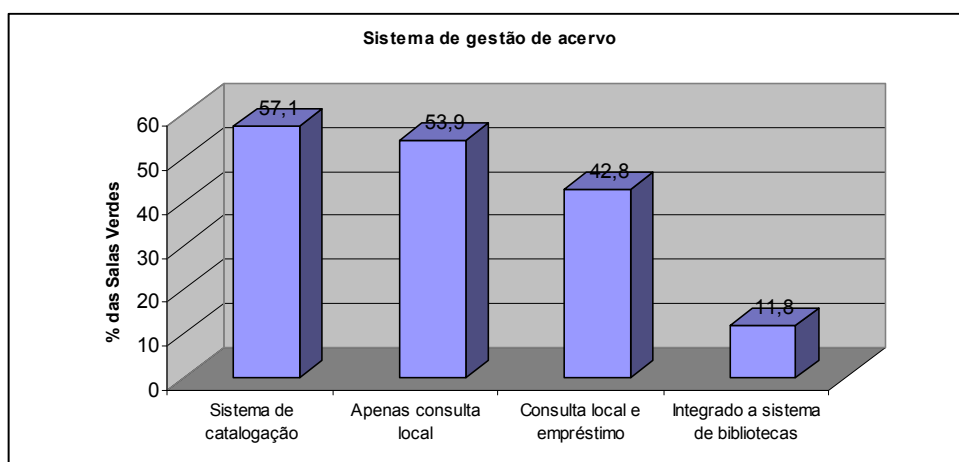


Gráfico 17 - Meios de aquisição do acervo



O gráfico 17 nos revela também algo óbvio, que a quase totalidade das Salas Verdes depende majoritariamente do Kit enviado pelo MMA para a composição de seus acervos. Nota-se, no gráfico, que há uma considerável queda entre o primeiro e o segundo colocado (Kit MMA e Doação de pessoas físicas), caindo de 95,5% para 54,2%. Na seqüência, observa-se a presença de Eventos/cursos, compra e doações de empresas (todas na casa dos 40%). Após, tem-se outra considerável queda, revelando práticas pouco implementadas pelas Salas Verdes: articulação com editoras, campanhas de doação e permutas. Conclui-se disto que as Salas Verdes ainda guarda extrema dependência do DEA/MMA para composição de seus acervos.

Gráfico 18 - Meios de gestão de acervo



O gráfico 18 nos releva os principais meios de gestão de acervo utilizado pelas Salas Verdes. Nota-se que 57,1% delas dispõem de um sistema de catalogação, 53,9% disponibilizam seu acervo apenas para consulta local e 42,8% oferecem-no para consulta local e para empréstimo. O último meio disponível no gráfico - integração com sistemas de bibliotecas (11,8%) indica que as Salas Verdes encontram-se pouco conectadas a sistemas de bibliotecas.

Tabela 3 - Atividades realizadas pelas Salas Verdes

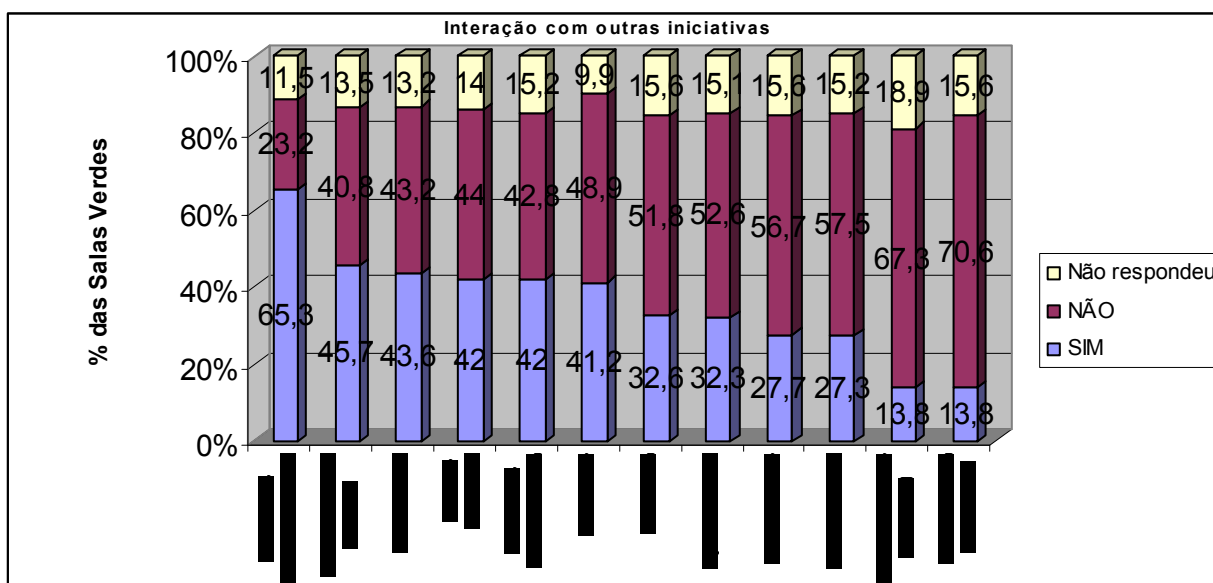
Atividades realizadas	% das Salas Verdes
Debates, palestras e eventos	71,4
Comemoração de datas ambientais	68,9
Visitas orientadas ao público escolar	64,5
Visitas orientadas ao público geral	53,9
Formação ambiental	53,5
Trilhas/passeios ecológicos	49,8
Atividades Lúdicas com jogos educativos	46,1
Oficinas manuais de arte-ecologia	43,2
Produção de material educomunicação	42,8
Campanhas na mídia	42,2
Mostra de cinema e vídeo ambiental	41,6
Mutirões de limpeza	40,8
Exposição de fotografias	40
Mutirões de reflorestamento	40
Produção de boletim da Sala Verde	31,4
Atividades a pessoas com deficiência	18,7
Outros	13,5
Passeio ciclístico	12,6
Lançamento de livros	8,6

A tabela 3 reúne o rol de atividades realizadas pelas Salas Verdes. Em negrito concentramos as atividades realizadas pela maioria das Salas Verdes. Vê-se que são majoritariamente atividades

de curta duração: debates, palestras e eventos, comemoração de datas comemorativas, visitas orientadas e trilhas e passeios ecológicos. Apenas o item “formação ambiental” pode ser considerado como sendo uma atividade mais continuada, ainda que os dados disponibilizados pelo questionário não estivessem disponíveis para confirmar tal duração. Portanto, a interpretação da Tabela 3 nos permite tecer estas considerações iniciais que, para serem devidamente aprofundadas, exigiriam uma investigação mais pormenorizada do rol de atividades que as Salas Verdes realizam.

Quanto ao debate proposto sobre a identidade das Salas Verdes vê-se na Tabela 3 que elas se aproximam mais de um Centro de Educação Ambiental do que a uma biblioteca. Isto se observa no topo da tabela, nas atividades mais presentes nas Salas Verdes, como também na sua base. Vê-se que “lançamento de livros” é a atividade menos promovida pelas Salas Verdes - atividade esta muito afeita ao universo de bibliotecas e livrarias.

Gráfico 19 - Interação das Salas Verdes com outras iniciativas



Observa-se no gráfico 19 que a grande interação estabelecida entre as Salas Verdes se dá com iniciativas de formação ambiental (65,3% das Salas). Em seguida vêem-se as Redes de EA (45,7%), Agenda 21 local (43,6%), Coletivo Educador (42%), iniciativas de estímulo à leitura (42%), com outras Salas Verdes (41,2%). No extremo do gráfico vê-se as 4 iniciativas com as quais as Salas Verdes menos se relacionam, em geral, estas estão vinculadas a programas ou foram fomentadas pelo Governo Federal: Coletivos Jovens, Pontos de Cultura, Município Educador Sustentável e Revitalização do São Francisco.

O curioso é perceber que ao mesmo tempo em que as Salas Verdes assumem interagir bem com iniciativas de formação ambiental esta tendência não segue na mesma proporção quando se observa o grau de envolvimento delas com os Coletivos Educadores (cai de 65,3% para 42%). Ou seja, as Salas Verdes estão se articulando com outras iniciativas de formação ambiental diferentes dos Coletivos Educadores. Por outro lado, deve-se considerar que este dado foi levantado em 2007, e, portanto, havia ainda diversos Coletivos Educadores sendo constituídos e outros ainda nem sequer implantados. Um levantamento mais recente poderia recolocar tais percentuais e nos oferecer novos elementos para esta reflexão.

Tabela 4 - Necessidades e perspectivas futuras

	Necessidades e perspectivas	% das Salas Verdes
1	Tornar a Sala mais conhecida e visitada	91,8
2	Ampliar acervo	90,6
3	Estabelecer parcerias	83,6
4	Integrar-se com outras Salas Verdes	82,4
5	Produzir materiais educativos	81,2
6	Adquirir equipamento	73,9
7	Aprimorar qualificação da equipe	71,4
8	Articular com Coletivos Educadores	61,2
9	Auto-suficiência econômica	52,6
10	Apoio para elaborar PPP	48,9
11	Ampliar espaço físico	48,6
12	Contratar educadores ambientais	44,1
13	Implantar viveiro ou horta	42,4
14	Contratar bibliotecários	28,9
15	Outros	12,6

Observam-se na Tabela 4 as principais necessidades e perspectivas futuras sinalizadas pelas Salas Verdes, com destaque para as cinco primeiras (em negrito) as quais indicam para: maior divulgação da sua existência, ampliação do seu acervo, estabelecimento de parcerias, integração com outras Salas Verdes e produção de materiais educativos. Quando ampliada esta priorização até o 9º item mais destacado pelas Salas (pelo fato de ser considerado por mais de 50% das Salas Verdes) vê-se a necessidade de formação da equipe, de aquisição de equipamentos, articulação com Coletivos Educadores e finalmente o desafio tão presente em iniciativas e projetos de Educação Ambiental, qual seja, a busca pela auto-suficiência financeira. Ainda que muitos possam sugerir este tópico como o prioritário, ele é apenas o nono entre as Salas Verdes, desmistificando a sua centralidade. Evidentemente que esta dimensão segue presente entre as Salas Verdes, e será discutida na próxima seção deste Relatório.

Na seção seguinte, veremos como as Salas Verdes reagiram às questões provocadoras que circularam na sua lista de comunicação, conforme exposto na seção 2.2.1 deste Relatório. Trazem, portanto, um olhar mais qualitativo e mais atual dos anseios, reflexões e demandas das Salas Verdes, uma vez que ele reflete um diálogo realizado em agosto de 2010, diferentemente do diagnóstico apresentado até então neste Relatório, cuja base de dados havia sido levantada em 2007.

Vale destacar que tais questões para diálogo não tinham a pretensão de esgotar o debate, produzir consensos ou pactuar posicionamentos frente a este ou aquele tema. Seu intuito foi o de, simplesmente, colher opiniões, pensamentos, reflexões e demandas atuais das Salas Verdes (de quem quis e pôde responder), de forma espontânea e livre, a partir de um roteiro prévio de questões. A proposição destas questões foi cuidadosamente construída, visando evitar repetições de perguntas já feitas no diagnóstico de 2007 e, ao mesmo tempo, evitar sobrecarregar as Salas Verdes com “novas demandas de última hora” do DEA/MMA. A seguir, apresentamos as principais “conclusões” deste diálogo - cada questão separadamente. O esforço de síntese foi exercitado ao máximo, evitando repetir idéias e opiniões e respeitando a diversidade e a divergência de expressões.

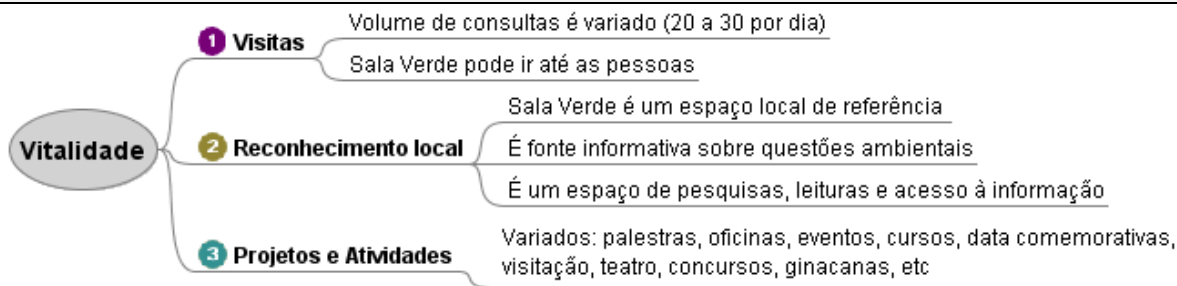
3.4 Questões para Diálogo

Como exposto na seção 2.2.1 deste relatório, um conjunto de sete questões foram sugeridas às Salas Verdes, por meio da sua lista virtual de comunicação, visando estimular um diálogo sobre questões “de fundo” acerca da implantação, gestão e atuação das Salas Verdes no país. Tais perguntas foram elaboradas considerando algumas brechas do questionário (vide Anexo) utilizado em 2007 no último processo de diagnóstico realizado pelo DEA/MMA. Procurou-se, desta forma, incluir questões mais analíticas, abrindo espaço para que as Salas Verdes expusessem suas percepções, considerações e reflexões sobre pontos fortes, fragilidades, desafios e caminhos possíveis para as Salas Verdes.

Abaixo se visualizam as questões. Em seguida, são apresentadas as respostas sistematizadas para cada uma delas, acompanhadas de interpretações e análises possíveis. Vale destacar que a proposição de caminhos possíveis a serem percorridos pelo DEA/MMA visando a consolidação do Projeto Sala Verde será discutida no próximo Produto desta consultoria. No Anexo deste Relatório é possível acessar a lista de Salas Verdes que colaboraram com este diálogo, enviando suas opiniões, idéias, reflexões e demandas.

Metodologicamente optou-se pela sistematização das respostas utilizando o programa *Free Mind*⁸ que facilita a organização de idéias que orbitam ao redor de determinados temas e questões no formato de mapa mental. Abaixo de cada questão para diálogo visualiza-se seu respectivo mapa mental com a síntese das respostas recebidas e em seguida uma breve interpretação sobre ele.

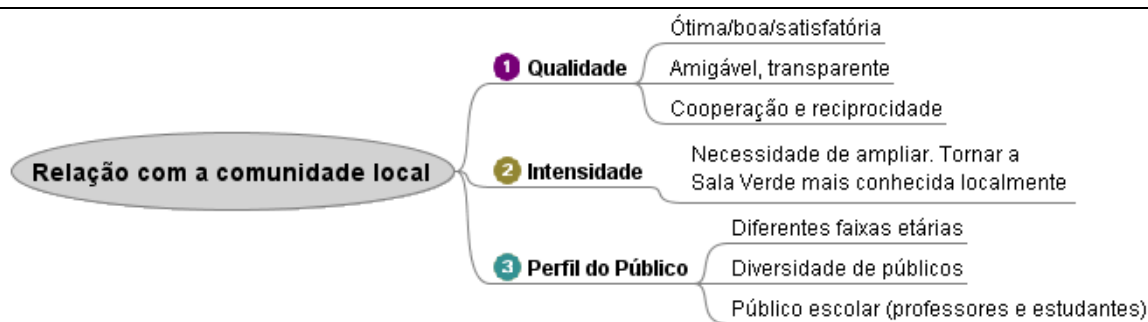
Como você descreve o grau de vitalidade da Sala Verde, em termos de volume de consultas/visitas, relacionamento com a comunidade local, ações em andamento, etc...



Três questões emergem do conjunto de respostas recebidas sobre a questão da vitalidade das Salas Verdes. A primeira remete às visitas recebidas - em alguns casos as Salas Verdes sinalizaram para o volume diário de consultas (20 a 30) - em outros procuraram destacar a necessidade de irem até as pessoas ao invés de ficarem esperando por estas visitas. A segunda questão faz alusão ao reconhecimento local da Sala Verde, como um espaço de referência, uma fonte de informações sobre questões ambientais e um lócus de pesquisas, leituras e acesso à informação. Note que para o público atendido, a Sala Verde é vista como um espaço informativo (muitas vezes também como um espaço de Educação Ambiental), mas necessariamente pela via da informação. Finalmente a terceira questão aponta para o conjunto de projetos e atividades realizado pelas Salas Verdes. A relação é extensa e sinaliza as variadas ofertas de ações que as Salas possuem. Na seção anterior deste Relatório, relativa ao diagnóstico das Salas Verdes, é possível encontrar informações convergentes na Tabela 3. As respostas das Salas Verdes, portanto, reforçam os dados levantados no diagnóstico.

Como se dá o relacionamento da Sala Verde com a comunidade local? Com quais públicos ela se relaciona e como o faz?

⁸ Acessível gratuitamente na internet. Trata-se de um programa voltado a organização de idéias no formato de mapa mental.



Novamente três questões são identificadas na sistematização da questão relativa ao relacionamento da Sala Verde com a comunidade local. A primeira diz respeito à qualidade desta relação, informada pela ampla maioria das Salas como sendo ótima, boa ou satisfatória. Ou seja, não há registros das Salas Verdes sobre uma relação ruim ou conflituosa com a comunidade local. Além disso, elas qualificam esta relação como sendo amigável e transparente, pautada na cooperação e na reciprocidade. A segunda questão aponta para a intensidade deste relacionamento. Algumas Salas sinalizam para a intenção de ampliação, à luz da necessidade de tornarem-se mais conhecidas localmente e, desta forma, ampliarem e intensificarem sua relação com a comunidade. A terceira dimensão refere-se ao perfil bastante variado do público atendido, envolvendo, de um lado, diferentes faixas etárias e segmentos diversificados e, de outro, de setores bem específicos. Conforme já discutido no diagnóstico (Gráficos 14 e 15 e Tabela 2), o público escolar (professores e estudantes - de diferentes níveis de ensino) representam o segmento mais atendido pela maioria das Salas Verdes. Se no discurso elas apontam para uma diversidade de atores (e muitas vezes até os atendem no seu cotidiano), o volume efetivo de atendimentos ainda se dá com o segmento escolar.

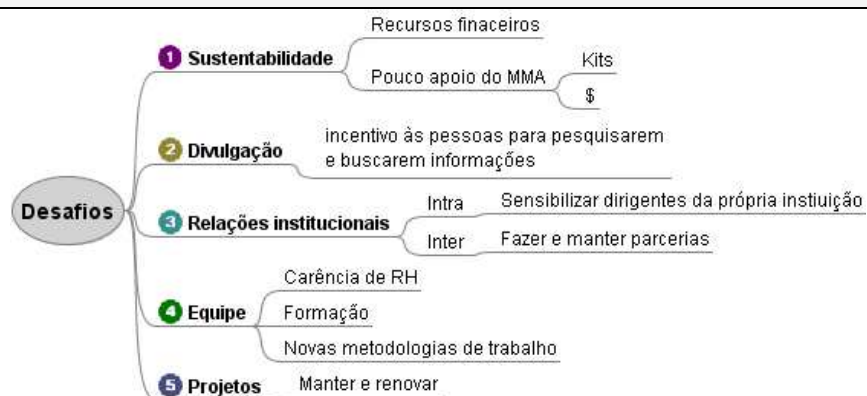
Porque é importante ser uma Sala Verde? O que isso oferece à instituição proponente?



Três questões se destacam na sistematização das respostas relativas à importância de ser uma Sala Verde e aos benefícios daí decorrentes. A primeira diz respeito ao ponto de referência que a Sala passa a adquirir (com mais força), dispondo de um espaço físico passível de suportar atividades e reuniões, e também de dar condições de realizações, ações (projetos de EA). A segunda dimensão

remete ao acervo disponível na Sala Verde - boa parte dele é referenciada nas respostas ao Kit enviado pelo MMA como sendo de qualidade e como um atrativo ao público que visa buscar informações sobre a questão ambiental. A terceira dimensão e a mais óbvia e talvez a mais importante para boa parte das Salas Verdes diz respeito à chancela do MMA. Estão aí inseridas questões como visibilidade e credibilidade que a Sala passa a ter junto à comunidade após o respaldo e o reconhecimento do governo federal (MMA). Isto, por sua vez, fortalece a EA que já era praticada pela instituição antes de se tornar uma Sala Verde. É provável que o DEA/MMA não tenha real clareza da dimensão que significa para boa parte das Salas Verdes esta chancela (ou parceria institucional). Reside aí uma dimensão importante e talvez crucial do Projeto Sala Verde e que mereceria ser mais aprofundada - seu real significado tanto para o DEA/MMA quanto para as Salas Verdes e seus reflexos práticos e concretos.

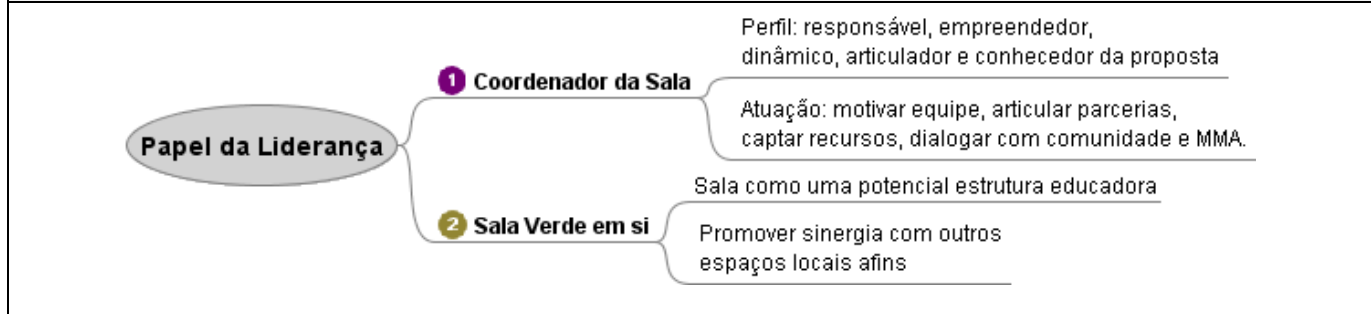
Quais os principais desafios de ser uma Sala Verde?



Cinco questões sintetizam os principais desafios atuais das Salas Verdes. A primeira e mais premente diz respeito à sustentabilidade financeira das Salas, com destaque para manifestações sobre o pouco apoio concedido pelo DEA/MMA, tanto no envio de kits (previstos na parceria) quanto em eventuais apoios financeiros (não previstos na parceria, mas desejados pelas Salas). A segunda dimensão remete à necessidade de uma maior divulgação de algumas Salas junto aos seus públicos locais, com vistas a incentivá-los a interessarem-se e a pesquisarem sobre a questão ambiental. A terceira questão remete às relações intra e inter-institucionais estabelecidas pelas Salas Verdes, compreendendo desde a necessidade de sensibilizar internamente dirigentes da própria instituição quanto à relevância da Sala Verde até ao desafio de pactuar e de manter vivas parcerias. A quarta dimensão aponta para a equipe educativa da Sala, envolvendo desde a carência de recursos humanos em alguns casos, passando pela necessidade de formação deste corpo técnico até a importância de adotar novas metodologias de trabalho para melhor dinamizar sua atuação. Finalmente a quinta questão remete ao desafio de manter e de renovar o cardápio de projetos e atividades oferecidos e

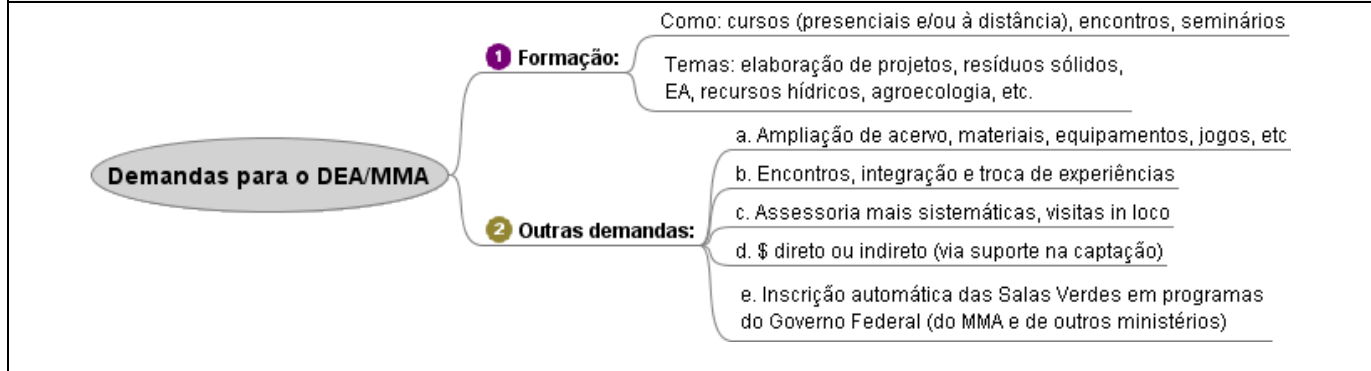
geridos pela Sala Verde.

Papel da liderança da Sala Verde para manter viva a iniciativa



Duas questões se destacam nesta pergunta. A primeira, mais comum e citada, remete ao papel do coordenador (líder ou gestor) da Sala Verde, com ênfase no seu perfil e no que ele deve fazer. A segunda, menos trivial, aponta para o papel de liderança que a Sala Verde traz consigo, como uma iniciativa que pode se colocar como uma estrutura educadora, inspirando e dialogando com espaços semelhantes e afins. Em locais onde há uma relação mais sinérgica entre Coletivos Educadores e Salas Verdes esta percepção é mais evidente e se apresenta de forma mais natural.

Qual a demanda de formação? Quais demandas da Sala Verde para o DEA/MMA?



Como a pergunta trazia consigo dois tipos de demandas, elas foram organizadas no diagrama, contemplando questões específicas de formação e outras questões. A primeira remete a um anseio das Salas Verdes em participarem de cursos, seminários e encontros de caráter formativo (presenciais e/ou a distância) visando o aprimoramento da sua equipe. Diversos temas foram citados como sendo importantes nestas formações. A segunda questão aponta para um conjunto de cinco tipos de demandas das Salas Verdes ao DEA/MMA: ampliação de acervo (envio de mais materiais, equipamentos etc); realização de encontros para troca de experiências; assessoria mais presente e sistemática do MMA; repasse direto e indireto de recursos financeiros às Salas; e inscrição automática das Salas Verdes em programas do governo federal.

Quais sugestões você daria sobre procedimentos para criação de novas Salas Verdes?

Criação de novas Salas Verdes

- 1 Critérios: preferência para organizações que já disponham de capacidade instalada, sustentabilidade e interesse.
- 2 Procedimentos:
 - Retomar proposta do 1º Edital
 - Deixar chamada aberta permanentemente
- 3 Pós-seleção: monitoramento constante do DEA
- 4 Atenção: não deixar de lado as Salas Verdes antigas

Quatro questões sintetizam as respostas a questão pergunta. A primeira sinaliza para possíveis critérios a serem considerados no processo de criação de novas Salas Verdes, com destaque para a necessidade de se privilegiar organizações interessadas e que já disponham de capacidade instalada e sustentabilidade minimamente assegurada. A segunda remete a dois caminhos possíveis para guiar este processo, sendo um via edital (nos moldes do 1º Edital utilizado) e o outro via chamada constante aberta. A terceira questão ressalta a importância de o DEA ser mais presente no monitoramento das Salas Verdes recém criadas, evitando que parte delas venha a fechar as portas por problemas que poderiam ter sido contornados. Finalmente a quarta dimensão registra uma preocupação das Salas Verdes, de que o DEA não deixe de lado as Salas antigas com a criação de novas, buscando equilibrar os esforços entre estas iniciativas. Além disso, observa-se disposição e interesse das Salas Verdes em participar da construção do processo de implantação de novas Salas Verdes, seja via novo edital, seja via chamada aberta (manual).

A visualização destas questões de “fundo” em conjunto com os dados do diagnóstico permitem compor um retrato mais completo das Salas Verdes brasileiras. Sobressalta aos olhos o dilema por elas enfrentado de serem, de um lado (e aos olhos de seus públicos), uma espécie de “biblioteca verde” e, de outro, um projeto de Centro de Educação Ambiental. Como visto, algumas Salas já são um CEA e as atividades que realizam estão bem sintonizadas com tais iniciativas. Mas seu caráter informativo é igualmente presente e demandado pelos públicos que a procuraram, querendo informar-se, pesquisar e conhecer mais sobre “meio ambiente”. Este dilema atravessa a breve história das Salas Verdes e, pelo visto, continuará sendo uma questão “de fundo” importante e presente. Debatê-lo junto às Salas Verdes e buscando avançar numa discussão acerca do papel que elas querem e podem cumprir e quais direções (rumos) elas querem caminhar parece-nos questões centrais na atualidade do Projeto. A partir delas é que outros aspectos, aparentemente centrais, como a sustentabilidade financeira das Salas e de seus projetos/atividades devem ser debatidos.

Outra dimensão bastante importante diz respeito à necessidade de uma (re)discussão da relação entre DEA e Salas Verdes, incluindo novos arranjos internos na gestão do Projeto no âmbito do DEA.

Lidar com centenas de Salas demandando materiais e informações; disparar kits de materiais para elas e, ao mesmo tempo, traçar novos rumos e perspectivas futuras para o Projeto (e, conseqüentemente para as Salas Verdes) passa a exigir cada vez mais do DEA uma gestão mais eficiente e a presença de condições objetivas (equipe e recursos) para que este salto seja possível no Projeto. Se até agora o DEA conseguiu gerir o Projeto de forma “caseira”, o fez graças ao comprometimento de técnicos envolvidos e engajados na sua gestão. Entretanto, tal disposição não deve ser o único fator garantidor do “sucesso” que há no Projeto. Se o DEA e o MMA o querem como sendo uma política pública de EA, maiores esforços institucionais precisam ser feitos.

A partir das questões anteriormente enunciadas (no diagnóstico e no diálogo) podem ser identificadas diversas possibilidades de ações visando o fortalecimento e a expansão do Projeto Sala Verde e das Salas Verdes. Estas ações estratégicas serão o tema do Produto 2 desta consultoria e, desta forma, não serão contempladas neste Relatório. Este servirá de base para a elaboração e a concepção posterior do próximo produto.

Uma análise mais global e panorâmica a partir da visualização dos dados reunidos neste Relatório e nas percepções disponibilizadas nesta seção permite-nos tecer algumas considerações sobre o Projeto Sala Verde. A primeira delas reside no fato de que é inegável o avanço que o Projeto conquistou em termos de número de Salas Verdes implantadas e no estímulo à autonomia e na auto-organização das mesmas. Um exemplo disso é a administração da lista de comunicação virtual das Salas Verdes, feita por integrantes das próprias iniciativas e não do DEA.

Sob a ótica interna do MMA, o Projeto também sempre teve uma boa simpatia por parte do corpo de dirigentes do MMA quanto ao seu escopo e abrangência. Intentos de ampliação no número de Salas Verdes já foram sinalizados em diversas oportunidades, a partir de diversos esforços no estabelecimento de parcerias (por exemplo com Pontos de Cultura, dentre outros programas federais; e internamente no MMA com os Sítios Ramsar) visando ampliar a redes de Salas e levá-las a outros locais social, cultural e ambientalmente estratégicos. Tais parcerias resultaram também no aumento considerável na arrecadação de publicações de diversos setores do MMA (e vinculadas) visando incrementar o Kit que o MMA envia periodicamente às Salas.

A segunda dimensão aponta para a necessidade de se ampliarem as iniciativas de Encontros Regionais e Nacionais de Salas Verdes, oportunizando espaço para troca de experiências e informações entre educadores que atuam nas Salas e fortalecendo a parceria institucional do DEA. Deve-se, entretanto, visualizar tais encontros como uma etapa de um processo mais amplo de articulação inter-institucional da Rede de Salas Verdes.

A terceira dimensão remete à necessidade expressa pelas Salas Verdes de mais oportunidades de formação (em diversos temas) - demanda esta que poderia ser parcialmente atendida nestes encontros (acima explicitados) e também a partir da retomada da elaboração de novas publicações

voltadas às Salas Verdes. Apenas duas edições de Manuais Orientadores foram elaboradas e disponibilizadas pelo DEA, em 2004 e 2006, respectivamente. Dos diversos aspectos que poderiam ser abordados em tais manuais, apenas a questão do Projeto Político Pedagógico foi discutida. Os demais aspectos que compõem o conceito de uma Sala Verde e de um Centro de EA (equipe educativa, estratégia de sustentabilidade e equipamentos, espaços e entorno) poderiam ser contemplados em novas edições de Manuais Orientadores. Destes potenciais temas, merece destaque a dimensão da sustentabilidade das Salas Verdes, algo premente e que este diagnóstico identificou com clareza.

4. Diagnóstico dos Coletivos Educadores

Como exposto na seção 2 deste Relatório (Aspectos metodológicos) o diagnóstico dos Coletivos Educadores foi elaborado a partir de três fontes de pesquisa:

- Aplicação de Questionário para coleta de dados quantitativos (majoritariamente) e qualitativos (sobretudo de opinião)
- Realização de Entrevistas com educadores ambientais envolvidos na concepção, gestão e implementação da proposta e/ou da política de Coletivos Educadores no país
- Leituras e Análises de documentos produzidos por Coletivos Educadores, educadores e parceiros, tais como artigos de opinião, textos, relatórios, apresentações, dissertações, monografias, teses etc.

Desta forma buscou-se uma articulação entre dados quantitativos e informações qualitativas, visando, ao mesmo tempo, oferecer uma espécie de radiografia dos Coletivos Educadores em atividade no país e um mapa de visões, percepções e cenários possíveis - atuais e futuros. Vale ressaltar o caráter híbrido deste diagnóstico: não é uma pesquisa acadêmica pura nem uma série histórica descritiva e analítica sobre os Coletivos. Justamente o equilíbrio entre estas abordagens foi a ênfase adotada neste diagnóstico, à luz das condições objetivas impostas nesta consultoria (cronograma, prazos, momento histórico, condições de trabalho, etc).

4.1 Contextualização da Proposta dos Coletivos Educadores

A compreensão do conceito de um Coletivo Educador, ainda que possa parecer algo relativamente simples e trivial desperta dúvidas e incompreensões em alguns atores envolvidos no campo da EA. O

cerne da sua proposta aponta para algo simples e essencialmente imbricado nos princípios e pressupostos da EA - a atuação integrada, coletiva, em rede - entretanto sua gestão e atuação apontam para conexões profundas com conceitos de diversos campos do conhecimento (científico e popular). Este *mix* de possibilidades que emergem a partir da proposta do Coletivo Educador confere maior complexidade (e para alguns, complicação de entendimento) à mesma. Especialmente nos atores que se encontram “na ponta”, nos chamados “rincões” deste país (regiões interioranas e mais distantes de grandes centros urbanos) e mais afastadas do universo acadêmico observa-se uma maior tendência de incompreensões e dúvidas quanto aos sentidos e significados do conceito do Coletivo Educador. Não se quer, com isso, sinalizar que a proposta foi (ou é) mal compreendida pelo conjunto de atores nela envolvidos, mesmo porque os dados deste diagnóstico indicarão que este não parece ser nem de longe o principal desafio dos Coletivos Educadores.

O propósito desta seção é elucidar de forma objetiva o conceito do Coletivo Educador e suas possíveis interfaces e contradições aí implícitas. O intuito não é o de entrar numa discussão epistemológica nem adentrar pelas diferentes visões que “disputam” espaço no campo da EA ao analisar a proposta dos Coletivos Educadores. Espera-se tão somente indicar a concepção que originou a proposta e as decorrências práticas sofridas na sua implementação pelo país.

O Coletivo Educador nada mais é do que a união de pessoas que trazem consigo o apoio de suas instituições para um processo de atuação coletiva educacional num dado território (BRASIL, 2007). Este conceito-base da proposta é de fácil compreensão e domínio, entretanto, ele por si só não explica a profundidade e a complexidade implícita na proposta. Este processo de atuação coletiva e de parceria entre pessoas e instituições faz emergir um processo pedagógico riquíssimo, tanto para “dentro” (alusão ao chamado PAP2) quanto para “fora” (alusão aos demais PAPs e parceiros do Coletivo). A própria constituição de um Coletivo Educador provoca em seus integrantes profundas reflexões e eventuais “choques” culturais e organizacionais. Muito se reaprende, se repensa, se modifica e se discorda num processo como este, que é único e indescritível (em termos de experiência vivida por cada grupo e por cada um de seus integrantes). Esta dimensão subjetiva, também prevista na proposta original do Coletivo Educador é um aspecto chave nela. Evidentemente que este conceito não se encerra aí, mas reconhece e valoriza esta dimensão tão importante em processos educacionais voltados à questão ambiental.

A união de pessoas e organizações num Coletivo para atuarem em processos formativos aponta para a segunda dimensão - a do útil (BRASIL, 2007). Ela remete à atuação do Coletivo na formulação e implementação de processos formativos no dado território onde o Coletivo se propõe funcionar. Este desenrolar do Coletivo também traz consigo um universo de conceitos e significados. Muitos deles trazem à tona conceitos fundamentais e relevantes ao movimento ambientalista e ao campo da EA. Em muitos casos, é neste emaranhado de conceitos e teorias que as dúvidas, angústias, inquietações

e incompreensões emergem e, muitas vezes, contribuem para paralisar a organização e a atuação do Coletivo. Esta via - da perplexidade e da paralisia - poderia ser mais bem explorada e aprofundada em pesquisas futuras, uma vez que ela é uma das dimensões presentes na concepção da proposta do Coletivo Educador. Este aspecto não será explorado neste diagnóstico.

A principal tarefa do Coletivo Educador é promover a articulação de políticas públicas, reflexões críticas, aprofundamento conceitual, instrumentalização para a ação, proatividade de seus participantes e articulação institucional visando a continuidade e sinergia de processos de aprendizagem de modo a percolar, de forma permanente, todo o tecido social do território estipulado (BRASIL, 2007).

Uma observação mais atenta ao papel do Coletivo Educador faz emergir novas dúvidas sobre a implementação desta proposta - aponta para algo relativamente abstrato e distante da prática cotidiana da EA. Ou seja, a proposta poderia ser considerada como sendo extremamente de vanguarda - à frente do seu tempo, pois pressupõe um olhar mais continuado sobre os esforços educacionais e uma perspectiva de institucionalização da EA (políticas públicas). Este conceito de funcionamento do Coletivo Educador também revela conceitos complexos e avançados constituindo-se em importantes oportunidades formativas tanto de seus membros (pessoas e instituições) quanto dos públicos com os quais o Coletivo se propõe a atuar.

A proposta de metodologia para atuação do Coletivo Educador traz consigo o conceito conhecido como PAP - Pesquisa-Ação-Participante ou Pessoas que Aprendem Participando (ou Atuando). Ainda que seja um conceito que traz em seu nome o seu significado, ele também é revestido de dúvidas e incertezas de pessoas que se envolvem na proposta do Coletivo. Na prática, como o grupo se constitui e lida com um processo permanente de ação-reflexão, de pesquisa e intervenção, de análise, de delineamento participativo de estratégias adotando procedimentos democráticos, horizontalizados e não hierárquicos? (BRASIL, 2007). A proposta metodológica dos PAPs remete à estratégia de capilarização de cada Coletivo à luz do desafio e anseio de atingir a totalidade de pessoas no seu respectivo território mediante processos formativos continuados e permanentes.

Sabemos que há uma tendência bastante arraigada no campo da EA de demanda por “receitas” e propostas prontas de “como fazer” a EA na prática. Ao mesmo tempo, nota-se também um conjunto de conceitos e princípios complexos que orbitam e servem de referência aos educadores ambientais em seus diferentes contextos de atuação. Este paradoxo - conceitos e propostas complexas *versus* demanda por receitas prontas para a sua implementação - gera tensões que tornam o desafio de criar e gerir um Coletivo Educador ainda mais forte. Ao mesmo tempo em que se procura evitar as

“receitas de bolo”, não se tem respostas práticas sobre quais caminhos trilhar sem ser contraditório com o universo de conceitos que orbitam no campo da EA⁹.

Evidentemente que a atuação do Coletivo Educador se depara com estas e tantas outras questões que contribuem tanto para o fortalecimento quanto para a eventual paralisia do grupo. Lidar com estes dilemas (e outros) faz parte do processo de constituição de qualquer articulação coletiva.

Além destes desafios de natureza conceitual e metodológica questões operacionais e materiais comumente figuram dentre os aspectos citados como fragilidades em trabalhos desta natureza. O constante reclame pela falta de recursos financeiros continua presente neste campo, e será discutido mais adiante neste diagnóstico.

4.2 Diagnóstico dos Coletivos Educadores

O presente diagnóstico oferece uma visão panorâmica dos principais aspectos relativos a três dimensões do Coletivo Educador: I - caracterização; II - atuação e funcionamento; e III - percepção do grupo sobre temas diversos.

Estes três blocos compunham o Questionário (vide Anexo deste Relatório) utilizado na coleta de dados junto aos Coletivos Educadores. A seção seguinte (4.3) deste Relatório abordará questões “de fundo” identificadas, sobretudo, a partir das entrevistas realizadas, procurando também dialogar com os dados reunidos na presente seção.

BLOCO I - CARACTERIZAÇÃO DO COLETIVO EDUCADOR

Segue quadro com a relação dos Coletivos Educadores que participaram da pesquisa, os quais devolveram seus respectivos questionários preenchidos no prazo proposto¹⁰.

⁹ Vale ressaltar que os dois volumes da publicação “Encontros e Caminhos” produzidos pelo DEA/MMA constituem-se em importantes subsídios que visam enfrentar tais inquietações. Em geral, notou-se um considerável reconhecimento destes materiais perante os educadores e coletivos estudados. Entretanto, também se identificou uma demanda prática sobre como implantar na prática um Coletivo Educador: uma espécie de “passo a passo” para implantá-lo e geri-lo.

¹⁰ O prazo limite originalmente proposto (15 de agosto) foi na prática ampliado até (31 de agosto), visando ampliar o recebimento de questionários enviados “fora do prazo”.

Tabela 5 - Relação de Coletivos Educadores que participaram do diagnóstico

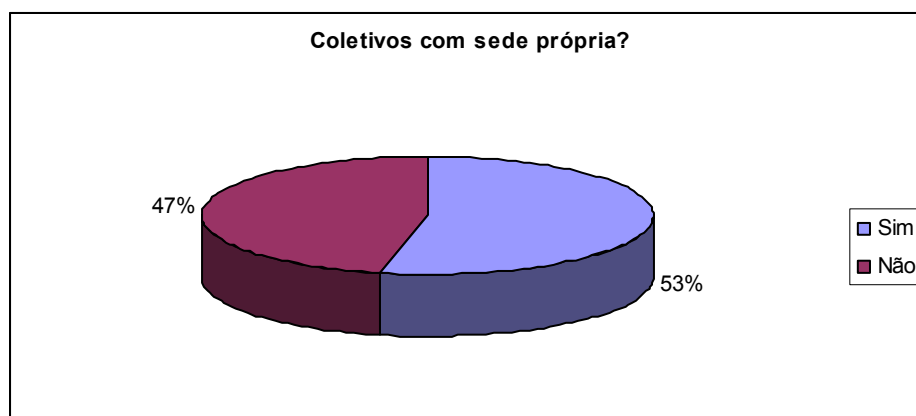
	Nome do Coletivo Educador	Instituição Proponente	Município-sede/UF	Municípios Atendidos
1	Território Portal da Amazônia	Instituto Floresta	Alta Floresta - MT	17: Alta Floresta, Carlinda, Nova Canaã do Norte, Paranaíta, Colíder, Itaúba, Marcelândia, Nova Guarita, Nova Santa Helena, Terra Nova do Norte, Guarantã do Norte, Peixoto de Azevedo, Matupá e Novo Mundo, Nova Monte Verde, Apiacás e Nova Bandeirantes.
2	Construindo Pontes	Emater-MG	BambuÍ-MG	8: Bambuí-MG, Medeiros-MG, Tapirai-MG, Bom Despacho, Luz-MG, Córrego Danta-MG, São Gotardo-MG, Piumhi-MG
3	Não Informado	Instituto Rio Limpo	Barbacena - MG	4: Barbacena, Barroso, Desterro do Melo, Capela Nova
4	GUAERÊ (GUAMÁ EM REDE)	Espaço Cultural Nossa Biblioteca	Belém - PA	1: Belém
5	Casa de Alfabetização Ecológica Josué de Castro - CAJOC	Casa de Alfabetização Ecológica Josué de Castro - CAJOC	Bom Conselho - PE	1: Bom Conselho
6	Coletivo Cuesta Educador	Universidade Estadual Paulista - Unesp	Botucatu - SP	13: Pardinho, Botucatu, Itatinga, Torre de Pedra, Conchas, Pereiras, Areiópolis, São Manuel, Pratânia, Anhembi, Bofete, Pereiras e Porangaba
7	Coletivo Socioambiental de Bragança Paulista	Não Informado	Bragança Paulista - SP	1: Bragança Paulista
8	Coletivo Educador Alto Machado	Prefeitura Municipal de Cacoal	Cacoal - RO	6: Cacoal, Pimenta Bueno, Ministro Andreazza, Primavera de Rondônia, Espigão do Oeste, Presidente Médici
9	COEDUCA- COLETIVO EDUCADOR AMBIENTAL DE CAMPINAS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	Campinas - SP	1: Campinas
10	COE-MANTIVALE	Instituto Águas do Prata	Campos do Jordão - SP	1: Campos do Jordão
11	ECOEDUCAR	Não Informado	Cascavel - PR	1: Cascavel
12	Coletivo Educador da Represa de Três Marias	Consortio dos Municipios do Lago de Tres Marias	Três Marias - MG	8: Abaete, Biquinhas, Felixlandia, Morada Nova de Minas, Paineiras, Pompeu, São Gonçalo do Abaeté, Tres Marias
13	Coletivo Educador Alto Paraopeba	CIBAPAR	Conselheiro Lafaiete-MG	1: Conselheiro Lafaiete
14	Coletivo Educador Cidema	CIDEMA	Corumbá - MS	1: Corumbá
15	Marombas	UnC	Curitibanos - SC	5: Curitibanos, São Cristóvão do Sul, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília, Brunópolis
16	Coletivo Educador do Vale do Rio Itapecerica	Sec. Munic. de Meio Ambiente e Políticas Urbanas	Divinópolis - MG	6: Divinópolis, Itapecerica, São Francisco de Paula, São Sebastião do Oeste, Cláudio, Carmo da Mata
17	Coletivo Educador do Alto Uruguai Gaúcho	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	Erechim - RS	17: Áurea, Barão de Cotegipe, Campinas do Sul, Entre Rios do Sul, Erechim, Erval Grande, Gaurama, Getúlio Vargas, Faxinalzinho, Jacutinga, Mariano Moro, Paulo Bento, Quatro Irmãos, São Valentim, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos.
18	Grupo de Interesse Ambiental - GIA	Grupo de Interesse Ambiental - GIA	Fortaleza- CE	3: Fortaleza, São Luís do Curu e Paraipaba
19	Centro Ecopedagógico Bicho do Mato	Ecocentro Bicho do Mato	Recife - PE	3: Recife, Olinda, Paulista
20	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU/MA	CENTRU	Imperatriz - MA	10: Amarante, Buritirana, Senador La Rocque, Imperatriz, João Lisboa, São Raimundo das Mangabeiras, Loreto, Montes Altos, Cidelândia e Estreito
21	Coletivo Permacultores	Casa Colméia	Jaguaruna - SC	5: Jaguaruna/SC, Tubarão/SC, Florianópolis/SC, Bagé/RS, Curitiba/PR

22	Antonio Rodrigues da Grela Filho	Sabesp	Jales - SP	27: Jales, São Francisco, Auriflama, Guzolândia, Sud Menucci, Santa Saete, Aspasia, Urania, Santa Albertina, General Salgado, Santana P. Pensa, Três Fronteiras, Rubinéia, Nova Canaã Paulista, Aparecida Doeste, Palmeira Doeste, Marinópolis, Parapanuã, Dolcinópolis, Populina, Turmalina, Vitória Brasil, Mesópolis, Santa Clara DOeste, Pontalinda, Dirce Reis e Magda
23	COLETIVO EDUCADOR MANTIQUEIRA SUSTENTÁVEL (COLETIVO MANTIQUEIRA)	ASSOCIAÇÃO TERCEIRA VIA	JOANOPOLIS - SP	11: MAIRIPORÁ, BOM JESUS DOS PERDÕES, ATIBAIA, VARGEM, NAZARÉ PAULISTA, BRAGANÇA PAULISTA, PIRACAIA, JOANOPOLIS (SP); ITAPEVA, CAMANDUCAIA, EXTREMA (MG)
24	Coletivo Educador Manaus	Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA/PMM.	Manaus - AM	1: Manaus
25	Não Informado	PREFEITURA MARACANAÚ	Maracanaú - CE	1: Maracanaú
26	Litoral Norte	Prefeitura Municipal de Osório/RS	Osório - RS	1: Osório
27	CEAP - Coletivo Educador Ambiental de Parobé	Secretaria Municipal de Educação de Parobé	Parobé - RS	1: Parobé
28	Coletivo Educador do Planalto Médio Gaúcho	Fundação Universidade de Passo Fundo/Ministério Público Estadual	Passo Fundo - RS	1: Passo Fundo
29	Coletivo Educador do Baixo Tietê	DAEP - Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Penápolis	Penápolis - SP	42: Araçatuba, Bilac, Coroados, Brejo Alegre, Glicério, Alto Alegre, Birigui, Braúna, Penápolis, Barbosa, Avandandava, Promissão, Buritama, Ubarana, Andradina, Castilho, Sud Menucci, Murutinga do Sul, Itapura, Guaraçai, Pereira Barreto, Mirandópolis, Lavinia, Valparaíso, Bento de Abreu, Rubiácea, Guararapes, Zacarias, Planalto, José Bonifácio, Nipoã, União Paulista, Macauba, Poloni, Santo Antônio do Aracanguá, Lourdes, Turiúba, Monções, Nova Luzitânia, Gastão Vidigal, Nova Castilho, Magda
30	Pólo Foz /Própria (SE) / Penedo (AL)	Fundação Roberto Marinho	Penedo - AL	6: Brejo Grande, Ilha das Flores, Neópolis, Santana do São Francisco, Própria e Telha
31	COLETIVO EDUCADOR PIRÁ SYKAUÁ	INSTITUTO AMBIENTE EM FOCO - IAF	Piracicaba - SP	1: Piracicaba
32	Coletivo Educador dos Campos Gerais	Universidade Estadual de Ponta Grossa/Núcleo de Estudos em Meio Ambiente - UEPG/NUCLEAM	Ponta Grossa - PR	18: Ponta Grossa, Carambei, Castro, Pirai do Sul, Arapoti, Jaguariáiva, Senges, Tibagi, Ventania, Ortigueira, Imbaú, Telêmaco Borba, Reserva, Ipiranga, Palmeira, Porto Amazonas, São João do Triunfo Ivai.
33	Coletivo Educador Ipê Roxo	Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil /Agência USP de Inovação - USP Recicla	Ribeirão Preto - SP	1: Ribeirão Preto
34	Coletivo Educador Samaúma - Baixo Acre e Purus	Prefeitura Municipal de Rio Branco	Rio Branco - AC	5: Rio Branco, Senador Guimard, Bujari, Sena Madureira e Porto Acre.
35	Sabarará	Prefeitura - SEMMA	Sabarará - MG	1: Sabarará
36	Coletivo Educador de São Carlos, Araraquara, Jaboticabal e região	FAI/UFSCar - Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento e Científico Tecnológico / UFSCar - Universidade Federal de São Carlos	São Carlos - SP	10: São Carlos, Ibaté, Dourado, Araraquara, Rincão, Jaboticabal, Monte Alto, Guariba, Taquaritinga e Bebedouro/SP
37	São Chico	Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula - secretaria de proteção Ambiental	São Francisco de Paula - RS	1: São Francisco de Paula
38	COLETIVO EDUCADOR DO TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO	SEMARH - SE	Canindé do São Francisco - SE	7: Canindé do São Francisco, Gararu, Nossa Senhora de Lourdes, Porto da Folha, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo.

39	Coletivo Educador da Rede de Educação Ambiental da Baixada Santista - Coletivo Serra do Mar	ONG V.I.D.A. - Vivências, Integração e Dinâmicas Ambientais	Santos - SP	9: Santos, São Vicente, Guarujá, Bertioga, Praia Grande, Cubatão, Peruíbe, Mongaguá e Itanhaém.
40	“Dedos Verdes”	IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas	Teodoro Sampaio - SP	8: Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista, Estrela do Norte, Mirante do Paranapanema, Narandiba, Rosana, Sandovalina e Tarabai.
41	Teodoro Sampaio	Pró-Menor Associação Pró-Menor de Teodoro Sampaio	Teodoro Sampaio - SP	1: Teodoro Sampaio
42	Coletivo Educador Ambiental Popular do Cerrado Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (CEAPC)	Universidade Federal de Uberlândia	Uberlândia - MG	72: região do triângulo mineiro e alto Paranaíba/MG
43	Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, GPEA	UFMT	Cuiabá - MT	4: Cuiabá, Cáceres, Sinop, Nova Xavantina
44	Baixada Integrada	UFRRJ	Seropédica - RJ	6: Seropédica, Paracambi, Nova Iguaçu, Japeri, Mesquita e São João de Meriti
45	DIRETÓRIO ACADÊMICO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS UFRPE	UFRPE	Recife - PE	14: Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Igarassu, Abreu e Lima, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, São Lourenço da Mata, Araçoiaba, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Moreno, Itapissuma e Recife
46	ONG ECO & VIDA		Várzea Paulista - SP	6: Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista, Jundiá, Jarinú, Atibaia, Cajamar
47	Coletivo Educador Ambiental de Vitória	Conselho Popular de Vitória (CPV)	Vitória - ES	1: Vitória
48	Coletivo Educador Rio Mojiguaçu	CADESS Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Social Sustentável COMUNIDADE INTERATIVA	Moji Guaçu - SP	5: Mogi Guaçu, Estiva Gerbi Araras; Itapira, Mogi Morim

Observa-se na tabela 5 (última coluna à direita) que os quase 50 Coletivos Educadores que enviaram questionário preenchido abrangem um total de 374 municípios, conferindo uma média de aproximadamente 8 municípios por Coletivo Educador. Evidentemente que as conformações territoriais do Brasil são completamente distintas em cada região e que esta média deve ser encarada de modo meramente indicativo. Como uma média, camufla dados reais levantados no diagnóstico. Pra citar dois extremos: há um Coletivo que declarou atender 72 municípios da sua região enquanto que diversos outros Coletivos afirmam atender apenas o município onde está situado.

Gráfico 20 - Existência de sede própria para os Coletivos Educadores



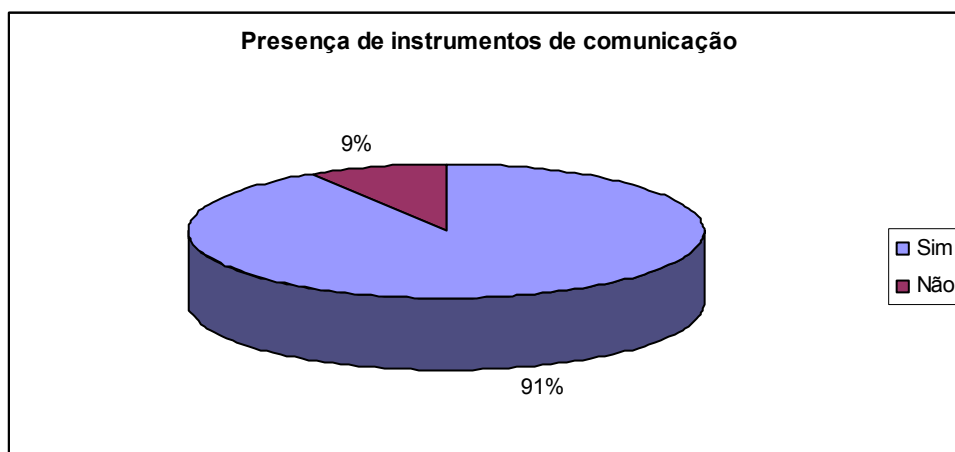
Nota-se no gráfico 20 que há certo equilíbrio entre Coletivos Educadores que declaram possuir sede própria dos que alegam o contrário. A tabela seguinte apresenta uma caracterização das diferentes possibilidades de sedes (seja própria ou não) favorecendo uma compreensão mais realista da realidade atual dos Coletivos quanto a esta dimensão - Espaço físico/sede/QG.

Tabela 6 - Caracterização dos diferentes tipos de sede

Tipos de Sede	Numero de respostas
Local cedido por entidade integrante	22
Outra (CEA, Sala Verde, Sítio)	6
Local cedido por entidade parceira (não integrante do Coletivo)	4
Casa de integrante(s)	3
Local alugado para este fim	1

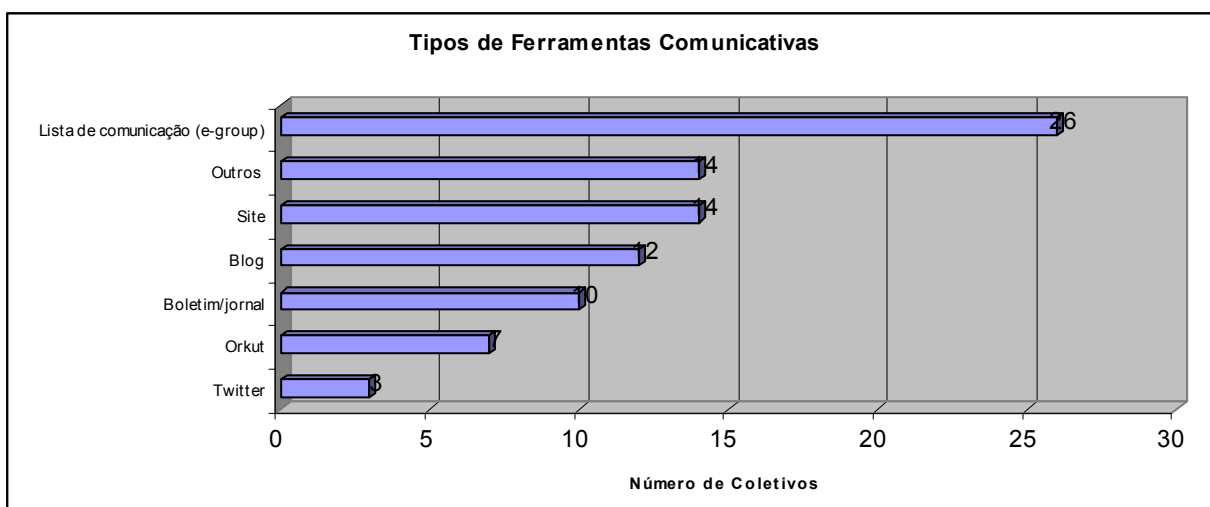
Nota-se que o cenário mais presente (quase metade dos Coletivos Educadores que responderam o questionário) junto aos Coletivos é o uso de um local cedido por uma entidade que integra o Coletivo para servir de sede ao mesmo. Muitos coletivos funcionam em universidades, prefeituras, ONGs, etc, e estas organizações acabam abrigando-o oferecendo um “cantinho” para servir como ponto de encontro e como local de referência para o grupo.

Gráfico 21 - Existência de instrumentos de comunicação do Coletivo



Observa-se no gráfico 21 que a ampla maioria dos Coletivos possui algum tipo de instrumento ou ferramenta de comunicação. Apenas 9% (ou 4 coletivos neste diagnóstico¹¹) afirmaram não possuir qualquer ferramenta de comunicação.

Gráfico 22 - Tipos de Ferramentas Comunicativas

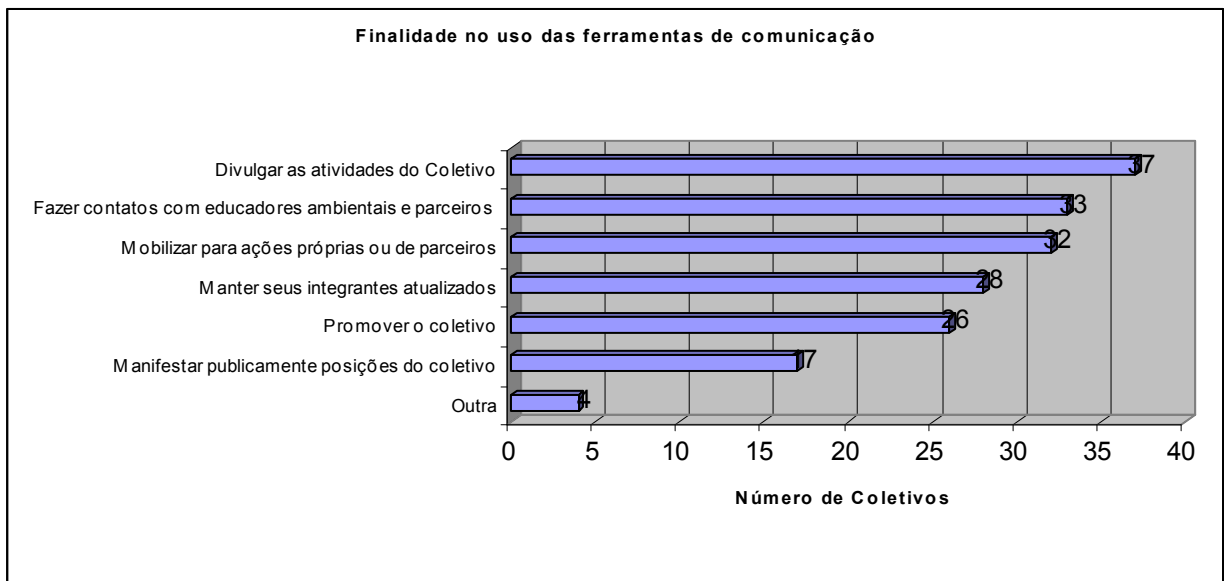


O gráfico 22 nos oferece uma caracterização das ferramentas mais presentes entre Coletivos Educadores. Nota-se disparado o uso de lista de comunicação (ou e-group) como sendo o instrumento mais amplamente utilizado pelos Coletivos Educadores, seguido de outros meios¹², site, blog e boletim/jornal. Nota-se que o uso do Orkut e do Twitter é ainda bem restrito neste meio.

¹¹ Referem-se aos Coletivos Educadores de São Francisco de Paula - RS, Penedo-AL, Curutibanos - SC e Manaus - AM. Vale destacar que ainda que tais coletivos não possuam ferramentas de comunicação não significa que não circulem informações e não promovam algum tipo de comunicação entre as respectivas instituições que compõem seus PAP 2.

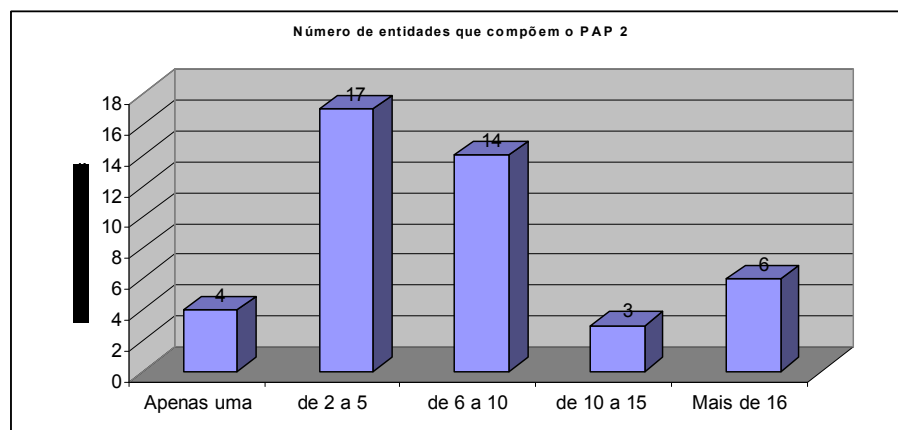
¹² Referente a uso de e-mails, rádio e tv, telefonema, ofício, site de rede de EA, Ning.

Gráfico 23 - Finalidade no uso das ferramentas de comunicação



Pode-se perceber no gráfico 23 que a principal motivação para a comunicação entre as instituições e pessoas que compõem o Coletivo Educador é para divulgação das atividades do próprio Coletivo. Em seguida destaca-se o intuito de fazer contatos com educadores ambientais e parceiros e a mobilização para ações do próprio Coletivo ou de parceiros. Uma quarta finalidade, mais evidente, aponta para a necessidade de manter seus membros atualizados, seguida de uma ação de divulgação e de promoção do Coletivo. Finalmente observa-se a finalidade de manifestação pública sobre as posições do Coletivo.

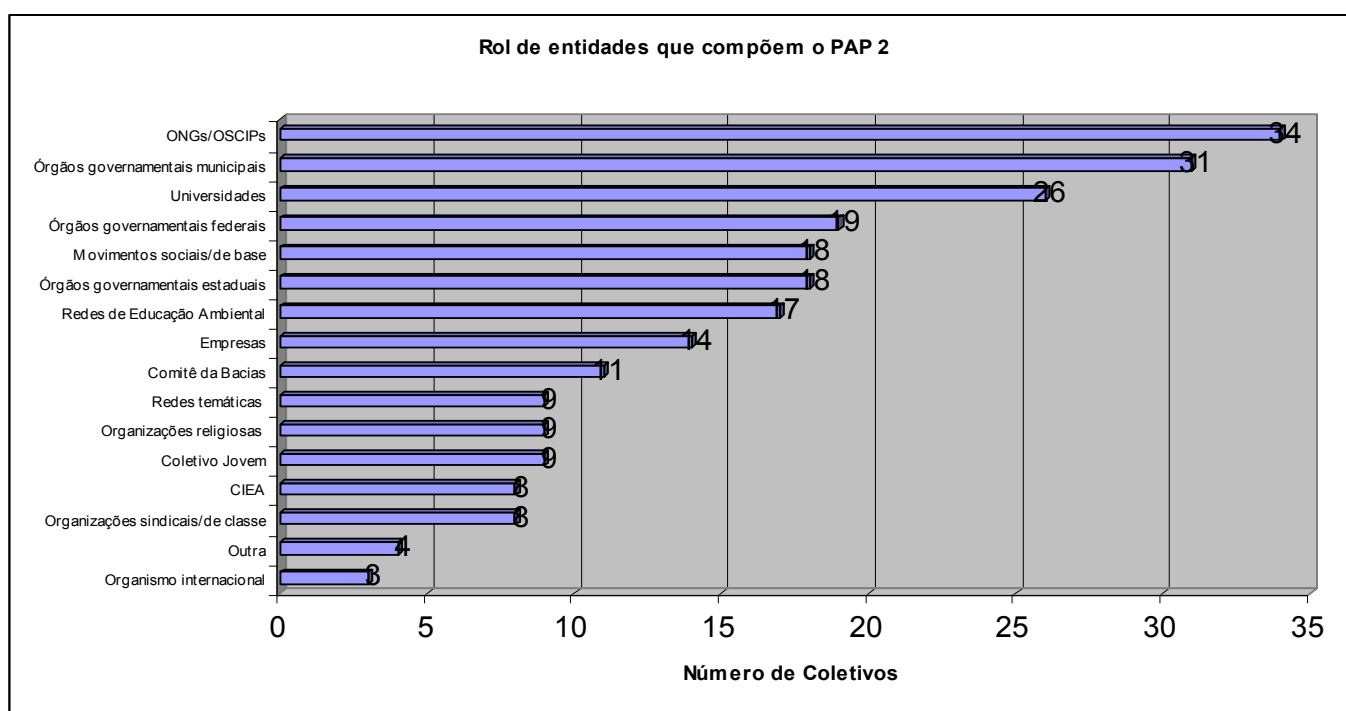
Gráfico 24 - Número de entidades que compõem o Coletivo Educador (PAP 2)



O gráfico 24 nos revela que há uma tendência de os Coletivos Educadores concentrarem em seu PAP 2 de duas a dez entidades (englobando as duas categorias dispostas no “meio” do gráfico). Nota-se ainda nos extremos do gráfico, de um lado, a presença de Coletivos com apenas uma única instituição em seu PAP 2 (em 4 Coletivos analisados) e, de outro, a presença de experiências mais coletivas de constituição de PAP 2, com mais de 16 entidades (em 6 Coletivos). Pode-se concluir que

há diferentes arranjos coletivos para a constituição de um PAP 2, com uma tendência mais recorrente de ele ser composto por entre 2 e 10 entidades. Fica uma preocupação quanto à presença de PAP 2 com apenas uma única entidade, algo que por si só se revela como sendo contraditório à concepção da proposta dos Coletivos Educadores. Evidentemente que uma aproximação junto a estes Coletivos permitiria identificar os motivos que os movimentaram nesta direção e quais as decorrências conceituais e práticas desta escolha. Seria possível ainda mapear se tal escolha seria definitiva ou apenas circunstancial, fruto de eventuais dificuldades e contingências momentâneas enfrentadas pelo Coletivo.

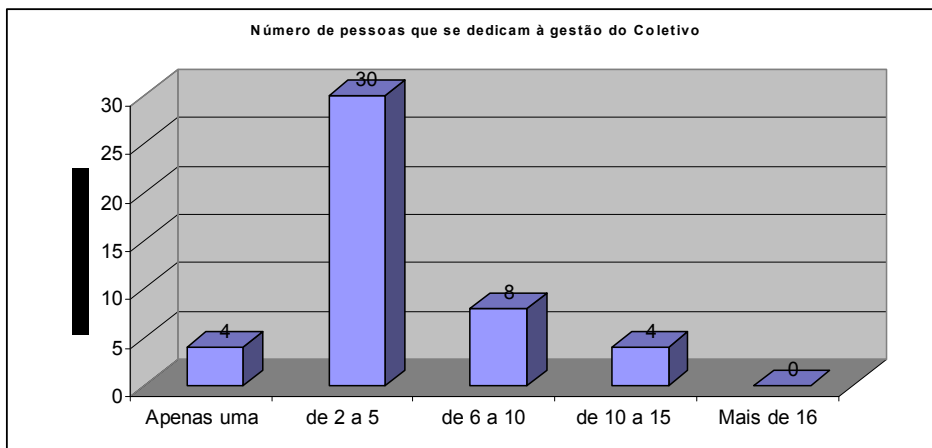
Gráfico 25 - Relação de instituições que compõem o PAP 2



Pode-se observar no gráfico 25 um conjunto de instituições que compõem o PAP 2 dos Coletivos Educadores analisados. Nota-se no gráfico dois blocos principais de organizações: o primeiro compreendendo as três primeiras instituições no seu topo: ONGs/OSCIPs, órgãos governamentais municipais e universidades; e o segundo bloco (logo em seguida) contendo órgãos governamentais federais e estaduais, movimentos sociais/de base e as redes de Educação Ambiental. A partir das redes observa-se uma queda, rumo às “empresas” e “comitês de bacias” e daí por diante.

No extremo oposto, visualiza-se a incipiente participação dos Organismos Internacionais. Nota-se ainda, com pouca expressão a presença de organizações sindicais/de classe, das CIEAs¹³, Coletivos Jovens, organizações religiosas, redes temáticas e Comitês de Bacias.

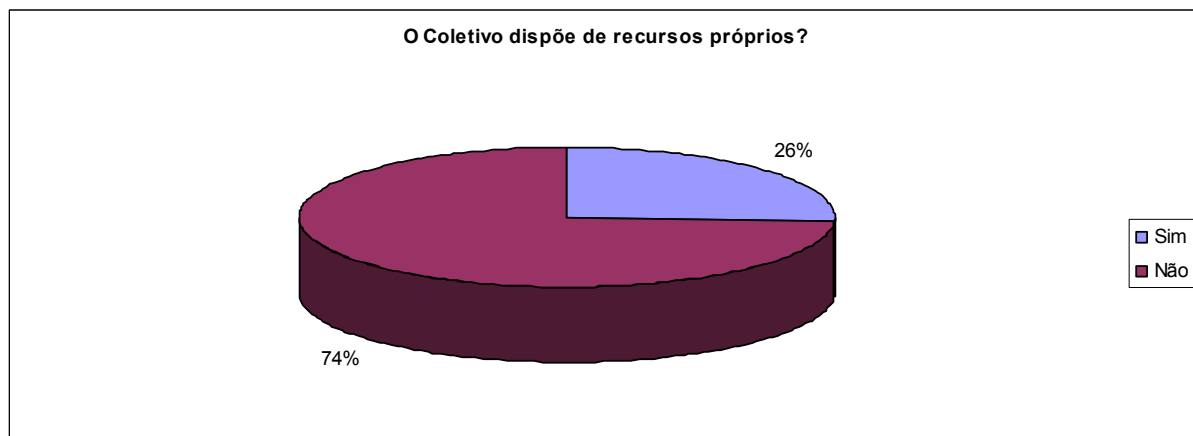
Gráfico 26 - Número de pessoas dedicadas à gestão do Coletivo



Uma análise comparativa deste gráfico 26 com o gráfico 24 indica que, ainda que existam Coletivos Educadores (PAP 2) com composição plural (de 2 a 10 entidades), sua gestão é conduzida em geral por apenas 2 a 5 pessoas. Na prática, ainda que possa haver um *pool* mais amplo de instituições no PAP 2, o processo de gestão do Coletivo fica mais restrito, nas mãos de poucas pessoas. Nota-se num dos extremos do gráfico (à direita) que não há Coletivos sendo geridos por mais de 16 pessoas. De fato atuar em Coletivo e ser gerido coletivamente é um processo não trivial e que requer muita habilidade e desenvoltura, especialmente quando se tem metas e prazos a cumprir, de um lado, e esparsos recursos, de outro.

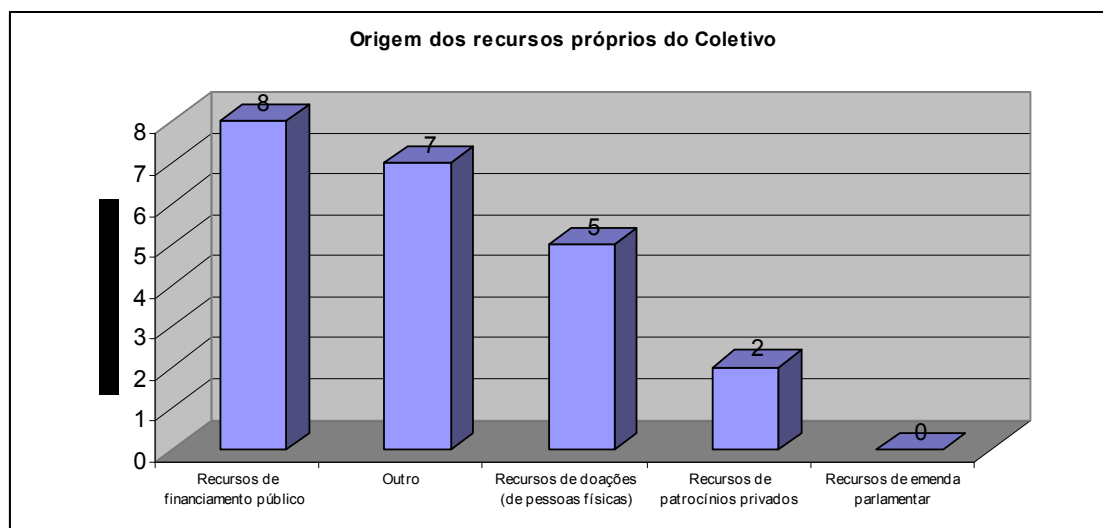
¹³ Duas inquietações emergem desta pouca parceria entre as CIEAs e os Coletivos. A primeira seria quanto à real situação atual das CIEAs: vivem permanentes momentos de refluxo, especialmente quando a “animação” do Órgão Gestor da PNEA é menos presente. A segunda seria quanto à concepção e a forma de atuação destas duas instâncias, uma (CIEA) mais institucionalizada e “dura” e outra (Coletivo) mais aberta, volátil e permeável. Seriam estas duas formas de ser e estar no mundo incompatíveis em termos de uma atuação sinérgica e integrada?

Gráfico 27 - Existência de recursos próprios para o Coletivo



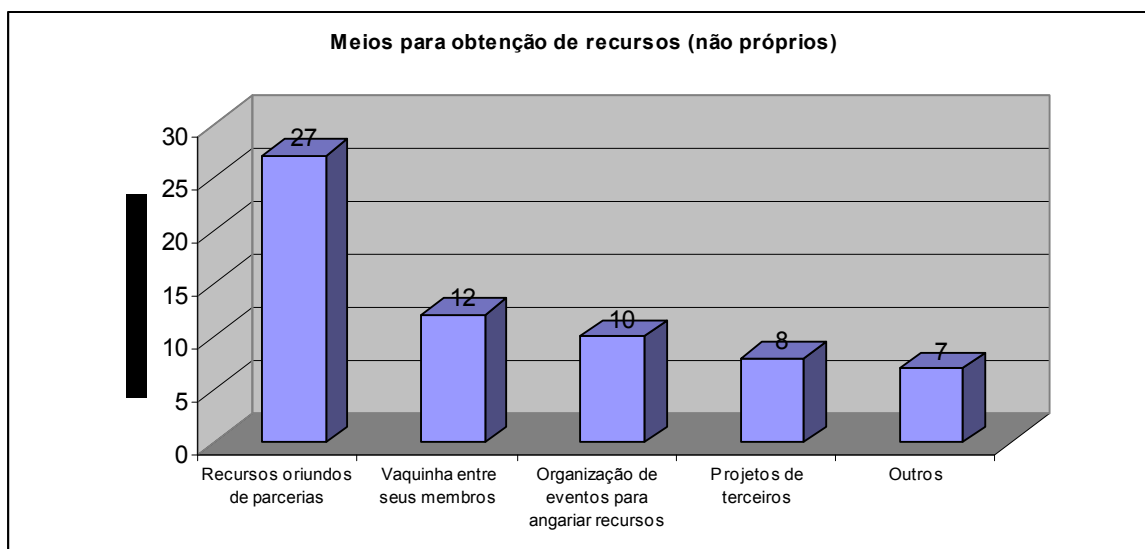
O gráfico 27 revela um gargalo importante no funcionamento dos Coletivos Educadores - a ausência de recursos financeiros próprios para sustentar seu funcionamento e atuação. Para a maioria deles (74%) não há recursos próprios para o Coletivo. Em ¼ deles nota-se o oposto, sendo que as fontes de origem destes recursos são elencadas a seguir.

Gráfico 28 - Origem dos recursos próprios do Coletivo



Nota-se no gráfico 28 três fontes principais de destinação de recursos próprios para os Coletivos Educadores: recursos de financiamento público, outras fontes, e recursos de doações de pessoas físicas. A categoria “outro” foi composta de: rendimento de membros do Coletivo, uso de estrutura pública, oferecimento de cursos pagos, agências de fomento à pesquisa. A presença de patrocínios privados é incipiente enquanto que a articulação de emendas parlamentares não foi registrada.

Gráfico 29 - Meios para obtenção de recursos (não próprios) para o Coletivo



Percebe-se que o principal meio para o Coletivo obter recursos não próprios para seu funcionamento e atuação é por meio de parcerias. Elas contemplam uma diversidade de possibilidades - parcerias envolvendo a troca de bens e serviços, o empréstimo de horas de trabalho e de insumos, dentre outros. Em seguida constata-se a presença de vaquinha entre os membros do Coletivo como sendo o segundo meio para o mesmo obter recursos.

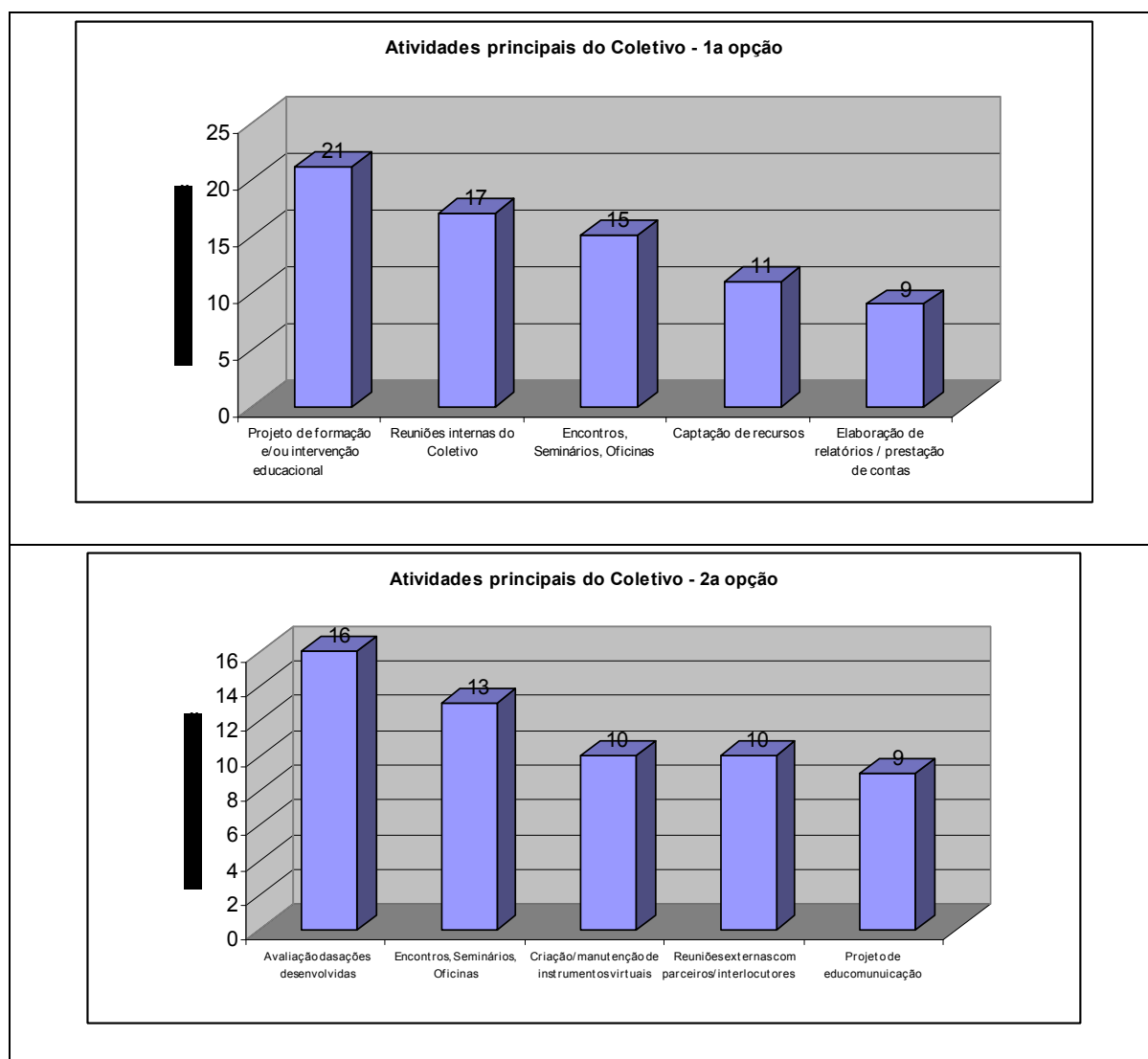
Estes gráficos anteriores reiteram a importância da dimensão “disponibilidade de recursos para o Coletivo Educador” e a necessidade dela ser mais aprofundada junto aos mesmos. Rodadas e eventos de troca de experiências poderiam contribuir para socializar práticas inovadoras e criativas de Coletivos, oferecendo alguns possíveis “caminhos das pedras” para outros Coletivos que ainda se deparam com este desafio. Além disso, vale ressaltar a pertinência de reflexões de “fundo” junto aos Coletivos visando resgatar parte da sua proposta original do DEA (que ressaltava a ausência de recursos financeiros para custear tal proposta) e avaliar coletivamente caminhos possíveis para lidar com esta situação. Outro ponto fundamental para ser compartilhado e debatido refere-se ao aporte de recursos públicos via FNMA para Coletivos Educadores, que, ao longo deste diagnóstico, se revelou como sendo uma saída mais traumática, tensa e complicadora do que ela se propunha a ser. Em outras palavras, a existência de algum recurso público para financiar a constituição e a atuação de alguns Coletivos Educadores, ainda que possa ser destacado como sendo uma ação importante, ela acarretou em inúmeros transtornos e acirrou outros problemas já presentes em alguns destes Coletivos¹⁴.

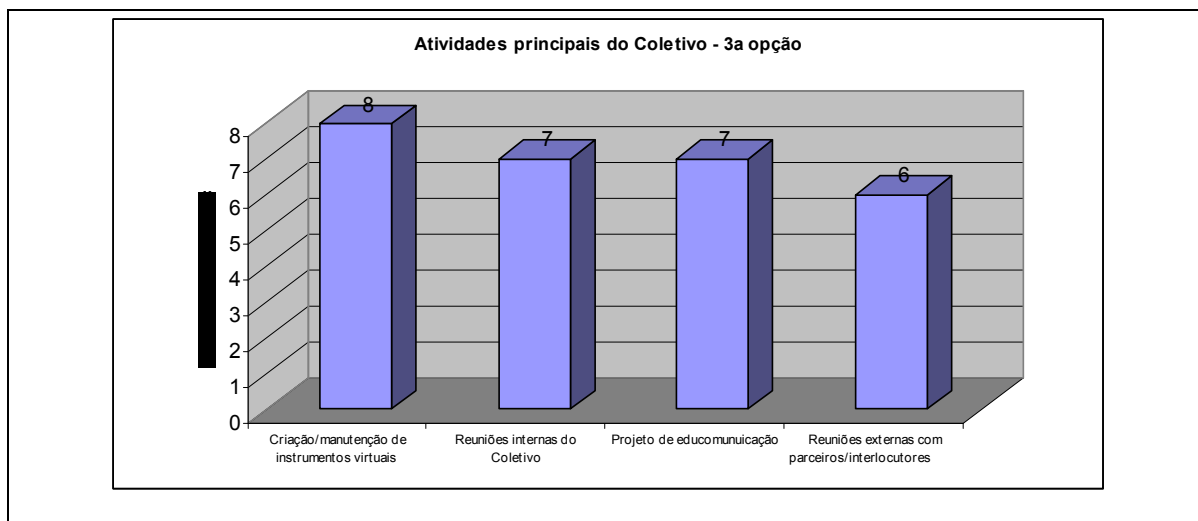
¹⁴ Guardadas as devidas diferenças entre os processos, tal questão aponta para o edital do FNMA de apoio às Redes de EA, em 2002, que também alavancou algumas redes no país, de um lado, mas gerou diversos problemas e “vícios”, de outro. Resgato esta questão pois a partir dos aprendizados e lições que dela decorreram pode-se lançar olhares avaliativos para este processo atual (de financiamento do FNMA para Coletivos) de forma mais madura e serena.

BLOCO II - ATUAÇÃO DO COLETIVO EDUCADOR

Neste bloco são abordados aspectos relacionados à atuação do Coletivo Educador - o que faz, como, com quem, para quem, do que participa, temas trabalhados etc.

Gráfico 30 - Atividades principais do Coletivo





O gráfico 30 reúne três gráficos sobre as atividades principais desempenhadas na atualidade pelos Coletivos Educadores. A pergunta oferecia a possibilidade de cada Coletivo informar as três opções/níveis de envolvimento no rol de atividades realizadas: “Qual(is) a(s) atividade(s) principal(is) do Coletivo atualmente? (Marque 1 para a atividade que demanda mais tempo e energia, 2 para a meio termo e 3 para a que demanda menos tempo e energia)”.

Desta forma, na tabulação, sistematização e análise dos dados foi possível a elaboração de 3 gráficos, revelando os três níveis/opções de atividades mais presentes na atuação dos Coletivos.

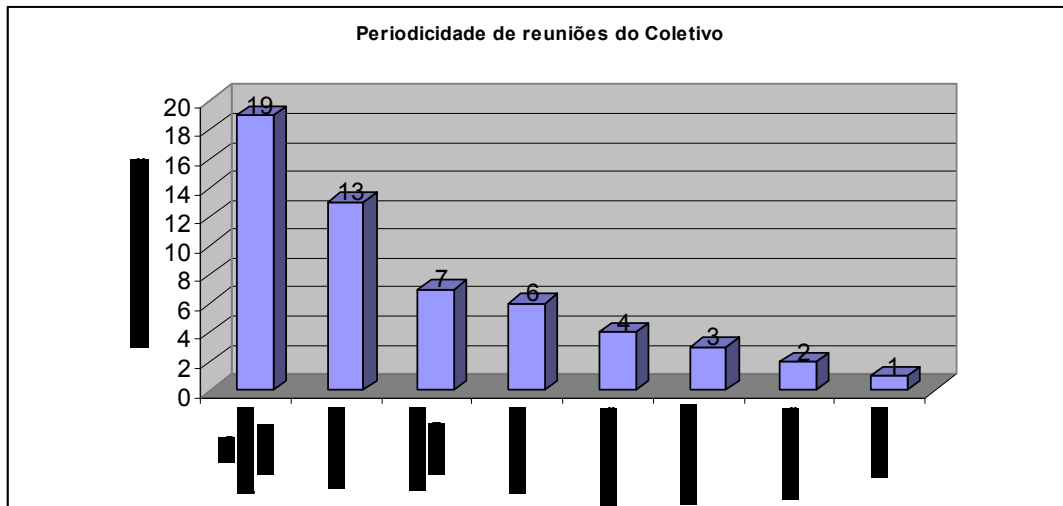
Na 1ª opção nota-se que a atividade mais presente diz respeito ao projeto de formação e/ou intervenção educacional, um dos focos prioritários do Coletivo. A terceira atividade (encontros, oficinas, seminários) também aponta para atividades finalísticas realizadas pelo Coletivo, enquanto que as demais ações da 1ª opção são mais internas e voltadas a aspectos gerenciais e organizacionais do Coletivo (reuniões, captação e relatórios).

Na 2ª opção, das cinco atividades presentes, quatro são diferentes daquelas destacadas anteriormente. Apenas a realização de encontros, seminários e oficinas se repete na 1ª e na 2ª opção. Merecem destaque duas ações, nos extremos do gráfico. A mais citada é voltada à avaliação das atividades desenvolvidas pelo Coletivo, uma dimensão também bastante relevante para a proposta do Coletivo como um todo, uma vez que contribui para sua *práxis* permanente. A outra atividade diz respeito à implementação de projetos de educomunicação, uma abordagem inovadora e interessante no contexto da educação ambiental.

Na 3ª opção, nota-se novamente a presença do componente educ comunicativo seguido de atividades “meio”.

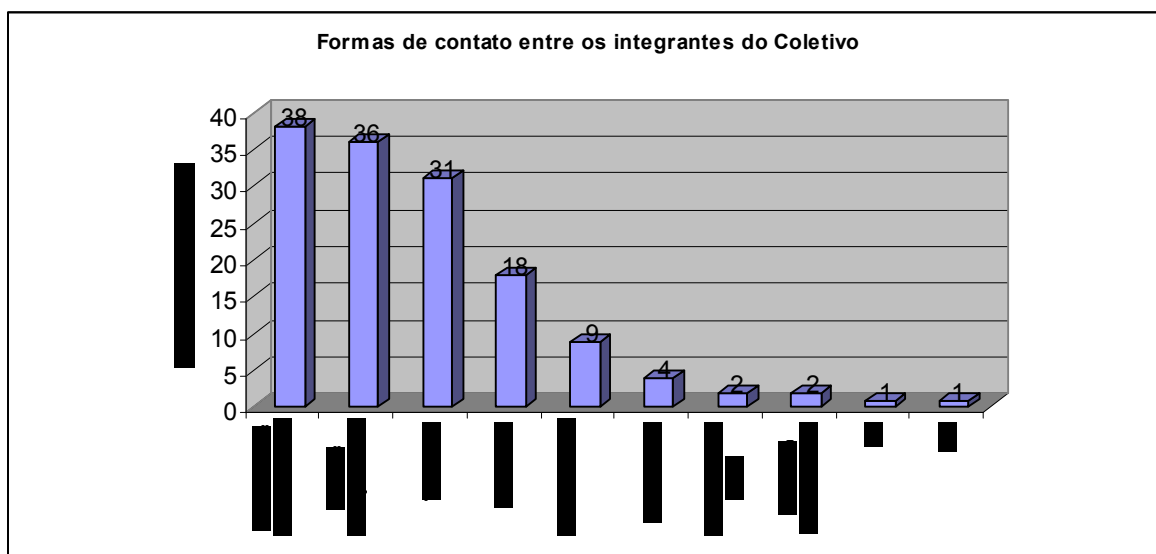
Vale salientar que todas as atividades contidas como alternativas na pergunta original foram pontuadas. Entretanto, optou-se por dispor nos gráficos acima disponibilizados apenas as atividades mais recorrentes em cada uma das opções reveladas pelos Coletivos.

Gráfico 31 - Periodicidade de reuniões do PAP 2



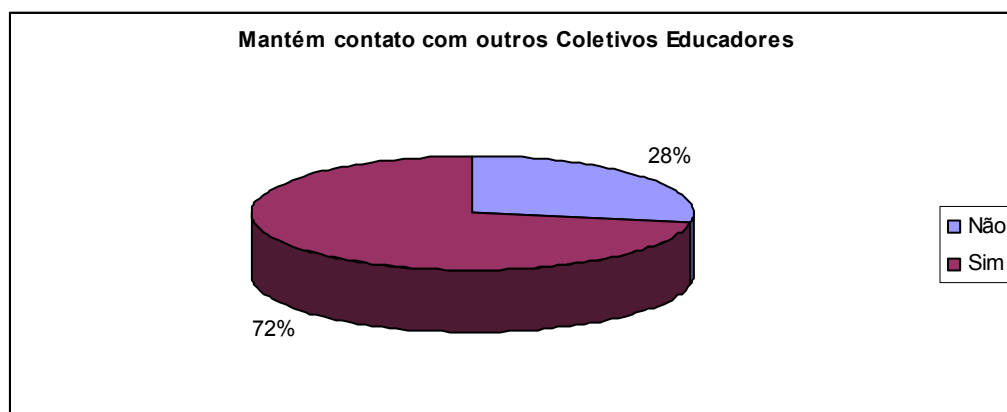
Observa-se no gráfico 31 que 19 dos 48 (ou 40%) Coletivos que responderam ao questionário declararam não possuir periodicidade definida para realizar suas reuniões. Vale destacar que a questão permitia o registro de mais de uma opção. Em algumas respostas observaram-se registros diferenciando reuniões do PAP 2 e do PAP 3, cada qual com sua periodicidade diferenciada. Nota-se também no gráfico uma presença importante de Coletivos que afirmaram realizar reuniões mensais (13 de 48, ou, quase 1/3). Num outro espectro, constatou-se também que 7 Coletivos ainda não se reuniram no ano de 2010, revelando que enfrentam problemas de mobilização e de atuação. Podem estar paralisados em decorrência de problemas internos e/ou locais como também isso pode ser um reflexo da descontinuidade na gestão desta política por parte do DEA. Esta questão será abordada na seção seguinte deste Relatório.

Gráfico 32 - Formas de contato entre os integrantes do Coletivo



O gráfico 32 nos revela os principais meios de contato entre os integrantes do Coletivo, com destaque para 4 instrumentos: e-mail/lista de discussão; reuniões presenciais; telefonema; e boca-a-boca. Das opções oferecidas na pergunta, duas delas tiveram resposta nula - twitter e mural/cartazes. Nota-se, como destacado no gráfico 22, que o principal instrumento comunicativo do Coletivo é o e-mail/lista de discussão e que o uso do Twitter é ainda bastante incipiente (neste caso nulo), a despeito da sua emergência como um fenômeno comunicativo virtual atual.

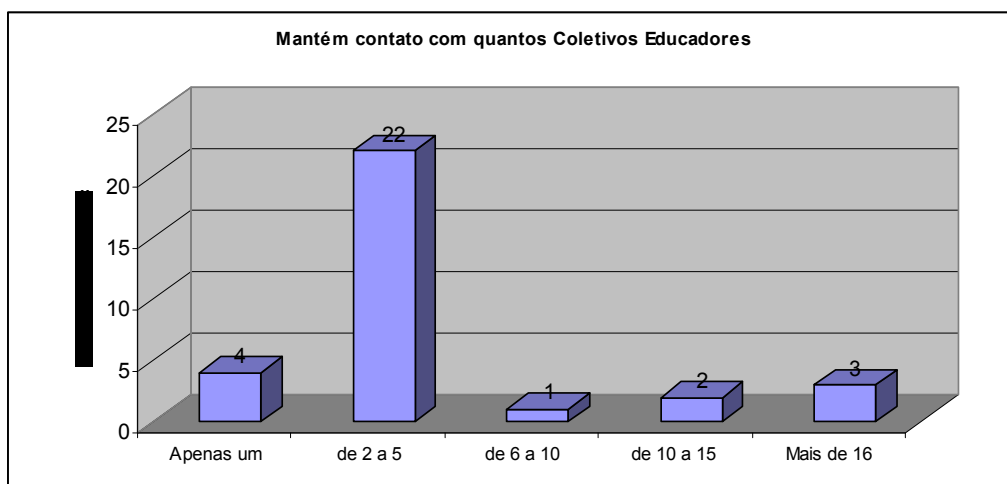
Gráfico 33 - Contato com outros Coletivos Educadores



Quando questionados sobre se mantém contato com outros Coletivos Educadores, a grande maioria (72%) declara que sim. Por outro lado, observa-se que quase 1/3 dos Coletivos afirmam não estabelecer contato com outros Coletivos Educadores, algo que poderia ser mais bem aprofundado, especialmente no tocante às razões que os levam a agir desta forma. Neste sentido, vale destacar como iniciativa positiva, a existência no estado de São Paulo, de uma rede de Coletivos Educadores,

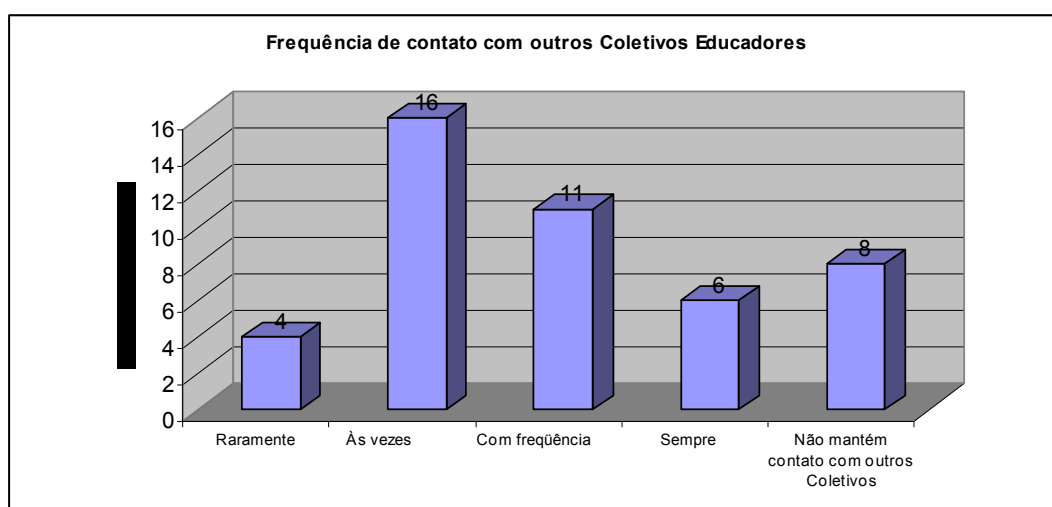
tendo inclusive já realizado seis encontros para troca de experiências, discussões e tomada de posição frente a temas atuais e relevantes¹⁵.

Gráfico 34 - Mantém contato com quantos Coletivos Educadores



Dos Coletivos Educadores (72% do gráfico 33) que declararam estabelecer contato com outros Coletivos Educadores, observa-se que a grande maioria afirma manter contato com entre 2 e 5 Coletivos. Isto pode ser considerado como sendo uma boa articulação, ainda que a alternativa original da pergunta não nos permita identificar com mais exatidão quantos Coletivos mantêm contato com 2 outros Coletivos, quantos mantêm com outros 3 e assim por diante.

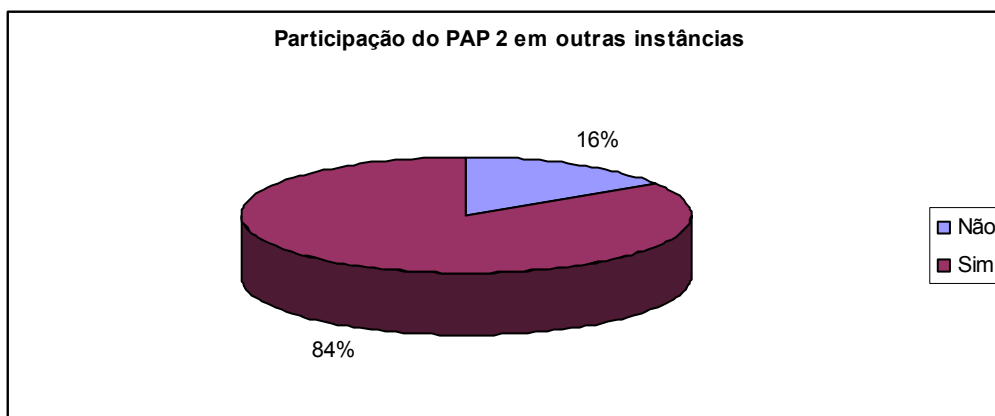
Gráfico 35 - Frequência de contato com outros Coletivos Educadores



¹⁵ Um exemplo deste tipo de articulação é o Manifesto de Botucatu, oriundo do VI Encontro de Coletivos Educadores do Estado de São Paulo, realizado nos dias 30/4 e 1/5 de 2010, em Botucatu. A íntegra do documento encontra-se disponível no Anexo deste Relatório.

O gráfico 35 nos revela que o contato entre Coletivos Educadores é menos eventual e freqüente do que o esperado. Somadas as alternativas “raramente” e “às vezes” alcance a casa dos 20 Coletivos, que aliados aos 8 que afirmaram não manter contato com outros coletivos totalizam 28 (de 48, ou 58%). Do outro lado têm-se as opções “com freqüência” e “sempre”, respectivamente com 11 e 6 Coletivos, totalizando 17 (de 48, ou 35%). Em outras palavras: pouco mais de um terço dos Coletivos mantém contato mais freqüente com outros Coletivos Educadores enquanto que a grande maioria (58%) ou não mantém qualquer contato ou o faz de forma eventual.

Gráfico 36 - Participação do PAP 2 em outros espaços e instâncias



Nota-se que a maioria dos Coletivos Educadores (considerando como unidade de referência o PAP 2) participa de outros espaços e instâncias, as quais são relacionadas na tabela 7, a seguir.

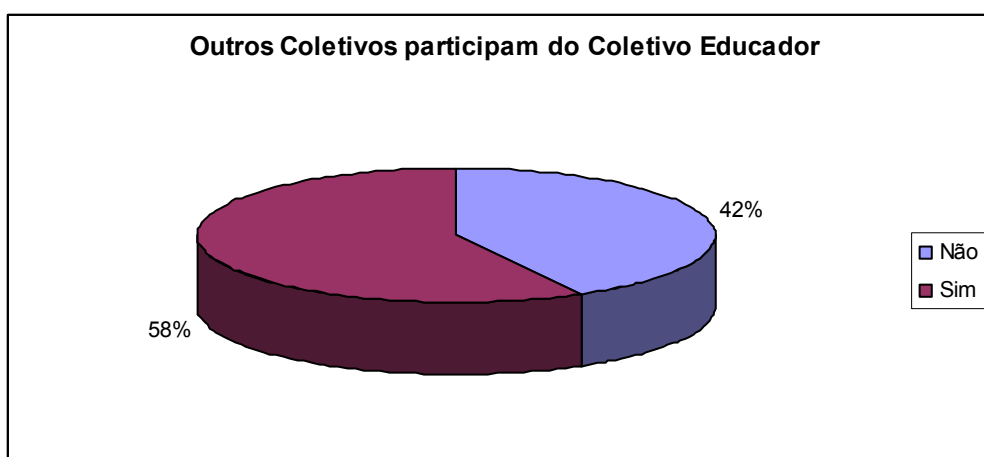
Tabela 7 - Relação de espaços e instâncias com presença de PAP 2

Espaços e instâncias	Número de Coletivos
Conselho Municipal de Meio Ambiente	23
Rede de EA	21
Comitê de Bacias	19
Agenda 21	16
Outro	14
Coletivo Jovem	9
CIEA	8
Conselho Estadual de Meio Ambiente	4

Quatro espaços participativos se destacam na tabela: Conselho Municipal de Meio Ambiente; Rede de EA; Comitê de Bacias; e Agenda 21. Interessante perceber a relação estabelecida entre os Coletivos Educadores e tais fóruns e espaços relacionados à agenda ambiental e ao campo da EA. No oposto da tabela nota-se uma articulação ainda pouco presente entre Coletivos Educadores e os Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, as CIEAs e os Coletivos Jovens.

Vale destacar que na opção “Outro” identificou-se uma considerável diversidade de espaços, revelando o leque de atuação/articulação dos Coletivos: Conselho do Território da Cidadania, Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Conselho Mun. De Saúde, Comitê dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, Reserva da Biosfera, Conselho Gestor de UC, Comissão Organizadora Estadual da Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, Rede Temática, Comitê de Combate à Dengue.

Gráfico 37 - Participação de outras instâncias no Coletivo Educador



Quando questionados sobre o inverso, ou seja, sobre a participação destas instâncias, espaços e coletivos no Coletivo Educador, os próprios revelaram uma boa discrepância nos dados, no comparativo com o exposto no gráfico 36. Pouco mais da metade dos Coletivos analisados sinalizou afirmativamente quanto à participação de outros espaços, instâncias e coletivos no Coletivo Educador. A tabela a seguir relaciona estes espaços.

Tabela 8 - Relação de espaços e instâncias presentes em Coletivos Educadores

Espaços e instâncias	Número de Coletivos
Rede de EA	11
Conselho Municipal de Meio Ambiente	11
Comitê de Bacias	8
Coletivo Jovem	8
Agenda 21	7
Outro	6
CIEA	4

Na avaliação cruzada dos dados dispostos nas tabelas 7 e 8 é possível perceber boa convergência de espaços e instâncias. Há apenas uma alteração de posições, relativa à Agenda 21 e ao Coletivo Jovem. Na tabela 8 o Coletivo Jovem figura-se entre os quatro espaços coletivos mais presentes nos

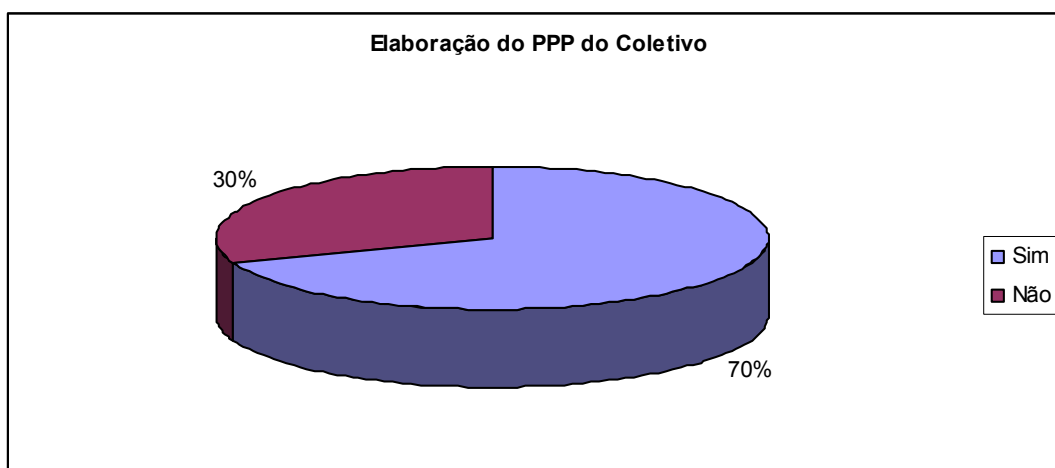
Coletivos Educadores, enquanto que no contrário (tabela 7) é apenas o sexto. Conclui-se que os espaços com os quais os Coletivos Educadores mais se relacionam (valendo aí a reciprocidade) são os Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Redes de EA, Comitês de Bacias, Agenda 21 e Coletivos Jovens (CJs).

Gráfico 38 - Realização de mapeamento socioambiental da região



Observa-se no gráfico 38 que a maioria (62%) dos Coletivos analisados declara ter realizado mapeamento socioambiental da sua respectiva região de atuação, enquanto que 38% (mais de 1/3) afirmam o contrário. Se esta ação for considerada como sendo estratégica e essencial para subsidiar a constituição e a atuação de qualquer Coletivo Educador os dados revelam que há lacunas. Seria importante verificar quais fatores levaram estes 38% de Coletivos a declararem não ter realizado ainda o mapeamento socioambiental.

Gráfico 39 - Elaboração do Projeto Político Pedagógico do Coletivo Educador



Na mesma linha dos dados expostos no gráfico anterior, o gráfico 39 indica que 70% dos Coletivos Educadores analisados afirmam ter elaborado seus respectivos PPPs contra 30% que revelaram o contrário. As indagações também são as mesmas do gráfico anterior - quais os fatores que levaram os Coletivos a esta não elaboração de seus próprios PPPs, uma vez que se trata de um documento/processo fundamental nestas iniciativas. Pode-se inferir que aqueles 30% que ainda não elaboraram seus PPPs referem-se a iniciativas em fase inicial de constituição e/ou que vêm enfrentando um momento de paralisação de suas atividades. Dos itens do PPP - marcos conceitual, situacional e operacional - verificou-se um considerável equilíbrio entre eles. Desta forma, não foi elaborado um gráfico ou tabela específico sobre tal dimensão.

Tabela 9 - Estimativa de pessoas formadas/em formação pelo Coletivo Educador

Processos de formação	Número estimado de pessoas
PAP 2	1.028
PAP 3	2.278
PAP 4	21.114
PAP 5	10.075
Outros processos	61.565
TOTAL	96.060

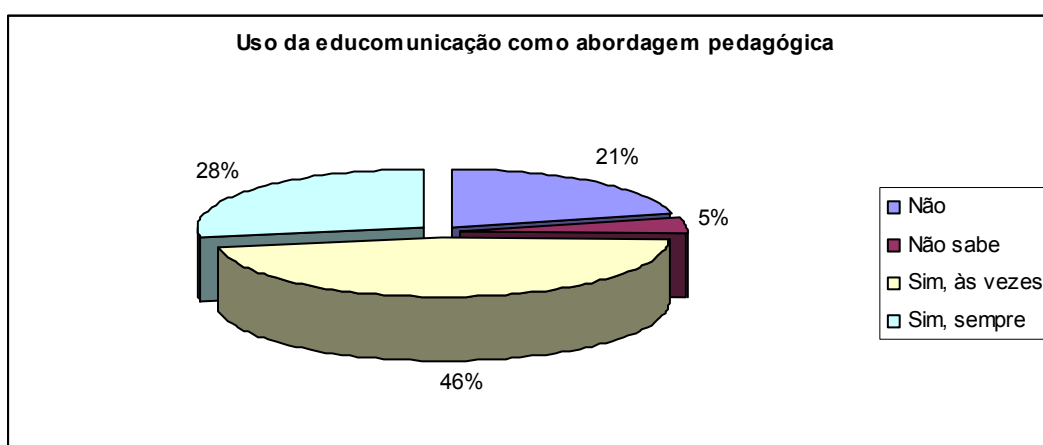
A tabela 9 oferece uma estimativa dos diversos processos/instâncias de formação com os quantitativos de pessoas já formadas ou em formação até o momento pelos Coletivos Educadores. Algumas considerações merecem ser feitas:

- ✓ Constatou-se uma dificuldade, em geral, de os Coletivos Educadores mensurarem/estimarem/explicitarem o número de pessoas formadas/em formação nas diversas instâncias e processos por eles deflagrados. Isto se evidenciou de forma mais premente na pergunta de número 20 do questionário - que solicitava as cargas horárias e modalidades dos diversos processos formativos. Além disso, esta mesma ponderação deve ser feita na pergunta 21, a qual foi tabulada e reunida na tabela 9, acima.
- ✓ Nota-se na tabela um padrão crescente na estimativa de pessoas partindo do PAP 2 até Outros processos. Há uma queda no PAP 5, pois apenas 3 Coletivos informaram suas estimativas para esta instância. Ou seja, infere-se que a grande maioria dos Coletivos Educadores, em função do seu momento atual e da sua breve trajetória de existência e atuação, ainda não alavancou processos formativos além do PAP 4.
- ✓ Na categoria “Outros processos” é preciso visualizar a estimativa identificada na tabela de forma muito cautelosa e ponderada, uma vez que se notou uma disparidade bastante considerável entre as estimativas informadas pelos Coletivos nos questionários. Houve diferentes parâmetros de entendimento sobre como e o que mensurar no chamado “Outros processos”. Provavelmente alguns Coletivos consideraram dados de visitas e

atividades pontuais e, conseqüentemente, não formativas (propriamente ditas). Enquanto que outros consideraram apenas estimativas de processos formativos mais continuados. Na geração desta tabela, todos os dados informados pelos Coletivos nos questionários foram reunidos.

- ✓ Desconsiderando as estimativas do PAP5 e de “Outros processos”, em função do exposto anteriormente, obtêm-se as seguintes médias de pessoas formadas/em formação considerando cada Coletivo Educador e cada PAP, a partir do universo de Coletivos Educadores analisados:
 - **PAP 2: 20**
 - **PAP 3: 48**
 - **PAP 4: 450**
 - **Coletivo Educador: 2.000**
- ✓ Evidentemente que tais médias devem ser encaradas apenas como indicativos que oferecem uma visualização estimada de pessoas formadas/em formação em cada um destes processos/instâncias enunciados. Não pretendem, portanto, apresentarem-se como cálculos absolutos nem como indicadores de “bons” ou “maus” desempenhos dos Coletivos. Em especial, tais médias ajudam a relevar para gestores públicos possíveis alcances quantitativos dos Coletivos Educadores, tendo em vista que a dimensão do “dato quantitativo” e das “médias” é comumente utilizada para sustentar ou refugar determinadas políticas governamentais.

Gráfico 40 - Uso da educomunicação como abordagem pedagógica



Nota-se no gráfico 40 que o uso da educomunicação é ainda eventual pelos Coletivos Educadores em seus processos pedagógicos - 46% a utilizam às vezes, 28% sempre e 21% não a utilizam. Apenas 5% revelaram não conhecer tal abordagem. Ainda assim, ela está presente, seja de forma perene, seja de forma eventual, em nada menos que 74% (ou 28% + 46%) dos Coletivos Educadores estudados.

Tabela 10 - Públicos prioritários dos Coletivos Educadores

Tipos de Públicos	Número de Coletivos
Professores	39
Estudantes	32
Educadores Ambientais em geral	28
Lideranças comunitárias	28
Gestores públicos	18
Juventude	15
Técnicos/especialistas	13
Mulheres	12
Crianças e adolescentes	10
Comunidades tradicionais	7
Lideranças políticas	7
Agricultores	5
Catadores de lixo	4
Empresários	4
Outros	4
Profissionais de meios de comunicação	3
Gays, lésbicas e afins (LGBT)	0

A tabela 10 nos revela os públicos prioritários na atuação dos Coletivos Educadores. Em negrito no topo destacam-se os quatro segmentos mais presentes na atuação dos Coletivos - professores e estudantes (já reforçando sua vocação e afinidade com a educação ambiental formal), educadores ambientais em geral e lideranças comunitárias. Este último demarca uma importante conexão da proposta dos Coletivos Educadores com o campo da chamada educação popular. No outro extremo da tabela, também em negrito, observam-se seis segmentos cujo envolvimento dos Coletivos é ainda incipiente ou nulo (LGBT): agricultores, catadores de lixo, empresários e profissionais da mídia e “outros”. Na categoria “Outros” verificaram-se os seguintes segmentos: técnicos da prefeitura, moradores em situação de rua, ambientalistas e conselheiros municipais.

Tabela 11 - Temas abordados pelos Coletivos Educadores

Temas abordados	Número de Coletivos
Educação Ambiental	45
Consumo sustentável	37
Sustentabilidade socioambiental	36
Recursos hídricos	34
Qualidade de vida	33
Políticas Públicas	32
Responsabilidade socioambiental	31
Saneamento ambiental	29
Biodiversidade	27
Desmatamento	26
Mudanças Climáticas	24
Gestão ambiental	24

Extensão rural/agricultura sustentável	23
Saúde	22
Agenda 21	20
Associativismo/cooperativismo	19
Cultura de redes	18
Unidades de Conservação	17
Desigualdade social	16
Educação formal	16
Geração de trabalho e renda	15
Denúncia de crimes/delitos ambientais	13
Turismo	12
Diversidade étnico-racial	9
Inclusão digital	6
Outros	5
Eleições	2

A tabela 11 nos apresenta o rol de temas abordados na atuação dos Coletivos Educadores. No topo destacam-se (em negrito) temas mais recorrentes, dentre eles: educação ambiental, consumo sustentável, sustentabilidade socioambiental, recursos hídricos, qualidade de vida, políticas públicas e responsabilidade socioambiental. Em geral, representam temas já bem debatidos no campo da Educação Ambiental. Em seguida, observam-se na tabela temas também bem presentes nos Coletivos, dentre eles: saneamento ambiental, biodiversidade, desmatamento, mudanças climáticas, gestão ambiental, extensão rural/agricultura sustentável.

Na base da tabela notam-se quatro temas (em negrito) pouco presentes nas práticas dos Coletivos Educadores: diversidade étnico-racial, inclusão digital, “outros” e eleições. Curioso perceber que a questão das eleições é praticamente não trabalhada pelos Coletivos, sendo o tema menos abordado dentre as opções oferecidas no questionário.

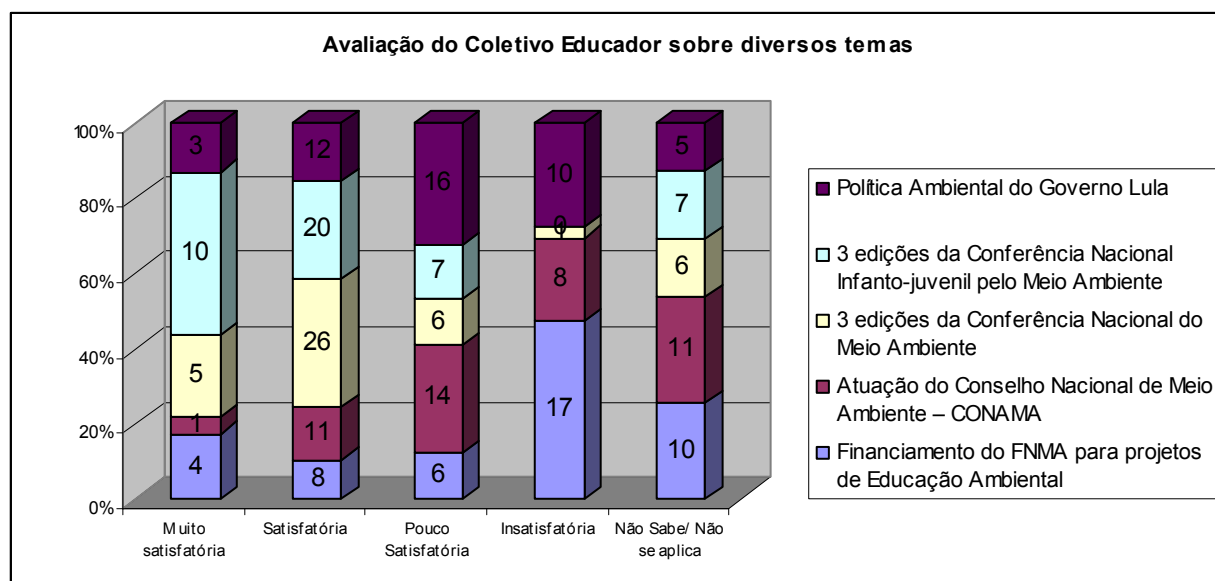
Na categoria “Outros” têm-se um *mix* de temas: ecopedagogia, permacultura, economia solidária, direitos humanos, resíduos sólidos, legislação ambiental, poluição, justiça ambiental, arte, áreas úmidas, mapeamento de grupos sociais.

A pergunta número 25 do questionário (aberta) indagava sobre “Quais são os principais resultados alcançados até então a partir da atuação do Coletivo Educador?”. A análise das respostas dos questionários possibilitou constatar que:

- Há certa dificuldade de os Coletivos identificarem os resultados que alcançaram. Há, inclusive, certo ruído no entendimento do termo “resultado”, uma vez que muitos Coletivos responderam a questão oferecendo uma relação de atividades realizadas ou em andamento, citando por exemplo a realização de reuniões, seminários, oficinas, eventos; a formação de PAPs 3 e 4; a constituição de parcerias diversas etc.

- A pergunta poderia ter sido formulada de modo a oferecer um entendimento do que se estava considerando como sendo “resultado”, oferecendo exemplos para facilitar esta compreensão. O foco da questão era identificar em todas estas atividades acima exemplificadas quais os resultados e impactos percebidos. Por exemplo, a formação de X pessoas no PAP 3 possibilitou que tipo de resultado/impacto ao Coletivo?
- Portanto, espera-se tanto aspectos quanti como qualitativos como “resultados”. Desde o número de pessoas mobilizadas e formadas até o momento, até quais impactos elas “sofreram” a partir desta formação, só pra citar dois exemplos do tipo de resposta que era esperada nesta questão.
- Feitas estas ponderações, foi possível identificar algumas dimensões de resultados na análise das respostas oferecidas pelos Coletivos nesta questão. São basicamente cinco dimensões:
 - **Pedagógicas:** a própria constituição do Coletivo Educador (especialmente do PAP 2) fez emergir reflexões que contribuíram para aprendizados mútuos acerca dos princípios e pressupostos da sua proposta. Além disso, sua atuação formativa possibilitou deflagrar relevantes processos formativos (para dentro e para fora do PAP 2), destacados nas respostas como “formação de educadores”. Respostas como “perceber que é possível o Coletivo atuar”, ajudam a ilustrar esta dimensão.
 - **Sociais:** a atuação mais “de base” do Coletivo e dos seus processos formativos propiciava maior aproximação e empoderamento de pessoas (e instituições) num dado território (com marcada presença dos seus componentes social e ambiental) com vistas a seu fortalecimento comunitário e atuação integrada (em rede).
 - **Ambientais:** mais caracterizada nas intervenções educacionais dos Coletivos envolvendo atividades de campo em áreas naturais e/ou em processo de recuperação ambiental, tais como trilhas, estudos do meio, plantio de árvores, mutirões agroflorestais etc.
 - **Culturais:** em primeira instância o aprofundamento da percepção das pessoas sobre o território (base) do Coletivo e em segundo nível a mudança de valores e atitudes que os processos formativos pautavam em seus protagonistas, participantes e parceiros.
 - **Institucionais:** uma dimensão bastante destacada pelos Coletivos aponta para o aumento da capacidade de diferentes instituições cooperarem e atuarem de forma integrada e sinérgica no desenho e realização de processos formativos em EA. Além disso, é citada também a rearticulação de espaços e instâncias já existentes, a partir da influência positiva gerada pelo Coletivo, dentre eles, Comitês de Bacias e Conselhos Municipais de Meio Ambiente.

Gráfico 41 - Avaliação do Coletivo Educador sobre diversos temas



Um olhar avaliativo dos Coletivos Educadores sobre temas diversos é apresentado no gráfico 41. Cinco aspectos foram avaliados:

- Política Ambiental do Governo Lula
- 3 edições da Conferência Nacional do Meio Ambiente
- 3 edições da Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente
- Atuação do CONAMA
- Financiamento do FNMA para a EA

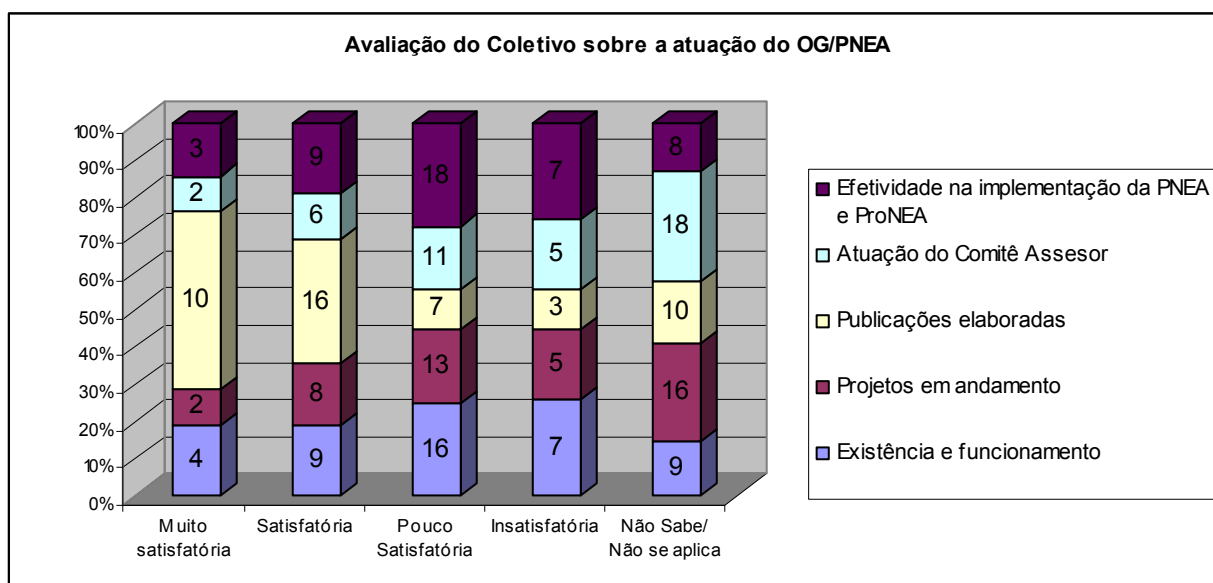
Observa-se no gráfico que o aspecto que obteve a pior avaliação refere-se ao financiamento do FNMA para projetos de EA. Na análise dos questionários foi possível constatar que este quesito teve avaliação semelhante tanto entre Coletivos Educadores agraciados pelo edital do FNMA quanto por aqueles que não tiveram este apoio. Em seguida, nota-se a política ambiental do Governo Lula como sendo o segundo aspecto mais mal avaliado pelos Coletivos - considerada como “pouco satisfatória” e “insatisfatória”.

O terceiro aspecto pior avaliado foi a atuação do CONAMA, o qual obteve também o maior número de respostas “não sabe/não se aplica”, revelando que estes atores (dos Coletivos Educadores) apresentam certo grau de desconhecimento sobre o Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Os outros dois aspectos avaliados - edições das Conferências Nacionais (infanto e “adulto”) - foram os mais bem avaliados pelos Coletivos Educadores, com leve predomínio para a Conferência Infanto-Juvenil sobre a “adulto”.

Finalmente, deve-se destacar que em alguns questionários foi observado um registro que procurava separar o primeiro do segundo mandato do Governo Lula, no aspecto sobre a sua política ambiental, revelando opiniões distintas de um mesmo Coletivo sobre estes dois períodos (2003 a 2006 e 2007 a 2010).

Gráfico 42 - Avaliação do Coletivo Educador sobre a atuação do Órgão Gestor da PNEA



Seguindo numa perspectiva avaliativa, este gráfico reúne as impressões dos Coletivos Educadores sobre a atuação do Órgão Gestor da Política Nacional de EA (OG/PNEA), composto por DEA/MMA e CGEA/MEC. Cinco aspectos foram avaliados:

- Efetividade na implementação da PNEA e ProNEA
- Atuação do Comitê Assessor
- Publicações elaboradas
- Projetos em andamento
- Existência e funcionamento do OG/PNEA

Dois aspectos se destacam por terem obtido uma avaliação mais negativa entre os Coletivos Educadores: efetividade na implementação da PNEA e ProNEA e existência e funcionamento do OG/PNEA. No outro extremo, notou-se que o item “publicações elaboradas” é disparado o aspecto mais bem aliado pelos Coletivos.

Chama atenção ainda a dimensão relativa à “atuação do Comitê Assessor” por seu alto número de respostas no campo “não sabe/não se aplica”, sugerindo que esta instância é pouco conhecida pelos Coletivos Educadores. O item “projetos em andamento (do OG/PNEA)” também se encaixa nesta situação, refletindo certo grau de desconhecimento dos Coletivos sobre tais projetos.

Os dados apresentados no gráfico 42 nos ajudam a “desmistificar”, de certa forma, uma percepção que paira no campo da EA de que o simples fato da existência do OG/PNEA já ser encarado como uma conquista positiva para a EA. Possivelmente, seja crescente entre os educadores ambientais uma percepção mais crítica sobre esta instância, no tocante à sua atuação mais presente, ativa e continuada, do que simplesmente o fato dela existir ou estar presente em termos institucionais.

Tabela 12 - Canais de acompanhamento da atuação do OG/PNEA

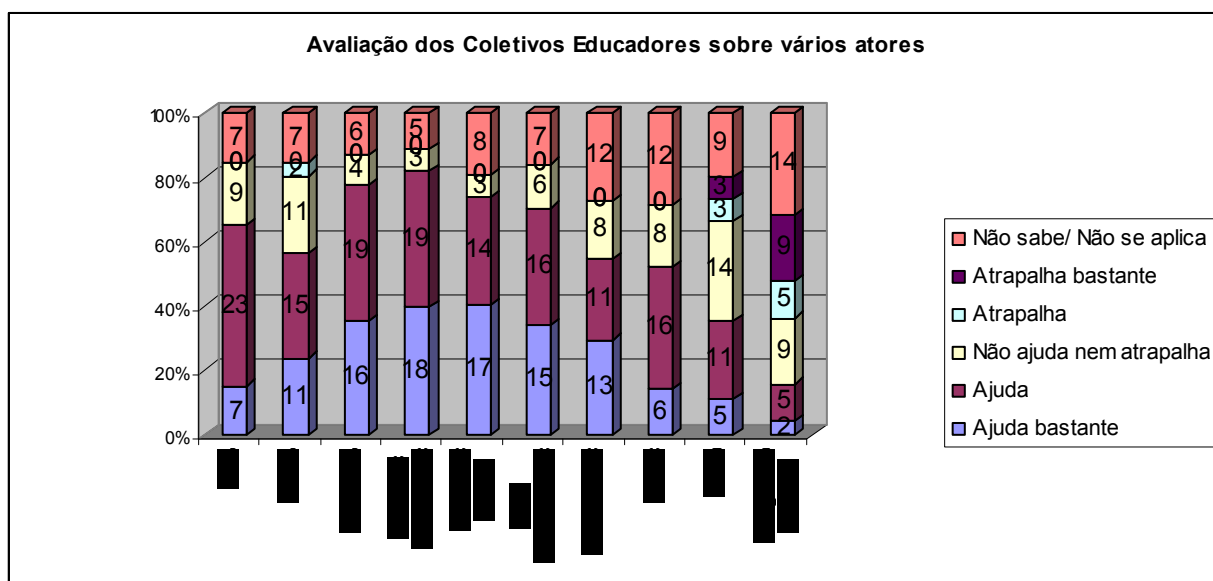
Canais, meios e instrumentos de acompanhamento	Número de Coletivos
Páginas virtuais do DEA/MMA e da CGEA/MEC	30
Redes de EA	25
Conversas entre educadores ambientais	24
Oficinas, seminários e eventos de EA	20
Blogs/redes sociais	13
Relatórios Anuais de atividades do DEA/MMA e da CGEA/MEC	10
Não acompanha o Órgão Gestor	7
Atas de reuniões do Comitê Assessor	6
Outros	4
Acompanha o Órgão Gestor, mas não sabe precisar os meios	2

Percebe-se na tabela 12 que os quatro principais canais (em negrito) utilizados pelos Coletivos Educadores para acompanharem a atuação do Órgão Gestor da PNEA são: páginas virtuais do DEA/MMA e da CGEA/MEC; Redes de EA; Conversas entre educadores ambientais; e Oficinas, seminários e eventos de EA. Como se vê, as páginas virtuais do DEA e da CGEA cumprem um papel central no tocante à comunicação e publicização da atuação do OG/PNEA e, portanto, devem ser permanentemente alimentadas, atualizadas e incrementadas.

Num segundo nível, notam-se a presença dos blogs/redes sociais e dos relatórios anuais de atividades do DEA e da CGEA.

Vale ainda destacar que 7 Coletivos afirmaram não acompanharem o OG/PNEA, algo bastante curioso.

Gráfico 43 - Avaliação dos Coletivos Educadores sobre diversos atores



O gráfico 43 nos oferece uma visão avaliativa dos Coletivos sobre diversos atores direta ou indiretamente relacionados ao campo da EA:

- DEA
- CGEA
- Redes de EA
- Coletivos Educadores
- Coletivos Jovens
- Salas Verdes/CEAs
- COM-VIDAs
- CIEAs
- Mídia
- Congresso Nacional

Uma análise mais detida no gráfico permite identificar que o Congresso Nacional é o ator com a avaliação mais negativa por parte dos Coletivos Educadores. Além de ser o mais desconhecido, é também o que “atrapalha bastante”, segundo os próprios. Em seguida, tem-se a mídia, vista, de um modo geral, como um ator que “não ajuda nem atrapalha”.

Para as CIEAs e COM-VIDAs há certo grau de desconhecimento sobre tais atores, prevalecendo, no geral, uma percepção de eles ajudam ou ajudam bastante.

Outros quatro atores figuram entre os mais bem avaliados: Redes de EA, Coletivos Educadores, Coletivos Jovens e Salas Verdes/CEAs, com considerável concentração de opiniões nos campos “ajuda” e “ajuda bastante”.

Já quanto à avaliação do DEA e da CGEA, algumas considerações merecem ser feitas. Inicialmente é preciso tratar tais atores de forma separada, por dois motivos. O primeiro por se tratar de atores que dialogam com públicos específicos que compõem o campo da EA. Isso se evidencia no caso dos Coletivos Educadores, que é um Programa gerido e fomentado pelo DEA. Ainda que ele tenha mobilizado diversas universidades (em tese, público do MEC), a atuação dos Coletivos Educadores foi concebida para a chamada “EA não-formal”, competência legal e institucional do MMA. O segundo motivo diz respeito às mudanças na gestão do MMA, ocorridas em 2008, culminando com a saída da então ministra Marina Silva e com a entrada do também ex-ministro Carlos Minc. Tal processo acarretou uma ruptura na gestão das políticas e programas do DEA, algo que será discutido e analisado mais a frente neste Relatório. No MEC tal descontinuidade não ocorreu neste período.

Iniciando esta análise pela CGEA, nota-se no gráfico que sua avaliação é equilibrada entre “ajuda bastante”, “ajuda” e “não ajuda nem atrapalha”. Destas três alternativas, há leve predomínio para a “ajuda”. Talvez a percepção de que ela “não ajuda nem atrapalha” esteja pautada no fato de a CGEA não tem se envolvido de forma efetiva na gestão da política de Coletivos Educadores, desde o seu início.

Já quanto ao DEA nota-se que as mudanças ocorridas na gestão do MMA em 2008 configuraram num aspecto que dificultou tanto a resposta à questão (por parte dos Coletivos) quanto sua interpretação e análise. Diversos questionários fizeram diferenciações neste quesito, indicando uma avaliação, em geral mais positiva, para o período 2003-2008 (correspondente à gestão de Marina Silva e de Marcos Sorrentino) e mais neutra ou negativa, em geral, para o período seguinte (2008-atual). Portanto, os dados revelados no gráfico 42 sobre este ator (DEA) precisam ser relativizados. Nele se observa um considerável predomínio de uma avaliação de que o DEA “ajuda”.

Tabela 13 - Principais dificuldades e desafios atuais dos Coletivos Educadores

Dificuldades	Número de Coletivos
Falta de recursos financeiros	40
Pouco apoio concedido pelo DEA/MMA ao funcionamento do Coletivo	36
Descontinuidades políticas governamentais	25
Pouca integração entre as políticas públicas socioambientais	22
Integrantes sobrecarregados com outras atividades profissionais	21
Dificuldade de mobilizar pessoas e entidades para colaborar com o Coletivo	18

Questões políticas locais	14
Ausência de um planejamento para guiar atuação do Coletivo	12
Carência de estrutura (salas, espaço físico e equipamentos)	9
Falta de capacitação do PAP 2	6
Reuniões muito esparsas	5
Desorganização interna	5
Dificuldades de compreensão conceitual da sua proposta	5
Outras	2

Seis desafios principais são destacados na tabela 13 (em negrito): falta de recursos financeiros; pouco apoio do DEA; descontinuidade das políticas governamentais; pouca integração entre políticas socioambientais; integrantes sobrecarregados com atividades profissionais; e dificuldade de mobilizar pessoas e entidades para o Coletivo. Destas, visualizam-se 3 dimensões de desafios prioritários para os Coletivos Educadores.

A primeira e mais óbvia é o desafio material, registrado pela carência de recursos financeiros para dar suporte à constituição e atuação do Coletivo Educador. Ainda que a proposta não tenha sido concebida e divulgada vinculada à existência de recursos financeiros do MMA, tal expectativa é natural perante os atores mobilizados para participar da mesma. A chamada pública feita via FNMA, ainda que também não previsse recursos financeiros, contribuiu para reforçar esta idéia e, posteriormente o edital do FNMA acabou corroborando-a.

A segunda dimensão remete à ruptura ocorrida no DEA, registrada em duas dificuldades identificadas pelos Coletivos: falta de apoio do DEA e descontinuidade das políticas. Uma interpretação possível destas respostas remete-nos a uma espécie de desabafo dos Coletivos frente à mudança na gestão do programa dos Coletivos Educadores a partir da mudança de ministros do MMA em 2008 (e conseqüentemente de muitos de seus dirigentes). O termo “descontinuidade das políticas” posto como alternativa no questionário também pode revelar outros “entes” governamentais, especialmente os de âmbito local, com os quais muitos Coletivos se relacionaram e vêm se relacionando na sua atuação e funcionamento.

A terceira dimensão aponta para uma realidade no campo da EA: poucos profissionais (em termos quantitativos) e muito trabalho. Na prática, têm-se pessoas sobrecarregadas com outros compromissos profissionais para além do Coletivo e dificuldade de mobilizar mais pessoas e entidades para envolverem-se com a proposta. Alguns poderiam argumentar que, havendo recursos financeiros disponíveis (para remunerar pessoas), esta dificuldade poderia ser minimizada. Por outro lado, este

caminho não parece estar em plena consonância com a concepção da proposta dos Coletivos Educadores.

4.3 Questões “de fundo”

Nesta seção serão abordadas questões mais analíticas sobre a concepção da proposta dos Coletivos Educadores, bem como sua gestão e implementação num dado território. Para tanto, foram realizadas entrevistas com educadores ambientais¹⁶ envolvidos, tanto na concepção desta proposta, quanto na sua implementação em diversas regiões do país. Simultaneamente, foram analisados alguns documentos produzidos por Coletivos Educadores (sobretudo alguns PPPs e relatórios de atividades, enviados para o FNMA e para o DEA), bem como uma breve revisão de literatura sobre a temática.

Vale ressaltar que o foco deste diagnóstico (e seu cronograma de realização) foram os critérios adotados para filtrar esta análise de literatura. Em outras palavras, utilizou-se como referência apenas os trabalhos já concluídos e que se propunham a analisar/avaliar/diagnosticar a implantação/funcionamento/atuação de um dado Coletivo Educador num dado território/região. Trabalhos que focavam em discussões e reflexões mais conceituais e epistemológicas desencadeadas a partir da atuação de um Coletivo Educador não foram considerados neste diagnóstico. Além disso, diversos trabalhos foram mapeados no decorrer deste diagnóstico, mas infelizmente não estavam concluídos ou finalizados na mesma época de elaboração do Relatório¹⁷.

A proposta desta seção é, além de oferecer visões e reflexões mais analíticas e qualitativas sobre a proposta e sobre os Coletivos Educadores, confrontar alguns dados levantados na seção anterior deste diagnóstico, a qual se concentrou em aspectos mais quantitativos dos Coletivos.

Nesta seção, portanto, nos interessa ressaltar dimensões subjetivas - percepções, olhares, o brilho nos olhos e o “suor da camisa” de quem construiu e vem construindo a proposta, desabaços, impressões e considerações gerais e específicas sobre o tema. Ao mesmo tempo, vale salientar que tais visões representam aquelas que foram identificadas neste diagnóstico e, portanto, não refletem necessariamente as opiniões deste consultor e do DEA/MMA.

Tais elementos vão oferecer um panorama mais denso de análise e contrapor dados e tendências identificados pela sistematização dos questionários. É fundamental que tais elementos sejam sempre historicamente contextualizados - são reflexo de um curso da história e foram materializados num

¹⁶ A lista das pessoas entrevistadas encontra-se disponível na seção 2. deste Relatório.

¹⁷ Merecem ser citados alguns estudos (graduação e pós) da UNICAMP, UFSCar, ESALQ/USP, UFMT além de dois artigos a serem apresentados e debatidos na ANPAS, no início de outubro do corrente. Estes dois artigos discorrerão sobre visões divergentes sobre a proposta dos Coletivos Educadores e, sem dúvida, poderiam contribuir de forma central na construção deste diagnóstico. Entretanto, os cronogramas de trabalho não puderam ser sincronizados.

dados tempo (meados de 2010, na reta final de uma gestão governamental). Além disso, muitos destes aspectos analíticos sobre a proposta dos Coletivos Educadores precisam igualmente ser contextualizados na própria trajetória desta política. Dizendo em outras palavras, a política é nova e inovadora, gerou resultados, mas sofreu certa descontinuidade a partir de rupturas ocorridas na gestão do MMA e particularmente do DEA, em 2008. Tal fato não só não deve ser ocultado como se apresenta como um elemento central na discussão deste diagnóstico. Portanto, o principal desafio colocado é: como calibrar a abordagem deste assunto sem discuti-lo nem de forma ingênua, nem de forma politizada demais? O termo “politizada demais” remete ao que comumente se fala como “marcar posição”.

Este Relatório tem caráter técnico e organiza um diagnóstico sobre dois programas do DEA - Salas Verdes e Coletivos Educadores. Especificamente sobre o segundo, a tessitura deste diagnóstico não pode ignorar elementos político-institucionais que interferiram na gestão e na implementação dos Coletivos Educadores.

Reflexões sobre os diferentes pontos de vista sobre a proposta dos Coletivos Educadores

A proposta dos Coletivos Educadores nunca foi uma unanimidade, nem internamente no MMA, nem no campo da Educação Ambiental, nem na academia. Dúvidas, incertezas e críticas recaíram (e ainda recaem) sobre ela vindas de alguns atores da EA e concentram-se, sobretudo, em duas dimensões. A primeira, de caráter conceitual, remete a uma discussão sobre os pressupostos conceituais e ideológicos que balizaram a concepção de tal proposta. Diz respeito ao campo dos valores, das correntes teóricas e das visões de mundo e de sociedade que permearam o desenho da proposta. Já o segundo campo de críticas se concentra em questões metodológicas, operacionais e institucionais, apontando para fragilidades enfrentadas pelo Programa a partir da sua concepção, mas, especialmente, no decorrer do seu processo de implementação. Permeia estas duas dimensões a questão do monitoramento e avaliação.

Evidentemente que tais críticas sinalizam disputas e conflitos existentes no campo da EA, que se evidenciaram (ainda que de maneira velada) recentemente, com mais nitidez, no processo de mudança de gestão do MMA e, conseqüentemente, do DEA, deflagrada a partir de maio de 2008. Este tema será abordado mais adiante nesta seção. Portanto, fazer uma leitura de tais críticas a partir desta percepção é um ponto relevante na visão panorâmica que este Relatório se propõe a tecer sobre os Coletivos Educadores.

Quanto à primeira dimensão de críticas - teórico-conceituais e ideológicas - visualizam-se as ponderações e análises abaixo. Trechos entre parêntesis recuperam passagens de entrevistas realizadas e ajudam-nos a configurar tais visões e percepções.

*“O refinamento conceitual originalmente tinha como pressuposto abordar pedagogicamente os conflitos ambientais locais, mas nenhum dos Coletivos na época existentes compreendeu o fundamento da proposta e pouco se fez para reverter a situação. Creio que a principal fragilidade seja a **representação sobre a questão ambiental que permeia a EA**, que se aproxima do conceito de Modernização Ecológica: a natureza não passaria de uma coleção de bens ambientais destituída de componentes humanos, tornando invisível o conflito socioambiental, deixando transparente apenas o problema ambiental”.* (Grifo nosso)

Observam-se neste trecho duas questões conceituais, destacadas em negrito. A primeira remete à questão das diferentes representações sobre “meio ambiente” tão presentes no campo da EA. Decorrem daí as diferentes concepções de EA, cada qual com sua perspectiva de compreensão da questão ambiental. Além disso, tal diversidade de visões traz consigo eventuais “disputas” ideológicas que convivem internamente no campo da EA. A segunda questão presente no trecho acima sinaliza para a perspectiva de EA (e de “meio ambiente”) com a qual o entrevistado comunga. Seguindo na identificação e análise das críticas conceituais que recaíram sobre a proposta de Coletivos Educadores visualizam-se diversos elementos no trecho seguinte:

*“- dependência de recursos de Estado para sua disseminação;
- processo pautado em uma lógica de diálogo entre agentes sociais que culmina em projetos e consensos, que não politiza o espaço público e nem fortalece o controle social do Estado e das políticas públicas;
- processo de fortalecimento da sociedade civil (por vezes confundida ou vista como sinônimo de terceiro setor), sem considerar os conflitos inerentes a esta e as disputas por hegemonia e o papel do Estado, bem como o contexto de privatização do que é público e a terceirização do serviço público. O efeito desse formato no país, para além da EA, tem sido o esvaziamento das instituições públicas, a potencialização da ideologia das parcerias e projetos, a legitimação dos interesses privados nas políticas públicas e a consolidação do mercado como caminho para a superação da crise ambiental (societária). Algo que é inaceitável sob a perspectiva crítica e emancipatória tão defendida na EA.”*

Vê-se que há elementos que complementam o trecho anterior, trazendo novas dimensões de críticas conceituais sobre a proposta dos Coletivos Educadores. Agregando argumentos que procuram trazer outro ponto de vista sobre tais questões, pudemos identificar, segundo alguns entrevistados, que tais compreensões conceituais (explicitadas acima) ilustram eventuais interpretações equivocadas quanto ao teor do conceito dos Coletivos Educadores. Segundo alguns entrevistados, tinha-se a clareza de que esta proposta partia do pressuposto de uma EA crítica, compreendendo-a como uma forma crítica de construção do conhecimento e, necessariamente, pautada no diálogo. Ela, portanto, exigia um diálogo na diversidade, caminhando numa direção crítica, portanto, algo que contrapõe o que o trecho anterior indica.

Sem entrar numa discussão teórica sobre as bases conceituais e epistemológicas que sustentam tais posições, o esforço deste Relatório se concentra na composição destes cenários e destas visões.

O trecho anterior ainda aponta para a questão da “dependência de recursos estatais”, algo que, como visto nos dados expostos neste Relatório, se apresenta como sendo um desafio relevante a ser enfrentado na política de Coletivos Educadores. Recuperando alguns dados identificados no Diagnóstico (seção anterior) vê-se que:

- 74% dos Coletivos analisados afirmam não possuir recursos próprios para seu custeio e atuação
- Dos 26% que afirmam possuir recursos próprios, a principal fonte é o financiamento público
- Os Coletivos avaliam negativamente a atuação do FNMA no investimento da EA no país e apresentam como principal desafio atual a falta de recursos financeiros.

Como se observa, a questão do financiamento dos Coletivos e a dependência destes com recursos públicos são aspectos relevantes e que merecem ser analisados de forma mais aprofundada.

Com relação à dimensão avaliativa, o trecho abaixo nos ajuda a melhor compreender as críticas que ressaltam tais lacunas.

*“...era e é indispensável uma **avaliação concreta** do que existiu e do que existe, do quanto foi investido, quais resultados e impactos obtidos, quais setores sociais se envolveram, quais coletivos ainda funcionam de fato, quais foram paralisados, quais nunca saíram de ser um espaço formal e as explicações para tais casos. É preciso também a **organização e sistematização de tais informações para acesso público e apropriação por pesquisadores que analisam políticas em EA para que a análise e os debates possam ocorrer com autonomia**”.*
(Grifo nosso)

Das questões enunciadas no trecho acima, observam-se duas dimensões interligadas - a de avaliação e a de sistematização/disponibilização das informações e dados gerados.

Ainda no campo conceitual, identificou-se também uma crítica relativa à intenção do programa atingir a totalidade populacional do país (e de cada base territorial abrangida pelo programa). Decorre daí a estratégia metodológica de atuação dos Coletivos, a partir da constituição de PAPs. O trecho abaixo, de uma entrevista, ajuda-nos a visualizar tal crítica:

“Falar em formar 180 milhões de educadores ambientais não nos parece ser o caminho adequado...O lance de “multiplicadores” (no fundo os PAPs são isso) não funciona muito. Todo o contato direto com as pessoas é mais fecundo e importante. Uma ação mais direta é mais importante, por isso que não dá pra formar tanta gente assim.....”

É importante relacionar esta crítica (da totalidade de pessoas formadas e formando-se ambientalmente) com críticas conceituais anteriormente citadas (que remetem à impossibilidade de articular todas as pessoas e organizações de um dado território desconsiderando os conflitos existentes (e as relações entre “oprimidos” e “opressores”). Tal meta (de atingir a totalidade de pessoas) também desencadeava críticas relativas à operacionalização do programa (limitação de recursos, de equipe etc).

Como se vê, há um complexo emaranhado de conceitos que permeiam uma discussão “de fundo” sobre a conceituação da proposta de Coletivos Educadores. Nosso esforço neste Relatório não é o de aprofundar tal diálogo, mas o de tentar registrá-los e disponibilizá-los a fim de que os(as) leitores(as) e as diferentes organizações que atuam no campo da EA possam problematizar e aprofundar tais dimensões.

O trecho a seguir, coletado em uma entrevista, ajuda-nos a perceber um importante elo de ligação entre os desafios conceituais e os metodológicos enfrentados pelo Programa.

“É uma proposta complexa, conceitualmente. Conseqüentemente sua implementação também é complexa. Os atores precisam compreender e cadenciar diferentes leituras do ambiente e da EA, num dado território. Conceitualmente isso precisa ser integrado. Na prática, esta tradução é algo que traz fragilidades em si. Estas fragilidades não tinham como ser previstas na concepção da proposta. Elas emergiram no processo”.

Veremos adiante a segunda dimensão de críticas relativas a questões metodológicas, organizacionais e institucionais, conectadas no processo de gestão do Programa de Coletivos Educadores. De uma forma geral, elas podem ser subdivididas em três componentes: i) críticas à gestão do DEA, ii) críticas institucionais e iii) críticas aos próprios Coletivos Educadores.

i) Críticas à gestão do DEA, na época:

- Excesso de ações e projetos pulverizava esforços, recursos financeiros e equipe. Isso contribuiu para deixar o programa de Coletivos Educadores na época da mudança de direção no DEA (2008) fragilizado, pois apresentava poucos técnicos na sua coordenação e condução.
- Poucos esforços avaliativos e na formulação de matrizes com indicadores e estratégias de monitoramento e avaliação do Projeto, já enunciados anteriormente.
- A lacuna deixada pela falta de enraizadores nas UFs e em alguns municípios aonde a proposta dos Coletivos vinha ganhando espaço também pesou negativamente no seu

desenvolvimento. O Programa de Enraizamento da EA no país é citado como peça chave e estratégica no fortalecimento e expansão dos Coletivos Educadores no Brasil.

- No processo de concepção e início de implantação da proposta dos Coletivos Educadores sentiu-se uma atuação mais presente e ativa do DEA junto aos governos estaduais. Esta tese foi defendida numa entrevista e está alicerçada no fato de que muitos governos estaduais dispõem de recursos financeiros e materiais (em menor ou maior grau) que poderiam ser destinados aos Coletivos.
- A comunicação entre o DEA e os Coletivos Educadores é apontada como um aspecto que precisa ser aprimorado. Ele passa pela presença dos enraizadores nas UFs (já citado acima), mas pressupõe a existência de instrumentos e canais sistemáticos de interlocução entre tais atores, envolvendo desde elementos quantitativos a questões analíticas e “de fundo”.
- Finalmente, a necessidade de implantação plena do Sistema de Acompanhamento de Coletivos Educadores - SACE¹⁸ - se apresenta como uma alternativa à carência de uma estratégia de monitoramento e avaliação dos Coletivos.

ii) Críticas institucionais:

- O programa não era visto, internamente no DEA e no MMA e externamente junto ao campo da EA, como uma ação prioritária e unânime. Isso gerava divergências e até mesmo “boicotes” internos.
- O fato de o programa não ser uma proposta de governo (como um todo); não ser uma política de Estado. Decorre daí a não institucionalização da proposta e a sua baixa capilarização no MMA e no Governo Federal como um todo. Um exemplo disso é a sua baixa articulação com programas do Governo Federal que também atuavam em bases territoriais (pontos de cultura, mobilização social para o saneamento, agentes comunitários de saúde etc). Além disso, destaca-se que a proposta nunca foi integralmente compreendida e assumida plenamente no âmbito do MMA, seja na gestão da Marina Silva seja na gestão de Carlos Minc. Evidentemente que havia distância muito grande entre tais compreensões e, sobretudo, entre as importâncias políticas concedidas à proposta nas diferentes gestões do MMA.
- O fato de os Coletivos Educadores não estarem institucionalizados (para dentro do MMA e para fora) gerou entraves aos mesmos “na ponta”. Alguns governos estaduais e municipais utilizavam este argumento como barreira à implementação da proposta. Além disso,

¹⁸ Formatado e disponibilizado pouco antes das mudanças ocorridas no DEA, em 2008, não chegou a ser plenamente utilizado pelos Coletivos Educadores. Seu acesso ainda encontra-se público, a partir do link: <http://sistemas.mma.gov.br/coletivos/>

decorre desta não institucionalização, o seu não reconhecimento como instância integrante do SISNEA (Sistema Nacional de Educação Ambiental).

iii) Críticas aos Coletivos Educadores:

- Resistências institucionais locais (em alguns órgãos públicos locais, universidades etc) de atuação coletiva e compartilhada.
- Dificuldade por parte das instituições locais de captar os princípios da proposta e embarcar na mesma. Decorre daí certa dificuldade de pessoas participantes de Coletivos de também compreenderem sua essência. Há uma observação relacionada a esta que remete a um predomínio acadêmico na concepção da proposta, contribuindo para dificultar tais entendimentos em alguns de seus participantes. Em contrapartida a tal situação, foi também destacada a acertada abordagem e linguagem dos livros “Encontros e Caminhos¹⁹”, sendo classificado como de fácil compreensão.
- Necessidade de aprimorar o refinamento do processo pedagógico deflagrado pelos Coletivos, tanto a partir de um maior subsídio por parte do DEA, quanto a partir de um maior aprofundamento de alguns Coletivos no processo de elaboração/revisão de seus PPPs.
- Dúvidas quanto ao fato de o Coletivo Educador contribuir para legitimar “figurões” locais da EA, oferecendo-lhes palanques e oportunidade de “coordenarem” os grupos. O desafio aí identificado é: como dialogar com tais pessoas sem reforçar o poder que já dispõem frente às pessoas e instituições que passam a compor o Coletivo?
- Percepção sobre a importância de se aprimorar a qualidade de comunicação e de participação nos Coletivos. Problemas “clássicos” decorrentes de outros espaços e instâncias participativas também são visualizados nos Coletivos. Como lidar com problemas de representatividade, capacidade e efetividade deliberativa, dentre outros, à luz dos princípios da proposta dos Coletivos?
- Excesso de parceiros no raio de relações do Coletivo dificulta a real percepção destas parcerias: são parceiros reais ou meras intenções de colaboração? Como lidar com uma lista de centenas de entidades potencialmente parceiras do Coletivo?
- Carência de sistemática de acompanhamento e avaliação da atuação dos Coletivos Educadores: quem são as X mil pessoas envolvidas na ação do Coletivo? Que impactos efetivos foram provocados?
- Finalmente uma ponderação de “fundo” sobre a concepção da proposta: o desafio de formar a totalidade de pessoas *versus* a adoção de metodologia de “multiplicação” (dos PAPs). É efetivamente possível formar a totalidade de pessoas num dado território? Esta

¹⁹ Na seção 6 deste Relatório “Referências Bibliográficas” é possível encontrar os dados completos destas publicações.

ponderação é válida tanto em termos quantitativos e de capacidade de alcance, quanto em termos conceituais. E aquelas pessoas que discordam da proposta do Coletivo e da própria EA ali exercida?

Este conjunto de “críticas” elencadas a partir das entrevistas e da análise de literatura deve ser encarado como uma espécie de painel interativo de opiniões. Não devem, portanto, ser tomadas como uma visão final, consensual e extensível à totalidade dos educadores ambientais envolvidos com a proposta. Em alguns locais, algumas destas “críticas” estão mais presentes; em outros há outras ênfases, e assim por diante. Ao mesmo tempo, não se buscou (e esta seção não tem este caráter) hierarquizar tais opiniões. A elas não foram (e não devem ser) atribuídos pesos ou qualquer tipo de escala de valores ou pesos. Não há uma ponderação mais “forte” do que outra, de forma que todas são válidas neste painel. Da mesma forma, não se deve considerar que tais opiniões refletem a visão institucional atual do DEA/MMA face a este Projeto, nem deste consultor.

Olhares sobre a descontinuidade na gestão do DEA

“A política dos Coletivos Educadores durou de 2005 a 2008 (sendo que neste ano já havia rumores face à saída da Marina Silva do MMA). Ou seja, este período foi curto para gerar os impactos que o programa pressupõe. Pouco tempo para gerar autonomia.”

Inevitável este diagnóstico não comentar sobre o que alguns preferem nomear como “descontinuidade” e outros como “mudanças de gestão”. O fato é que, este processo acarretou mudanças no andamento do programa de Coletivos Educadores, como veremos a seguir.

Antes de discorrer sobre estes olhares, é importante reconstruir algumas cenas que ajudam a ilustrar, ao menos em parte, esta mudança de gestão:

- Abril de 2003: Marcos Sorrentino assume a Diretoria de Educação Ambiental por convite da então ministra Marina Silva. Neste período que o programa de Coletivos Educadores foi concebido e implementado pelo país.
- 14 de maio de 2008: A então ministra do meio ambiente Marina Silva anuncia publicamente sua decisão de deixar o comando da pasta. Este anúncio, ainda que fosse algo já esperado, causa um estardalhaço entre ambientalistas e abre, nos bastidores, uma ferrenha disputa sobre sua sucessão.
- 28 de maio de 2008: posse do então (novo) ministro do meio ambiente, Carlos Minc. Nesta ocasião um grupo de educadores ambientais residentes em Brasília (entre os quais me incluo)

conseguiu entregar pessoalmente cópia de uma carta intitulada “Pela continuidade das ações estruturantes e estruturadoras da educação ambiental no Brasil” (na íntegra no Anexo deste Relatório). A carta não representava um consenso entre educadores ambientais, mas de certa forma reunia opiniões e visões que permeavam o meio naquele momento.

- Julho de 2008: assumem o comando do DEA as então diretoras Lúcia Anello e Mônica Serrão (substituta).
- Novembro de 2008: diversos coletivos educadores organizam uma petição²⁰ (on-line) pressionando a então diretora do DEA para a continuidade do programa de Coletivos.
- Julho de 2009: às vésperas de realização do VI Fórum Brasileiro de EA, as então diretoras anunciam sua saída do comando do DEA. Um novo diretor (atual), Claudison Rodrigues, é anunciado.

Este rápido conjunto de cenas ajuda a visualizar como as coisas ocorreram de forma rápida e abrupta no comando do DEA. Eles constituem um pano de fundo para a visualização das reflexões, impressões e considerações analíticas que seguem, sobre esta descontinuidade.

Sobre este aspecto (“descontinuidade” ou “mudança de gestão”) as entrevistas permitiram identificar dois campos de opiniões. Exporemos os dois aqui.

Trechos a seguir ajudam a ilustrar opiniões de um destes campos.

“Descontinuidades são reflexos da cultura política brasileira, mas no caso específico da transição política do DEA, a conjuntura de embates ideológicos daquele momento potencializou uma situação de ruptura mais aguda do que o normal”.

“A mudança na gestão em 2008, deixando de priorizar tais espaços (sem entrar no mérito disso ser adequado ou não), na prática propiciou um movimento contraditório: a oportunidade finalmente de se fazer avaliação de política pública (o que não acontecia com o rigor necessário) e o esvaziamento de uma forma de organização coletiva que, em grande parte, foi dependente de apoio financeiro, técnico ou institucional do MMA”

Algumas questões são enunciadas nestas duas passagens. Há certa visualização de que o processo de mudança na gestão do DEA ocorrida em 2008, ainda que tais mudanças façam parte da política brasileira, se deu de forma mais aguda do que o habitual. Por outro lado, há entendimentos de que tal mudança propiciou a emergência do contraditório, ou seja, abriu espaço para visões que não concordavam plenamente com o programa de Coletivos Educadores. Sob esta ótica, a

²⁰ Acessível em: <http://www.pnetpeticoes.pt/coletivoseducadores/>

descontinuidade representou nada mais do que uma mudança de prioridades no andamento de políticas que vinham sendo implementadas pelo DEA naquela ocasião.

Já o segundo campo de opiniões sobre este fenômeno classificou tais mudanças como “lamentável”, “desastrosa”, “desestruturante” e “muito grave”, demonstrando insatisfação com elas. Pode-se ver tal consideração em:

É o que demonstra a recente (desde junho de 2008) desmobilização da política de Coletivos Educadores, com efeitos nefastos para milhares de militantes e instituições comprometidos com a EA e que estavam trabalhando por (e com) esta política. (FERRARO JÚNIOR & SORRENTINO, 2010)

Olhando para possíveis fatores que motivaram tais mudanças, os diálogos levantaram ao menos três dimensões relevantes. A primeira remete aos sentidos e significados conceituais e metodológicos da proposta dos Coletivos Educadores por parte da direção do DEA no período compreendido entre julho de 2008 e julho de 2009. Há duas visões nesta questão, uma remetendo à existência de discordâncias conceituais e metodológicas quanto à proposta e outra que atribui à direção do DEA neste período dúvidas quanto ao real significado da proposta. “Será que de fato havia real compreensão da concepção da proposta? Será que de fato havia interesse em compreendê-la?”

A segunda dimensão diz respeito a dois fatores: a. pela necessidade de se desfazer da “marca” “Coletivos Educadores” já constituída perante os educadores ambientais e entidades articuladas e envolvidas; b. por discordâncias conceituais e metodológicas. Este segundo fator aponta para uma disputa no campo da EA que se acirrou, sobretudo, após a saída de Marina Silva do MMA. Sem entrar no mérito desta ou daquela corrente, deste ou daquele grupo, o importante aqui é registrar o que se conseguiu identificar no levantamento de informações ao longo deste diagnóstico. Uma possível explicação para este conflito pode ser encontrada em discordâncias existentes sobre as diferentes teses, teorias e correntes de pensamento que sustentavam esta proposta, como já visto anteriormente.

Finalmente a terceira dimensão, relatada como sendo parte do discurso interno oficial (adotado na época da posse da gestão do DEA logo após a saída da Marina do MMA), partia do princípio de que a então equipe do DEA não dispunha nem de recursos humanos e financeiros, nem de informações, dados, relatórios e diagnósticos sólidos sobre o panorama atual dos Coletivos Educadores. Isso deu espaço para a adoção de uma linha discursiva (internamente) mais rígida voltada à visualização de resultados e impactos concretos dos Coletivos Educadores, respaldada pela carência de esforços avaliativos do Programa. Evidentemente que tal abordagem é arriscada e traz consigo um conflito de “mundos” muito presente nesta trajetória mais atual (desde 2003) da EA na administração pública.

De um lado, técnicos do Ministério do Planejamento (e simpatizantes desta abordagem) demandando dados e informações “redondas” e quantitativas quanto à abrangência e impactos desta ação (em termos de PPA) e, de outro, educadores ambientais (no papel de gestores públicos) tendo que lidar com um histórico de pouco acúmulo de monitoramento e avaliação (da EA) e, portanto, com limitada habilidade para responder a tais demandas.

Sobre os impactos e desdobramentos da descontinuidade, pode-se considerá-los em dois níveis: de curto e de médio/longo prazos. Os impactos de curto prazo, já sentidos pelos Coletivos Educadores, remetem à mudança no ritmo e frequência da atuação do DEA junto aos coletivos, à mudança de discurso e à falta de apoio (sobretudo da presença institucional do DEA entre os atores institucionais da EA). Além disso, viu-se que o conceito da proposta perdeu espaço e que as pessoas passaram a desacreditar na mesma e no DEA e, ao mesmo tempo, esperar uma nova proposta ou um novo rumo a tal política. No médio-longo prazo não se tem ainda condições de identificar e mensurar tais impactos. Vale ressaltar que há em curso diversos estudos e pesquisas acadêmicas que abordarão esta dimensão, dentre outras.

Virtudes da proposta: “gente é pra brilhar!”²¹

Partindo para a visualização das principais virtudes e do legado deixado pela proposta, pode-se perceber que há importantes aspectos positivos citados.

O aspecto mais convergente nas entrevistas realizadas sinaliza para os esforços de organização e aprendizagem coletivos que a proposta reforçou.

Outras virtudes foram identificadas em algumas entrevistas, qualificando a proposta como sendo “revolucionária”, “inovadora” e “empolgante”. Em termos de uma análise comparativa da política nacional (de 2003 a 2010) é indiscutível o marco que a proposta trouxe. Ela não vem sozinha, vem inserida no âmbito do ProFEA, dos diversos projetos e programas do DEA (Sala Verde, publicações, enraizamento etc) - várias destas iniciativas somadas com os Coletivos Educadores contribuem para a implantação da PNEA e do ProNEA.

Alguns elementos qualificam tais entendimentos:

- O fato de a proposta não estar pronta pressupõe envolvimento ativo dos atores participantes: “sensação de sentir-se autor do processo de ensino-aprendizagem”.
- A promoção de sinergia entre diferentes instituições que atuam num dado território. O chamado “diálogo institucional” reforça a tese de que a cooperação é possível e deve ser preferida em detrimento da competição (por projetos e recursos, por exemplo)

²¹

Parafraseando trecho de uma canção de Caetano Veloso que ilustra um dos pontos altos da proposta.

- Na ótica das pessoas “formadas” nos processos de ensino-aprendizado dos Coletivos, destaca-se a melhora da percepção individual (“pessoa melhora como pessoa e passa a enxergar que não está sozinha no mundo”), a incorporação de novas identidades e discursos, reflexo de aprendizados “inestimáveis”.
- O reconhecimento e acolhimento da diversidade de EA presente num dado território, revelando que não há uma EA “melhor” do que outra, mas sim que é possível estabelecer uma convivência (crítica) entre estas diferentes visões e práticas de EA em direção a processos formativos emancipatórios.
- A elaboração articulada de esforços num dado território visando atingir a sua totalidade e a sua diversidade.
- A canalização de esforços de EA numa direção negociada e pactuada coletivamente. Ou seja, não há metas definidas a priori e sim pelos próprios atores-autores do processo.

Quanto a alguns possíveis legados deixados pela proposta dos Coletivos Educadores, dois aspectos são destacados:

- Um modo de fazer política pública de EA a partir da materialização de diálogos inter-institucionais em bases territoriais
- A possibilidade de se apostar em formas independentes organizativas da sociedade, nas quais o Estado passa a assumir um papel secundário (um ator dentre outros) perante os demais.

Finalmente deve-se destacar que, embora não sendo uma unanimidade nem um consenso no campo da EA, a riqueza da proposta dos Coletivos Educadores é algo que sobressalta na elaboração deste diagnóstico. Em muitos locais ela foi (e vem sendo) implementada e gerando interessantes avanços e conquistas. Nas três fontes de levantamento de dados que subsidiaram este diagnóstico foi possível identificar estas impressões, seja de forma mais explícita seja de maneira mais contida. O fato é que a proposta de Coletivos Educadores fez emergirem, pelo menos em parte do campo da EA (mais diretamente envolvido com ela), sentimentos de profundo respeito e motivação com esta nova forma de constituir política pública em EA. Aqui vale destacar que o campo da EA como política pública é algo bastante recente e, portanto, com pouco acúmulo²² e que conta com poucos profissionais preparados e habilitados para o seu “trato”.

Este encantamento é possivelmente um dos grandes atributos do sucesso que a proposta alcançou, tanto em termos de alcance, adesão e visibilidade, quanto em termos de fortalecimento de visões mais progressistas de EA. Ainda que em muitos locais tais visões e princípios já vinha sendo

²² Merece destaque artigo intitulado “Educação Ambiental como política pública”, publicado em 2005 na Revista Educação e Pesquisa, que ajuda-nos a melhor compreender este assunto.

trabalhados e praticados há um bom tempo, a chegada da proposta dos Coletivos Educadores, segundo opinião de alguns entrevistados, colaborou para constituir um “movimento” de caráter nacional, ampliando suas bases de atuação e de articulação.

A complexidade, não trivialidade e ousadia sobre as quais a proposta foi alicerçada conspiraram para dificultar uma plena adesão e envolvimento das pessoas e instituições mobilizadas para participar. Além disso, como já foi pontuado neste Relatório, esta sofisticação foi vista em muitos momentos, equivocadamente, como sinônimo de “elitização” e, conseqüentemente, sendo usada como recusa à sua adesão. Em outros momentos ela criou e elevou barreiras junto a segmentos mais “de base” (e menos afeitos às fileiras da academia) no envolvimento com a proposta. Entretanto, tais questões foram satisfatoriamente enfrentadas por Coletivos Educadores com lideranças plenamente comprometidas e que acreditavam na proposta. Aquelas que embarcaram na “onda” dos Coletivos como mera intenção de captar recursos públicos federais enfrentaram possivelmente problemas ainda maiores na gestão, tanto do Coletivo quanto destes recursos. Tais dilemas, presentes no campo da EA, tornaram a proposta dos Coletivos ainda mais suscetível a críticas e a opiniões negativas, uma vez que o MMA vinha fomentando-a sem, no entanto, destinar recursos (leia-se financeiros) para a sua plena viabilização.

Como se vê, havia (e há) uma complexidade na concepção, gestão e implementação desta proposta, impossível de ser plenamente captada e refletida num diagnóstico como este. Tal complexidade traz consigo contradições e guarda em si diversidade de visões e campos teóricos que alimentam o campo da EA. Este Relatório deve ser encarado desta forma: como sendo um instrumento que oferece uma visão parcial do assunto, configura uma parte desta “fotografia” e tece algumas considerações sobre o tema, dentre tantas outras possíveis e até mesmo impossíveis de serem traduzidas em termos racionais. Ele não pretende, portanto, esgotar ou concluir esta discussão, nem muito menos se apresentar como uma síntese consensual sobre este tema.

Ainda que parem sobre ele tais limitações e contingências das realidades objetivas e subjetivas, ele traz consigo o mérito de constituir-se num registro analítico sobre o tema e que se pretende servir de subsídio para a gestão atual e futura do DEA/MMA. Evidentemente que este Relatório não conseguirá cumprir este papel de forma isolada; para tanto, a sua divulgação junto aos atores diretamente envolvidos nos programas e política do DEA é fundamental para qualificá-los para esta “luta(...)” conjunta e continuada. Seja qual for o governo, o desafio de manutenção e aprimoramento das políticas públicas socioambientais, em especial as de EA, é premente, urgente e prioritário. Admitir retrocessos quanto ao fato de a EA ser uma política de Estado, talvez seja um dos poucos consensos entre as diferentes correntes que constituem este campo num país diverso como o Brasil.

5. Considerações Finais

A análise dos diagnósticos aqui sistematizados nos permite tecer algumas considerações importantes, que servirão de ponto de partida para a construção e a discussão do Produto 2 previsto nesta consultoria, qual seja, uma estratégia de fortalecimento das políticas de Salas Verdes e Coletivos Educadores:

- ✓ Retomada do Programa de Enraizamento da Educação Ambiental no Brasil, com seus devidos ajustes e adequações: considerado tanto como um programa quanto como uma metodologia de apresentação/implementação dos programas e projetos do Órgão Gestor da PNEA, o “Enraizamento” se revelou ao longo destes diagnósticos um grande legado da atual gestão do Órgão Gestor (2003-2010), pois encurtou distâncias entre o governo federal, os governos estaduais e municipais e os diversos movimentos e organizações da sociedade civil. Além disso, fortaleceu a presença e o diálogo institucionais do Ministério do Meio Ambiente (e do MEC) junto aos atores previstos para a constituição de um Sistema Nacional de EA (SISNEA). Novos formatos para o Enraizamento podem ser pensados, lançando mão de abordagens virtuais, como por exemplo, o uso de videoconferências.
- ✓ Definição de critérios objetivos para a implementação de novas Salas Verdes e de novos Coletivos Educadores. O processo de realização destes diagnósticos gerou expectativas nestes atores, especialmente a de retomada da política de Coletivos Educadores, ainda que isto não tenha sido explicitado ao longo das atividades desta consultoria.
- ✓ Gestão interna do DEA: repensar as atribuições internas da equipe e seus focos de trabalho à luz de uma eminente retomada dos programas acima citados - Enraizamento e Coletivos Educadores - e de um novo gás ao Projeto Salas Verdes.

As questões aqui apontadas referem-se tão somente a cenários possíveis de serem seguidos, à luz das análises e interpretações que emergem destes diagnósticos. Devem ser, portanto, consideradas sob a ótica do momento histórico (período final de uma gestão governamental), que traz consigo algumas incertezas.

Finalmente, deve-se salientar que este diagnóstico deve ser permanentemente atualizado e alimentado, de forma a refletir os anseios e a situação atual de Salas Verdes e Coletivos Educadores e, assim, possibilitar que o DEA/MMA possa melhor acompanhá-los e auxiliá-los na sua árdua tarefa cotidiana de implementação local da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental.

6. Referências Bibliográficas

- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Manual orientador: Projeto Sala Verde**. Brasília: 2004
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Volume 1. Brasília: 2005
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Manual orientador: Projeto Político Pedagógico aplicado a Salas Verdes e Centros de Educação Ambiental**. Brasília: 2006
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Volume 2. Brasília: 2007
- FERRARO JÚNIOR, L. & SORRENTINO, M. **APRENDENDO NOS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: uma construção de bifurcações heurísticas**. In: Anais do VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental : Rio de Janeiro, 2010 (no prelo).
- LOBINO, M. G. F. **A gestão democrática como ponto de partida na implementação da formação de eco-educadores para sociedades sustentáveis**. Tese de doutorado. Universidad Autónoma de Assunción, Facultad de Ciencias Humanísticas y de La Comunicación. Assunción, Paraguay, 2010.
- SANTOS, S. A. M . **Políticas públicas de formação de educadores ambientais: análise do processo de constituição do coletivo educador de São Carlos, Araraquara, Jaboticabal e região - CESCAR**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada, São Carlos, 2010.
- SILVA, F. D. da. **Diagnóstico das Salas Verdes no Brasil**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília: 2004.
- SILVA, F. D. da. **Histórico, Classificação e Análise de Centros de Educação Ambiental no Brasil**. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba, 2004 b.
- SORRENTINO, M et. all. **“Educação ambiental como política pública”** In: Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, mai/ago 2005.
- VELTRI, A. L. A. **Caracterização do Programa Coletivo Educador nas Políticas Públicas de Educação Ambiental: avanços e desafios na rede paulista**. Monografia. UNESP, Instituto de Biociências, Botucatu, 2008.
- VERDADE, MARCO A. L. **PROJETO SALA VERDE NA REGIÃO SUL DO BRASIL: SUBSÍDIOS PARA O ESTABELECIMENTO DE UM NOVO PROGRAMA DE GESTÃO DIANTE DAS EVIDÊNCIAS OBSERVADAS PELOS EDUCADORES** - Tese de doutorado. UNIVERSIDAD EVANGÉLICA DEL PARAGUAY, PROGRAMA DE POS-GRADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN, Assunción, 2010.

7. Anexo

Segue versão do Questionário utilizado para levantamento de dados junto aos Coletivos Educadores. O mesmo foi enviado acompanhado de uma Carta de Apresentação, também disponível a seguir.



Ministério do Meio Ambiente-MMA
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental-Saic
Departamento de Educação Ambiental-DEA
Esplanada dos Ministérios, Bloco “B” – 9º andar
70068-900 - Brasília/DF

Brasília, 27 de julho de 2010

Assunto: Diagnóstico dos Coletivos Educadores

Caro(a)s Parceiro(a)s:

O Departamento de Educação Ambiental (DEA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) retoma sua política de formação voltada à criação e articulação de Coletivos Educadores, objetivando resgatar a importância desta pauta para a Política Nacional de Educação Ambiental e potencializar as iniciativas de formação em curso dos Coletivos.

Nosso propósito é retomar esta política a partir de um diagnóstico da atuação dos Coletivos Educadores. Para tanto, contratamos o consultor Fábio Deboni e, junto com ele elaboramos um Questionário, que segue em anexo, visando facilitar e padronizar o levantamento de informações relevantes e necessárias para traçarmos um perfil dos Coletivos Educadores em funcionamento no país visando delinear ações estratégicas para o seu fortalecimento.

O Questionário está estruturado em três blocos, contendo questões abertas, semi-abertas e de múltipla escolha voltadas a: I – Caracterização do Coletivo Educador; II – Atuação do Coletivo Educador e III – Percepção do Coletivo Educador sobre diversos aspectos. Para o sucesso deste diagnóstico, gostaríamos de contar com a colaboração de todos(as) educadores(as) ambientais que participam do(s) Coletivo(s) Educador(es).

O envio e recebimento do Questionário serão feitos unicamente por e-mail visando facilitar esta comunicação. Para tanto, propomos que o Questionário preenchido seja enviado até o dia **15 de agosto** para o e-mail: fabio.deboni@mma.gov.br

Gostaríamos de salientar que todas as **respostas a este questionário serão tratadas com confidencialidade** quando da produção deste diagnóstico. Os questionários serão de acesso e uso exclusivo do DEA/MMA.

Reiteramos que a sua colaboração é fundamental para que possamos compreender melhor a situação atual, os limites e as perspectivas dos Coletivos Educadores.

Estamos à disposição para dúvidas, críticas, contribuições e comentários acerca deste estudo e, desde já, agradecemos sua valiosa colaboração. Informações adicionais sobre esta pesquisa podem ser obtidas no e-mail fabio.deboni@mma.gov.br.

Atenciosamente,

CLAUDISON RODRIGUES DE VASCONCELOS

Diretor do Departamento de Educação Ambiental

Ministério do Meio Ambiente

QUESTIONÁRIO COLETIVOS EDUCADORES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Observação para facilitar o preenchimento:

As perguntas são, em geral, destinadas ao PAP 2 de cada Coletivo Educador.

Questionários preenchidos devem ser enviados até o dia **15 de agosto** para o e-mail: **fabio.deboni@mma.gov.br**

Dúvidas e informações adicionais podem ser obtidas no e-mail acima.

BLOCO I – CARACTERIZAÇÃO DO COLETIVO EDUCADOR

1) Contatos do Coletivo Educador:

Nome do Coletivo Educador:

Instituição proponente:

Município/UF-sede:

Telefones:

E-mails:

Lista de comunicação:

Sites/blogs/twitter:

Nome de um integrante:

2) Municípios/UFs onde o Coletivo atua:

3) Possui sede própria?

Não.

Sim. (Assinale uma das opções abaixo que caracteriza a sede utilizada pelo Coletivo Educador):

a) Local cedido por entidade integrante

b) Local cedido por entidade parceira (não integrante do Coletivo)

c) Local alugado para este fim

d) Casa de integrante(s)

e) Outra: (Qual?)

4) O Coletivo possui instrumentos de comunicação?

Não.

Sim. Quais (assinale abaixo):

Lista de comunicação (e-group)

Blog

Site

Twitter

Orkut

Boletim/jornal

Outros. Quais?

5) Este(s) instrumento(s) de comunicação é(são) utilizado(s) para: (Marque quantas forem necessárias)

a) Divulgar as atividades do Coletivo

b) Promover o coletivo

c) Manter seus integrantes atualizados

d) Fazer contatos com educadores ambientais e parceiros

e) Manifestar publicamente posições do coletivo

f) Mobilizar para ações próprias ou de parceiros

g) Outro: Qual?

6) Quantas entidades/organizações participam atualmente do Coletivo? (Considere como unidade de referência o PAP 2)

a) Apenas uma

b) de 2 a 5

c) de 6 a 10

d) () de 10 a 15

a) () Mais de 16

7) Assinale, dentre as opções abaixo, as entidades/organizações que participam atualmente do Coletivo: (Considere como unidade de referência o PAP 2)

- | | | |
|---------------------------------------|--|--|
| a) () Órgãos governamentais federais | b) () Órgãos governamentais estaduais | c) () Órgãos governamentais municipais |
| d) () ONGs/OSCIPs | e) Universidades | f) () Redes de Educação Ambiental |
| g) () Movimentos sociais/de base | h) () Coletivo Jovem | i) () Organizações sindicais/de classe |
| j) () Empresas | k) () Organizações religiosas (igrejas, pastorais, etc) | l) () Redes temáticas socioambientais (ex: rede de proteção de biomas, rede de mulheres, etc) |
| m) () CIEA | n) () Comitê da Bacias | o) () Organismo internacional |
| l) () Outra (Qual?) | | |

8) Quantas pessoas se dedicam ao funcionamento e gestão do Coletivo? (enviando e-mail e documentos, mobilizando para reuniões, registrando e divulgando suas atividades, etc, ou seja, cumprindo o papel de uma secretária executiva)

- a) () Apenas uma
d) () de 10 a 15

- b) () de 2 a 5
a) () Mais de 16

- c) () de 6 a 10

9) O Coletivo possui recursos(\$) próprios para custear sua atuação?

() Não.

() Sim. **(Assinale uma das opções abaixo)**

- | | | |
|--|---|---|
| a) () Recursos de financiamento público | b) () Recursos de patrocínios privados | c) () Recursos de doações (de pessoas físicas) |
| d) () Recursos de emenda parlamentar | e) () Outro (Qual?) | |

10) A partir de quais meios o coletivo obtém outros recursos (não próprios) para seu funcionamento?

- | | | |
|---|------------------------------|--|
| a) () () Recursos oriundos de parcerias | b) () Projetos de terceiros | c) () Organização de eventos para angariar recursos |
| d) () Vaquinha entre seus membros | e) () Outros (Quais?) | |

BLOCO II – ATUAÇÃO DO COLETIVO EDUCADOR

11) Qual(is) a(s) atividade(s) principal(is) do Coletivo atualmente? (Marque 1 para a atividade que demanda mais tempo e energia, 2 para a meio termo e 3 para a que demanda menos tempo e energia)

- | | |
|---|---|
| a) () Reuniões internas do Coletivo | b) () Reuniões externas com parceiros/interlocutores |
| c) () Projeto de formação e/ou intervenção educacional | d) () Projeto de educomunicação |
| e) () Encontros, Seminários, Oficinas | f) () Captação de recursos |
| g) () Criação/manutenção de instrumentos virtuais (Blog, fórum, página web, comunidade, petições, etc) | h) () Campanhas |
| i) () Elaboração/revisão do PPP | j) () Avaliação das ações desenvolvidas |
| k) () Elaboração de relatórios / prestação de contas | l) () Outros (Quais?) |

12) Com que frequência o Coletivo Educador se reúne?

- | | | |
|--|-----------------------|-------------------|
| a) () Não se reuniu desde o início deste ano | d) () Bimensalmente | |
| b) () Semanalmente | c) () Mensalmente | e) () Anualmente |
| e) () Trimestralmente | f) () Semestralmente | |
| h) () Não possui periodicidade de reuniões definida | | |

13) Quais as principais formas de contato entre seus integrantes? (considere como unidades de referência PAP 2 e PAP 3). (Marque as 3 principais)

- | | |
|-------------------|------------------------------------|
| a) () Telefonema | b) () E-mail / lista de discussão |
|-------------------|------------------------------------|

- c) () Reuniões presenciais
 e) () Orkut, Facebook e afins
 g) () Carta/Ofício
 i) () Mensagem (Torpedo/SMS)
 k) () Mural (não virtual) ou cartazes
- d) () Blog / website
 f) () Twitter
 h) () Fax
 j) () Boca a boca
 l) () Outra: _____

14) O Coletivo Educador mantém contato com outros Coletivos Educadores?

- () Não.
 () Sim. **Assinale com quantos:**
 a) () Apenas uma b) () de 2 a 5 c) () de 6 a 10
 d) () de 10 a 15 a) () Mais de 16

15) Com qual frequência mantém contato com outros Coletivos Educadores?

- a) () Raramente b) () Às vezes
 c) () Com frequência d) () Sempre
 e) () Não sabe f) () Não mantém contato com outros Coletivos

16) O Coletivo Educador participa de algum outro coletivo/espço/instância? (Considere como unidade de referência o PAP 2)

- () Não.
 () Sim. Qual(is): (Assinale abaixo quantas forem necessárias)
 a) () CIEA b) () Rede de EA
 c) () Comitê de Bacias d) () Conselho Municipal de Meio Ambiente
 d) () Conselho Estadual de Meio Ambiente e) () Agenda 21
 f) () Coletivo Jovem g) () Outro (Qual?)

17) Outros coletivos participam do Coletivo Educador? (Considere como unidade de referência o PAP 2)

- () Não.
 () Sim. Qual(is): (Assinale abaixo quantas forem necessárias)
 a) () CIEA b) () Rede de EA
 c) () Comitê de Bacias d) () Conselho Municipal de Meio Ambiente
 d) () Conselho Estadual de Meio Ambiente e) () Agenda 21
 f) () Coletivo Jovem g) () Outro (Qual?)

18) O Coletivo realizou mapeamento socioambiental da sua região?

- () Não.
 () Sim.

19) O Coletivo elaborou seu Projeto Político Pedagógico (PPP)?

- () Não.
 () Sim. **Assinale os itens correspondentes do PPP que foram elaborados: (Marque quantas forem necessárias)**

- a) () Marco Conceitual b) () Marco Situacional c) () Marco Operacional

20) Quais são os processos de formação em curso, suas respectivas cargas horárias e modalidades? (Marque nas colunas correspondentes no quadro abaixo as modalidades presentes nas formações, e suas respectivas cargas horárias, conforme o exemplo)

Processos de formação em curso (especificar abaixo todos os processos em curso, de acordo com o exemplo)	Presencial	A distância	Difusa	Carga Horária (total)
Ex: Formação do PAP 2	X	X		260 h

21) Assinale um número estimado de pessoas formadas/em formação pelo Coletivo Educador até a presente data:

Processos de Formação	Número de pessoas
PAP 2	
PAP 3	
PAP 4	
PAP 5	
Outros processos/públicos	

22) O Coletivo utiliza a educomunicação como abordagem/instrumento formativo?

- Não, não utiliza.
 Não sabe.
 Sim, às vezes
 Sim, sempre.

23) Com quais públicos/segmentos/populações o Coletivo atua prioritariamente? (Marque os 5 principais)

- a) Professores
 b) Educadores Ambientais em geral
 c) Estudantes
 d) Crianças e adolescentes
 e) Juventude
 f) Mulheres
 g) Lideranças comunitárias
 h) Gestores públicos
 i) Gays, lésbicas e afins (LGBT)
 j) Agricultores
 k) Técnicos/especialistas
 l) Comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, etc)
 m) Catadores de lixo
 n) Lideranças políticas
 o) Profissionais de meios de comunicação
 p) Empresários
 q) Outro: _____

24) Quais temas são trabalhados/abordados na atuação do Coletivo? (marque quantas forem necessárias)

- a) Políticas Públicas
 b) Educação Ambiental
 c) Mudanças Climáticas
 d) Extensão rural/agricultura sustentável
 e) Saneamento ambiental
 f) Sustentabilidade socioambiental
 g) Eleições
 h) Denúncia de crimes/delitos ambientais
 i) Desigualdade social
 j) Geração de trabalho e renda
 k) Associativismo/cooperativismo
 l) Cultura de redes
 m) Inclusão digital
 n) Unidades de Conservação
 o) Educação formal
 p) Agenda 21
 q) Turismo
 r) Recursos hídricos
 s) Responsabilidade socioambiental
 t) Consumo sustentável
 u) Diversidade étnico-racial
 v) Biodiversidade
 w) Desmatamento
 x) Gestão ambiental
 y) Qualidade de vida
 z) Saúde
 () Outro: _____

25) Quais são os principais resultados alcançados até então a partir da atuação do Coletivo Educador?

BLOCO III – PERCEPÇÃO DO COLETIVO SOBRE DIVERSOS ASPECTOS

26) Como o Coletivo Educador avalia cada um dos itens abaixo?

Congresso Nacional	()	()	()	()	()	()
--------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----

30) Na sua opinião, quais são as principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo Coletivo? (Marque no máximo 5 alternativas)

- a) () Ausência de um planejamento para guiar atuação do Coletivo
- b) () Reuniões muito esparsas
- c) () Desorganização interna
- d) () Pouco apoio concedido pelo DEA/MMA ao funcionamento do Coletivo
- e) () Carência de estrutura (salas, espaço físico e equipamentos)
- f) () Questões políticas locais
- g) () Falta de recursos financeiros
- h) () Dificuldade de mobilizar pessoas e entidades para colaborar com o Coletivo
- i) () Integrantes sobrecarregados com outras atividades profissionais
- j) () Descontinuidades políticas governamentais
- k) () Dificuldades de compreensão conceitual da sua proposta
- l) () Falta de capacitação do PAP 2
- m) () Pouca integração entre as políticas públicas socioambientais
- n) () Outras _____

31) Quais os principais pontos fortes na atuação do Coletivo Educador?

32) Quais as principais demandas do Coletivo Educador ao Órgão Gestor da PNEA? Como o OG pode fortalecer a política de Coletivos Educadores?

Anexos: Envio opcional de relatório de atividades e do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Coletivo Educador. Envie conjuntamente com o Questionário para o e-mail informado no cabeçalho deste Questionário. Fique atento para o tamanho dos arquivos.



MINISTÉRIO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental
Departamento de Educação Ambiental

Projeto Sala Verde

Diagnóstico 2007

Modelo de Questionário utilizado

1. Dados Gerais:

Nome da Sala Verde:

Data de inauguração:

Endereço da Sala Verde:

CEP Cidade Estado

Esta localizada na: Zona Urbana Zona Rural Itinerante? Sim Não

Localizada: próximo a Unidade de Conservação dentro de Unidade de Conservação

Qual?

Telefone: Fax:

E-mail da Sala Verde:

Site ou Blog :

Instituição proponente:

Representante legal:

Coordenação:

Educador(a) Ambiental responsável:

A instituição proponente trabalhava anteriormente com educação ambiental? Sim Não

2. Gestão da Sala Verde

Possui Conselho/Grupo Gestor Possui orçamento próprio

Valor anual de investimento para Sala Verde: R\$

Projeto Político Pedagógico: Em vias de elaboração Elaborado e implementado
 Em fase de atualização ou revisão

3. Equipe:

- Servidor - N° de pessoas:
- Contratado - N° de pessoas:
- Estagiário - N° de pessoas:
- Colaborador - N° de pessoas:
- Voluntário - N° de pessoas:

Preencha com: (1) servidor (2) contratado (3) estagiário (4) colaborador (5) voluntário

- Formação Profissional Função Executada:
- Formação Profissional Função Executada:
- Formação Profissional Função Executada:
- Formação Profissional Função Executada:
- Formação Profissional Função Executada:

A equipe é suficiente? Sim Não Porque?

4. Setor institucional:

- Centro de Educação Ambiental
- Empresa pública
- Empresa privada
- Prefeitura
- Governo do Estado
- Órgão federal
- ONG
- Universidade pública
- Universidade privada
- Outro

5. Infra-estrutura existente:

Espaço físico coberto (área interna) m²

Espaço físico descoberto (pátio, terraço, etc.) m²

Área verde m² Tipo de vegetação predominante:

Auditório

Capacidade: menos de 30 pessoas 31–50 pessoas
 51–100 pessoas mais de 100 pessoas

Auditório com Sala de projeção/Multimídia

Capacidade: menos de 30 pessoas 31–50 pessoas
 51–100 pessoas mais de 100 pessoas

Sala de Leitura

Capacidade: menos de 30 pessoas 31–50 pessoas
 51–100 pessoas mais de 100 pessoas

Biblioteca

Refeitório

Capacidade: menos de 30 pessoas 31–50 pessoas
 51–100 pessoas mais de 100 pessoas

Horta / viveiro de mudas

Jardim ornamental

Trilha de Interpretação Ambiental

Acesso a Internet Conexão: Discada Banda Larga

Instrumentos Musicais Quais?

Outra

A infra-estrutura existente é suficiente? Sim Não

Porque?

6. Recursos disponíveis:

Computador Quantidade:

Retroprojeter Quantidade:

Projetor de slide Quantidade:

Projetor Multimídia Quantidade:

Televisão Quantidade:

Atende público interno (funcionários da entidade)? Atende público externo

Possui Livro de Registro de Visitantes? Sim Não

Possui Caixa de Sugestões e Comentários de Visitantes? Sim Não

Público visitante anual: Não há registro Estimativa:

Média de visitação mensal: Não há registro Estimativa:

Público visitante com retorno: Sim Não Não há registro

Frequência: diária semanal quinzenal

mensal semestral anual

Idade média: Não há registro

Atuação profissional: Não há registro

Perfil do público atendido:

Estudantes do ensino infantil

Estudantes do ensino fundamental

Estudantes do ensino médio

Estudantes do ensino superior

Professores

Membros de Coletivo Jovem

Membros de Coletivo Educador

Técnicos governamentais da área ambiental

Líderes de comunidades

Militantes de movimentos sociais ou ONGs

Portadores de Necessidades especiais

População em geral

Outros

10. Acervo existente:

Acervo bibliográfico

Número de livros:

Acervo videográfico

Número de vídeos:

Acervo fotográfico

Número de fotos:

Acervo digital

Número de DVDs:

Acervo de jogos educativos Número de jogos:

Meios de aquisição do acervo:

Kit MMA

Doação de particulares: empresas pessoal física

Doação de editoras

Permuta

Compra

Eventos / Cursos

Campanha de doação

Outros

11. Sistema de Gestão de Acervo:

Possui sistema de catalogação? Qual:

Acervo disponível apenas para consulta local

Acervo disponível para consulta local e empréstimo

Integra sistema de bibliotecas? Qual:

12. Atividades realizadas:

Lançamento de livros

Frequência: diária semanal quinzenal
 mensal semestral anual

Exposição de fotografias

Frequência: diária semanal quinzenal
 mensal semestral anual

Mostra de cinema e vídeo ambiental

Frequência: diária semanal quinzenal
 mensal semestral anual

Atividades lúdicas com jogos educativo-ambientais

Frequência: diária semanal quinzenal
 mensal semestral anual

Debates, palestras, mesas-redondas e eventos ambientais em geral

Frequência: diária semanal quinzenal
 mensal semestral anual

Mutirões de limpeza

Frequência: diária semanal quinzenal
 mensal semestral anual

Mutirões de reflorestamento

Frequência: diária semanal quinzenal
 mensal semestral anual

Oficinas manuais de arte-ecologia

Frequência: diária semanal quinzenal
 mensal semestral anual

Trilhas monitoradas e/ou passeios ecológicos

Frequência: diária semanal quinzenal
 mensal semestral anual

Passeio ciclístico

Frequência: diária semanal quinzenal
 mensal semestral anual

Campanhas de sensibilização ambiental na mídia

Frequência: diária semanal quinzenal
 mensal semestral anual

Comemoração de datas ambientais

Frequência: diária semanal quinzenal
 mensal semestral anual

Formação ambiental

Frequência: diária semanal quinzenal
 mensal semestral anual

Produção de Boletim Informativo da Sala Verde

Tipo: impresso virtual mural
 rádio TV outro

Qual:

Frequência: diária semanal quinzenal
 mensal semestral anual

Oferece visita orientadas ao público escolar

Frequência: diária semanal quinzenal
 mensal semestral anual

Oferece visita orientadas ao público geral

Frequência: diária semanal quinzenal
 mensal semestral anual

Oferece atividade adaptada a portadores de necessidades especiais

Frequência: diária semanal quinzenal
 mensal semestral anual

Produção de material educacional (jornal mural, vinhetas, vídeos, slide-show etc)

Frequência: diária semanal quinzenal
 mensal semestral anual

Outros Qual:

Frequência: diária semanal quinzenal
 mensal semestral anual

13. Interação com outras iniciativas e propostas:

Possui interação com outras Salas Verdes?

Sim Não Qual?

Possui interação com Coletivo Educador?

Sim Não Qual?

Possui interação com Coletivo Jovem?

Sim Não Qual?

Possui interação com Rede de Educação Ambiental?

Sim Não Qual?

Possui interação com NEA/IBAMA?

Sim Não Qual?

Possui interação com Ponto de Cultura?

Sim Não Qual?

Possui interação com Município Educador Sustentável?

Sim Não

Possui participação na Agenda 21 Local

Sim Não

Possui participação na Agenda 21 Escolar

Sim Não

Possui interação com o Programa de Revitalização do São Francisco?

Sim Não

Possui interação com iniciativas de estímulo à leitura?

Sim Não Qual?

Possui interação com iniciativas de formação ambiental?

Sim Não Qual?

14. Dados sobre necessidades e perspectivas futuras:

Ampliar a divulgação da Sala Verde para torná-la mais conhecida e visitada

Ampliar o acervo

Adquirir equipamentos

Ampliar o espaço físico

Implantar um Viveiro Educador ou Horta Ecológica

Contratar educadores ambientais

Contratar bibliotecários

Aprimorar a qualificação profissional da equipe da Sala Verde

Produzir materiais educativos

Adquirir auto-suficiência econômica

Apoio para elaboração do Projeto Político Pedagógico

Estabelecer parcerias

Articular com Coletivos Educadores

Integrar-se com outras Salas Verdes

Outros

Comentários adicionais livres:**Responsável pelo preenchimento do questionário:**Nome: Telefone: **Quadro com lista das Salas Verdes que enviaram suas respostas às questões para o diálogo**

	Nome da Sala Verde	Istiuicao Proponente	Município/UF	Pessoa de contato
1	Onça Pintada	Prefeitura Municipal	Dores do Indaiá/MG	Maria Cristina
2	Livrolivre	ONG (associação amigos do recriança)	Canoa Quebrada - Aracati/CE	Tércio Vellardi
3	Manoel Ribeiro Pontes Filho	Prefeitura Municipal - SEMMAM	Estrela/RS	Camila Hasan e Regiane H. Mallmann
4	Espaço Ambiental	Prefeitura	Vera Cruz do Oeste/PR	Silvia Maccari
5		Prefeitura - SEMMAM	Natal/RN	Luciano Capistrano
6	Ambiente Seguro	Polícia Civil - PA	Belem/PA	Maria Gertrudes
7		UNEMAT	Cáceres/MT	Alessandra Morini
8	Conscientizar	Prefeitura	Bagé/RS	Vanessa Souza
9	Três Corações	Prefeitura - SEMMAM	Três Corações/MG	Simone Catarina
10		Prefeitura - SEMMAM	Charqueadas/SC	Lisiane Lopes
11	CUAA RENDA - (espaço do saber)	Prefeitura - SEMMAM	Foz do Iguaçu/PR	Rosani Borba
12	Buriti	??	Corumba/MS	Mirane Reis
13	Pindorama	Prefeitura - SEMED	Bragança Paulista/SP	Maria Cristina
14	São Carlos CRIA Sala Verde	Prefeitura - SEMED	São Carlos/SP	Bel Dominguez
15	Defensores da Natureza	Prefeitura	Cambará/PR	Juliano Raramilho
16	Ecos do Jequi	Vários	Vale do Jequitinhonha/MG	Sandra Viviane
17	Meta Sala Verde Novas Tecnologias de Brumadinho	??	Brumadinho/MG	Jeovanio José da Rocha
18	Sala Verde Inhotim	ONG	Brumadinho/MG	José André Verneck Monteiro
19	Sala Verde Vitória Régia	Prefeitura	Penápolis/SP	

MANIFESTO DE BOTUCATU - 2010

Os COLETIVOS EDUCADORES (CE) do estado de SP, ao final nomeados, parte destes reunidos em seu VI ENCONTRO ESTADUAL na cidade de Botucatu, nos dias 30/04 e 01/05 de 2010 deliberam

- Que o ProFEA (Programa Formação de Educadores Ambientais), desenvolvido pelo Órgão Gestor (OG) da Política Nacional de EA (PNEA), seja reconhecido pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Meio Ambiente e de Educação, pelas CIEAs (Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental, em cada Unidade Federativa) e pelos demais atores do campo da Educação Ambiental (EA) como Programa de referência a ser implantado em cada território do país;
- Que o ProFEA seja decididamente assumido pelo OG, com o DEA/MMA (Departamento de EA do Ministério do Meio Ambiente) honrando e dando continuidade as suas responsabilidades e compromissos, dando visibilidade e inserção operacional do mesmo em suas atividades de gestão da PNEA;
- Que a quarta reunião nacional dos CE que receberam recursos do FNMA, seja realizada neste ano de 2010, com o DEA/MMA convidando e apoiando a participação de todos os demais CE formados a partir da chamada pública de 2006, para realizar uma ampla avaliação participativa do ProFEA;
- Que o encontro sobre o Sistema Nacional de Educação Ambiental (SisNEA), previsto para setembro deste ano no Rio de Janeiro, tenha representações dos CE de todas as regiões brasileiras para aprofundarmos os nossos conhecimentos sobre o mesmo, para que não se perca a compreensão da centralidade dos CE na estruturação de tal sistema;
- Que proceda ao levantamento do histórico do ProFEA e dos CE, socializando as informações entre todos;
- Que as instituições participantes dos CE oficializem a sua participação junto aos mesmos e que o DEA/MMA envie um ofício a todas elas, ressaltando a importância dessa cooperação fortalecendo os CE e capilarizando o ProFEA, ProNEA e PNEA. Todos os CE devem informar o nome das instituições participantes para o DEA/MMA;

- Que sejam retomadas as assinaturas dos convênios de parceria entre o DEA/MMA e os CE na capilarização do ProFEA e sejam apresentadas justificativas ou desculpas a todas as instituições que se esforçaram por viabilizar a sua proposta de adesão a chamada pública do MMA e depois receberam a informação do abandono da mesma pelo DEA/ Ministério do Meio Ambiente;
- Que a EA esteja presente em todos os Fundos de financiamento a projetos;
- Que os Fundos públicos sejam desburocratizados, democratizados e privilegiem o financiamento de políticas públicas estruturantes de EA, que tenham o ProFEA, o ProNEA e a PNEA como referência maior;
- Que os CE cooperem com outras instituições na constituição de um Fundo Brasileiro de EA, que seja público e não estatal;
- Que o debate sobre a Lei que institui a PEEA - Política Estadual de EA (Lei Estadual 12.780/2007) seja levado para os comitês de Bacias Hidrográficas, apresentando-se o panorama dos vetos do governador à mencionada lei e os debates sobre a sua regulamentação;
- Que se avalie a correlação de forças na Assembléia Legislativa, envidando esforços para a derrubada dos vetos à referida Lei;
- Que a comissão do Grupo Caipira de Pesquisas em EA e Políticas Públicas (GEPPEA), que está estudando essa lei envie informações para todos os participantes dos CE e da Rede Paulista de EA (REPEA);
- Que a comissão executiva formada no VI Encontro dos Coletivos Educadores de São Paulo, promova a Virada Ambiental Paulista (VAP), no dia 11/09/2010 (como segunda opção de data ficaram os dias 28/08 e 18/09), na cidade de São Paulo. As linhas gerais do evento são: a) durante o dia encontros de diversos setores do campo ambientalista e de EA (Coletivos Educadores, Juventude e meio ambiente; entidades ambientalistas autênticas; REPEA; outros) e b) a noite serão convidados grupos musicais e artistas diversos para tocarem, cantarem e trazerem a sua mensagem pela Vida.

OBS.:

1) Entre as apresentações artísticas haverá espaço para manifestação de compromisso com a causa ambiental e da EA, pelos candidatos ao governo de SP e a presidência da república.

2) Serão buscados parceiros para a realização de um grande evento.

- Que o próximo Encontro Estadual dos CE seja realizado em abril de 2011 na baixada Santista, sob a coordenação dos coletivos da referida região.

COLETIVOS QUE ASSINAM ESTE MANIFESTO

1. CUESTA - Coletivo Educador de Botucatu e região;
2. CESCAR – Coletivo Educador de São Carlos e Região;
3. COEDUCA – Coletivo Educador Ambiental de Campinas;
4. COLETIVO EDUCADOR DA BAIXADA SANTISTA;
5. CJ CAIPIRA BRAÇO DE ORION – Coletivo Jovem do interior do estado de São Paulo;
6. CJ CAIÇARA;
7. IPE ROXO – Coletivo de Ribeirão Preto;
8. PIRA SYKAUÁ – Coletivo de Piracicaba;
9. BAURU/JAÚ (PRÉ-COLETIVO);
10. BAIXO TIETÊ – Penápolis e região;
11. LAGAMAR – Coletivo educador de Cananéia e Região;
12. MOGI GUAÇU;
13. MANTIQUEIRA SUSTENTÁVEL;
14. COLETIVO EDUCADOR SOCIOAMBIENTAL DE BRAGANÇA PAULISTA;
15. COE-MANTIVALE

CARTA DOS EDUCADORES AMBIENTAIS – ENTREGUE NA POSSE DO ENTÃO MINISTRO CARLOS MINC – 28 de maio de 2008.

Pela continuidade das ações estruturantes e estruturadoras da educação ambiental no Brasil

Carta dos educadores e educadoras ambientais ao novo Ministro do Meio Ambiente, companheiro ambientalista Carlos Minc.

A educação ambiental desde 1988 com a Constituição Federal passou a ser um direito social fundamental do povo brasileiro. O artigo 225 da Constituição, bem conhecido dos ambientalistas, diz que “*Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e*

essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações e para assegurar esse direito cabe ao poder público promover a educação ambiental (...)”. Além de ser um direito de todos, a educação ambiental tem, desde 1999, *status* de política nacional sendo disciplinada pela lei 9.795/99. A lei da educação ambiental como ficou conhecida, entre outros elementos, trouxe um aspecto fundamental para a gestão da política de EA ao criar a figura de um Órgão Gestor (OG) para sua coordenação, afinal trata-se de tema de competência de mais de um ministério. Nesse sentido, cabe a coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) ao Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. Embora criado

em lei desde 1999 e regulamentado desde 2002, por meio do decreto 4.281/02 o Órgão Gestor da PNEA passou a existir efetivamente a partir de 2003, após sua instalação no início da primeira gestão do Governo Lula.

A instalação do OG foi um marco na política de EA, pois a partir daquele momento as ações entre MMA e MEC passaram a ser pautadas pela cooperação e complementaridade e pela clareza de atribuições entre as duas instituições. Para alguns a instalação do Órgão Gestor pode parecer um simples ato burocrático, contudo, podemos afirmar que contribuiu efetivamente para a EA, sendo o primeiro passo para uma série de ações estruturantes relativas à política de educação ambiental, entre elas podemos citar:

λ Enraizamento da Educação Ambiental: tratou-se do fortalecimento das estruturas de educação ambiental nas Secretarias de Educação e Meio Ambiente nas unidades da federação, incluindo a criação e/ou fortalecimento, pautadas na democracia e participação, das Comissões Intersetoriais de Educação Ambiental – CIEAs;

λ Conferências de Meio Ambiente: a EA nas três edições da CNMA versão adulta foi o tema que contou com o maior número de participantes. Nas duas edições da Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente foram envolvidas milhares de escolas e a partir desta grande mobilização ocorreram várias ações como a formação de professores, o estímulo a criação de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, além da Agenda 21 na Escola, entre outras;

λ Juventude pelo Meio Ambiente: criação de coletivos jovens pelo meio ambiente nas unidades federativas com o intuito de atuarem e promoverem ações socioambientais. Este programa, além do foco na atuação e ativismo juvenil, pautou-se também na formação dos jovens por meio de três encontros nacionais e de processos a distância.

Cabe destacar que o tema meio ambiente foi elencado como a quarta prioridade na Conferência Nacional de Juventude;

λ Coletivos Educadores: programa de formação de educadores ambientais populares por meio da mobilização e organização das instituições com competência ou potencial formador em um dado território. Trata-se de uma ação de formação que leva em conta os saberes locais e contribui efetivamente para a organicidade das ações e atores do campo da educação ambiental e do socioambientalismo em um espaço comum;

λ Fortalecimento das Redes de EA: apoio integral na organização e financiamento do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, evento central para as Redes de EA, cuja realização da última edição (IV Fórum) havia ocorrido em 1997, além de apoio no que tange a organização da VI edição do Fórum, previsto para ocorrer no Rio de Janeiro em 2009. Realização em 2005 do I Encontro das Redes de EA com o OG e previsão e organização para 2008 do II Encontro das Redes de EA com o OG. Organização em 2006 do V Congresso Iberoamericano de Educação Ambiental que contou com mais de 4 mil educadores ambientais brasileiros, além de delegações de mais de 25 países;

λ Financiamento da EA: embora o artigo que tratava da fonte de recursos para a implementação da PNEA tenha sido vetado em 1999, podemos observar o crescimento dos recursos para a educação ambiental a partir de 2000, ano em que a educação ambiental passou a integrar o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal por meio de um programa. O crescimento observado ainda é tímido, mas alguns esforços nesse sentido são visíveis como o estabelecimento de emendas (ao

orçamento) parlamentares junto ao Congresso Nacional, o programa Educação de Chico Mendes que garantiu recursos para escolas junto ao FNDE e sobretudo a relação estabelecida junto ao FNMA para a constituição da Rede Brasileira de Fundos Socioambientais cujo tema prioritário para o financiamento foi a educação ambiental;

λ Estabelecimento do SISNEA: proposição junto aos educadores e educadoras ambientais brasileiros do estabelecimento de um Sistema Nacional de Educação Ambiental, capaz de propiciar organicidade entre instituições e atores do campo da EA no sentido de potencializar suas práticas. Trata-se de um sistema que perpassa e fortalece o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e os sistemas de ensino, públicos e privados;

λ Ressaltamos que existem inúmeras outras ações e resultados neste período como o fomento às Salas Verdes; o fortalecimento das relações internacionais, sobretudo junto aos países latino-americanos e países africanos de língua portuguesa; o efetivo lançamento do Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental (SIBEA); a elaboração de várias publicações como Encontros e Caminhos e Identidades da Educação Ambiental Brasileira.

Portanto, sabedores dos avanços conquistados nos últimos cinco anos no campo da educação ambiental enquanto política pública e sobretudo sabedores dos desafios que estão postos para esta área tendo em vista as mudanças ambientais globais decorrentes de um modelo de desenvolvimento absolutamente insustentável, nós, educadores e educadoras ambientais, solicitamos a manutenção e o fortalecimento das ações desenvolvidas pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, bem como a manutenção da equipe que à compõe.

Além disso, assim como aprovado no âmbito da Comissão Intersetorial de Educação Ambiental do MMA (CISEA) formada pelas secretarias e vinculadas, solicitamos que a educação ambiental seja efetivamente transversal no Ministério do Meio Ambiente, bem como em suas instituições vinculadas, contanto com estruturas fortes e dinâmicas, capazes de empreender processos de educação ambiental. Cabe destacar neste contexto, a necessidade urgente da (re)institucionalização da educação ambiental no Ibama e a criação de estrutura de EA no ICMBio, tendo em vista os serviços prestados à educação ambiental pelo Ibama e o potencial de ação de suas estruturas descentralizadas – Núcleos de Educação Ambiental (NEAs). Ressaltamos que devem ser levados em consideração, no que tange a (re)institucionalização, os resultados do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental (GTEA) do Ibama, instituído pela Portaria Ibama n.147, de 22 de fevereiro de 2008.

Desejamos ao novo Ministro e sua equipe muita paz e força, e estaremos ao seu lado, assim como estivemos com a companheira Marina Silva, na busca de uma sociedade sustentável.

Brasil, maio de 2008.